



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DANNAH MARCELA FERNANDEZ ARIAS

**A POLÍTICA DE DEFESA E SEGURANÇA DEMOCRÁTICA, OS PROCESSOS DE
SECURITIZAÇÃO E OS FALSOS POSITIVOS NA COLÔMBIA**

**FLORIANÓPOLIS
2023**

DANNAH MARCELA FERNANDEZ ARIAS

A POLÍTICA DE DEFESA E SEGURANÇA DEMOCRÁTICA, OS PROCESSOS DE
SECURITIZAÇÃO E OS FALSOS POSITIVOS NA COLÔMBIA

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao curso de Relações
Internacionais do Centro Socioeconômico
da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof^a. Graciela De Conti
Pagliari

FLORIANÓPOLIS-SC

2023

Arias, Dannah Marcela Fernandez

A Política de Defesa e Segurança Democrática, os Processos de Securitização e os Falsos Positivos na Colômbia / Dannah Marcela Fernandez Arias ; orientadora, Gaciela De Conti Pagliari, 2023.
129 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Segurança. I. Pagliari, Gaciela De Conti. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

DANNAH MARCELA FERNANDEZ ARIAS

A POLÍTICA DE DEFESA E SEGURANÇA DEMOCRÁTICA, OS PROCESSOS DE
SECURITIZAÇÃO E OS FALSOS POSITIVOS NA COLÔMBIA

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais.

Florianópolis, 20 de novembro de 2023.

Coordenação do Curso

BANCA EXAMINADORA

Profa. Graciela De Conti Pagliari
Orientadora

Profa. Jéssica Maria Grassi
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Lisa Belmiro Camara
Universidade Federal de Santa Catarina

Esse trabalho é dedicado a todos os meus ancestrais, que me guiaram e lutaram para hoje, poder continuar construindo a trilha que eles iniciaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus avós Daisy e Rafael, por todos os valores ensinados e pela motivação diária para continuar estudando e construindo o futuro que eles sonharam para mim desde que nasci. Agradeço também à minha mãe Maileth pelo apoio incondicional e pela inspiração em me formar, sendo ela a primeira mulher das últimas gerações a receber um título universitário na nossa família. De igual maneira, agradeço às minhas irmãs Karol, Kihara, Angélica e Pamela por serem meu ponto de paz sempre e alegrarem meus dias, mesmo de longe. Quero agradecer também à minha companheira Gabrielly por trilhar essa caminhada comigo e me inspirar a ser corajosa, forte e a nunca desistir. Agradeço a toda minha família que colocou um grão de areia para me tornar a mulher que sou hoje e às minhas amigas que fizeram com que cada semestre fosse mais leve.

Também agradeço à minha orientadora Graciela, por todos os ensinamentos e a inspiração em pesquisar temas de segurança advinda desde a sala de aula, muito obrigada pela paciência e hospitalidade de sempre.

De igual maneira, agradeço ao Brasil por abrir tantas portas para mim. Ser imigrante é um desafio enorme, mas o Brasil sempre me recebeu com amabilidade e oportunidades. Me formar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, além de poder contribuir com a pesquisa deste país, é uma realização para mim.

*“No hay mejor felicidad que la que se consigue con lucha”
(Ernesto Emilio Fernandez Fester).*

RESUMO

Esta pesquisa, tem como ponto de partida a análise das extremas injustiças políticas e sociais na Colômbia, que deram origem às guerrilhas insurgentes, com destaque para as FARC-EP. O crescimento desses grupos de extrema esquerda gerou reações de dois lados: os grupos paramilitares de extrema direita e o próprio Estado colombiano, ao longo de todo o conflito. Em função desse cenário, o marco temporal da pesquisa abrange o período de 1948 a 2019, destacando os governos mais securitizadores, com ênfase no governo de Alvaro Uribe (2002-2010), especificamente na sua agenda de segurança consolidada na Política de Defesa e Segurança Democrática em 2003, que encorajou a participação militar e civil na segurança do Estado, com influência dos Estados Unidos, levando assim à criação de "falsos positivos", como uma resposta distorcida para atingir metas e recompensas. Da mesma forma, é analisado o governo de Juan Manuel Santos (2010-2018), destacando as ações dessecuritizadoras, após a securitização de Uribe, e analisando as ferramentas de restauração, advindas a partir do Acordo de Paz assinado em 2016, entre as FARC-EP e Santos. Para a consolidação da pesquisa, parte-se da hipótese inicial de que securitização do governo Uribe, consolidada na Política de Defesa e Segurança Democrática, foi realizada com ações inadequadas. Por isso, resultaria em uma onda de insegurança social, principalmente nos falsos positivos. A análise central, realiza-se sob a lente da teoria da securitização da Escola de Copenhague, voltada para a segurança pública. Para isso, foram utilizados relatos e dados de vítimas que viveram as consequências das atuações dos Esquadrões da Morte, para comprovar as implicações sociais e de segurança causadas a partir dessa agenda de segurança. Da mesma maneira, foram apuradas as declarações em audiências mediadas pela JEP, realizadas por ex-soldados do Exército Nacional colombiano e ex-paramilitares, para corroborar com a ligação da Política de Defesa e Segurança Democrática e os falsos positivos. Em complementação, foram realizadas pela autora, entrevistas a vítimas do conflito armado na Colômbia, com o intuito de corroborar com o impacto das consequências do conflito no país.

Palavras-chave: Colômbia; falsos positivos; securitização; Escola de Copenhague.

RESUMEN

Esta investigación tiene como punto de partida el análisis de las extremas injusticias políticas y sociales en Colombia, que dieron origen a las guerrillas insurgentes, con énfasis en las FARC-EP. El crecimiento de estos grupos de extrema izquierda generó reacciones de dos partes: los grupos paramilitares de extrema derecha y el propio Estado colombiano, durante todo el conflicto. Debido a este escenario, el marco temporal de la investigación abarca el período de 1948 a 2019, destacando los gobiernos más securitizadores, con énfasis en el gobierno de Álvaro Uribe (2002-2010), específicamente en su agenda de seguridad consolidada en la Política de Defensa y Seguridad Democrática de 2003, que alentó la participación militar y civil para la seguridad del Estado, con influencia de los Estados Unidos, lo que llevó a la creación de los conocidos "falsos positivos" como respuesta distorsionada al logro de objetivos y recompensas. Asimismo, se analiza el gobierno de Juan Manuel Santos (2010-2018), resaltando las acciones desecuritizantes, luego de la securitización de Uribe, y analizando las herramientas de restauración, derivadas del Acuerdo de Paz firmado en 2016, entre las FARC-EP y Santos. Para consolidar la investigación, partimos de la hipótesis inicial de que la securitización por parte del gobierno de Uribe, consolidada en la Política de Defensa y Seguridad Democrática, se llevó a cabo con acciones inadecuadas. Por lo tanto, se traduciría en una ola de inseguridad social, especialmente de falsos positivos. El análisis central se realiza bajo el lente de la teoría de la securitización de la Escuela de Copenhague, centrada en la seguridad pública. Para ello, se utilizaron informes y datos de víctimas que vivieron las consecuencias de las acciones de los Escuadrones de la Muerte, para comprobar las implicaciones sociales y de seguridad que genera esta agenda de seguridad. Del mismo modo, se investigaron declaraciones en audiencias mediadas por la JEP, realizadas por exmilitares del Ejército Nacional de Colombia y exparamilitares, para corroborar el vínculo entre la Política de Defensa y Seguridad Democrática y los falsos positivos. Además, la autora realizó entrevistas a víctimas del conflicto armado en Colombia, con el objetivo de demostrar el impacto de las consecuencias del conflicto en el país.

Keywords: Colombia; falsos positivos; securitización; Escuela de Copenhague.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados Sobre Deslocamentos Atribuídos à AUC de 1995 a 2006	26
Quadro 2 - Compromissos assinados no Acordo de Santa Fé de Ralito (2003)	29
Quadro 3 - Dados Sobre Integrantes Desmobilizados e Armas Entregues no Processo	30
Quadro 4 - Dados dos sequestros de vítimas do conflito armado na Colômbia entre 1990 e 2008	34
Quadro 5 - Dados sobre os homicídios de vítimas no conflito armado entre 1985 e 2008	35
Quadro 6 - Dados sobre os desaparecimentos forçados de vítimas no conflito armado entre 1985 e 2016	35
Quadro 7 - Componentes da assistência dos EUA no Plano Colômbia de 2000	38
Quadro 8 - Dados sobre Gastos Militares na Colômbia em Milhões de \$US (1998 a 2010)	42
Quadro 9 - Política de Defesa e Segurança Democrática do Governo Uribe.....	49
Quadro 10 - Critérios de valoração para o pagamento de recompensas por chefes das organizações das OAML e Chefes do Narcotráfico com valores em USD	76
Quadro 11 - Critérios para valoração do material de guerra com valores em USD...	78
Quadro 12 - Artigos da Lei 35 de 1982	92
Quadro 13 - Premissas do Acordo de La Uribe.....	93
Quadro 14 - Artigos da Lei 77 de 1989	96
Quadro 15 - Pontos de negociação determinados no Acordo Geral de Determinação do Conflito e a Construção de uma Paz Duradoura	100

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de Securitização do Governo Uribe	73
Figura 2 - Cartaz de divulgação de recompensas por informações que levassem à captura de Pablo Escobar	74
Figura 3 - Falsos positivos entre 2002 e 2008.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto-comissariado nas Nações Unidas para os Refugiados
AUC	Autodefesas Unidas de Colômbia
CCEEU	Comissão Colombiana de Esclarecimento de Execuções Unilaterais e Sequestros
DAS	Departamento Administrativo de Seguridad
DHI	Direitos Humanos Internacionais
DIJIN	Dirección de Investigación Criminal e INTERPOL
DMP	Directiva Ministerial Permanente
ELN	Ejército de Liberación Nacional
EPL	Ejército Popular de Liberación
FARC-EP	Fuerzas Armadas de Colombia - Ejército del Pueblo
GAULA	Grupo de Acción Unificada por la Libertad Personal
JEP	Jurisdicción especial para la paz
LASO	Latin American Security Operation
M19	Movimiento Diecinueve de Abril
MAQL	Movimiento Armado Quintin Lame
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PRT	Partido Revolucionario de los Trabajadores
PDSD	Política de Defensa y Seguridad Democrática
S.N	Sem nome

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA	18
2.1	INSEGURANÇA SOCIAL NA COLÔMBIA A PARTIR DO CONFLITO ARMADO.....	30
2.2	A MILITARIZAÇÃO COMO MECANISMO DE SECURITIZAÇÃO E A INFLUÊNCIA DO PLANO COLÔMBIA.....	36
2.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	42
3	ANÁLISE DA AGENDA DE SEGURANÇA DO GOVERNO URIBE SOB A TEORIA DA SECURITIZAÇÃO DA ESCOLA DE COPENHAGUE	44
3.1	A DIRETIVA MINISTERIAL PERMANENTE Nº 29/2005, OS ESQUADRÕES DA MORTE E OS FALSOS POSITIVOS.....	73
3.2	OS FALSOS POSITIVOS E AS FALHAS NA POLÍTICA DE SEGURANÇA DEMOCRÁTICA	81
3.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	89
4	O ACORDO DE PAZ DE SANTOS COMO MECANISMO DE JUSTIÇA E DE REPARAÇÃO	91
4.1	A JURISDIÇÃO ESPECIAL PARA A PAZ E A COMISSÃO DA VERDADE 103	
4.2	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	109
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS.....	113
	APÊNDICE A – ENTREVISTA COM SUJEITO 1	124
	APÊNDICE B – ENTREVISTA COM SUJEITO 2.....	126

1 INTRODUÇÃO

As extremas injustiças políticas e sociais existentes na Colômbia, serviram como motivação para o surgimento de guerrilhas insurgentes criadas por movimentos revolucionários, com o fim de defender seus ideais e dar voz a grupos vulneráveis como indígenas, afrodescendentes e agricultores. Em razão disso, Pedro Antonio Marín fundou a primeira e maior guerrilha oficial existente na história da Colômbia, as FARC- EP (Fuerzas Armadas de Colombia - Ejército del Pueblo), iniciando seus trabalhos no ano de 1964. O surgimento das FARC-EP, de alguma forma estimulou o crescimento de outros grupos insurgentes, dando campo assim, ao aparecimento das guerrilhas ELN (Ejército de Liberación Nacional) criada em 1964, EPL (Ejército Popular de Liberación) em 1997 e M-19 (Movimiento Diecinueve de Abril) em 1974.

Como é de se presumir, o crescimento de grupos de extrema esquerda levantaria incômodos de dois lugares: 1. Grupos de extrema direita¹ e 2. O Estado. Sendo assim, neste primeiro lugar de extrema direita, com a principal motivação de combater o crescimento das guerrilhas na Colômbia, surgiram os chamados grupos paramilitares, e dentre eles, as Autodefesas Unidas de Colômbia (AUC). As AUC, buscaram diminuir a atuação das guerrilhas por meio da apropriação das terras que elas tomaram para usar como base, morar e até mesmo expandir o mercado do narcotráfico. As AUC, iniciaram como uma reação a uma orientação política de viés conservador, com a proposta de serem um tipo de exército privado ou entidade paramilitar, em busca de justiça. Esse grupo recebeu apoio financeiro não apenas de figuras políticas alinhadas ao tradicionalismo, mas também de elementos vinculados ao narcotráfico e de corporações multinacionais.

O plano inicial das AUC foi, majoritariamente, bem-sucedido. O grupo conseguiu apropriar-se de várias terras e expandir ainda mais o mercado do narcotráfico. Além de terem sido responsáveis pelo desaparecimento das bases de apoio das guerrilhas, a apropriação de terras agropecuárias ao norte e centro da

¹ A extrema-direita é, nesse aspecto, antissistêmica e hostil à democracia liberal, e pode ser dividida em dois grupos: 1) os radicais, com uma agenda mais reformista, que aceitam a essência da democracia (soberania popular e governo da maioria) mas se opõem aos pilares da democracia liberal, como direitos de minorias, Estado de Direito e separação dos poderes; e 2) os fascistas, que são mais revolucionários no escopo de seus projetos, rejeitando a essência da democracia e favorecendo – ou até glorificando – a violência direta como necessária para imposição de seu projeto político (SEVERO E CAMPOS, 2020, p. 6). No caso da Colômbia, os grupos de extrema-direita, aproximam-se do espectro fascista, devido ao uso das armas como ferramenta de exercer medo e poder.

Colômbia, geraram o deslocamento forçado de inúmeras famílias das áreas rurais dessas regiões, chegando a resultar em uma contrarreforma agrária, que acabou transformando líderes paramilitares ligados ao narcotráfico em grandes detentores de terras. Da mesma forma, as AUC se expandiram cada vez mais em espaços políticos, inclusive tendo participação no Congresso Nacional e apoio financeiro de organizações políticas, segundo corroboram durante audiências e entrevistas, ex-paramilitares que se desmobilizaram após sua participação no grupo.

A desmobilização das AUC, por sua vez, teve início em 2002 e estendeu-se até 2006, a mesma foi feita por meio da declaração “Acto de fé por la paz” durante o governo de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010). Entretanto, a desmobilização das AUC não significou necessariamente o fim do plano de acabar com as guerrilhas na Colômbia ou até mesmo o fim da atuação da influência paramilitar. Na realidade, no período de 2002 a 2010, Colômbia viveu um dos períodos com mais massacres na história do país, liderada pelos comumente conhecidos como “Escuadrones de la Muerte” (Esquadrões da Morte)² que surgiram a partir da agenda de segurança criada pelo governo Uribe logo no início do seu mandato. Uma das principais diferenças entre as AUC e os Esquadrões da Morte, é que enquanto as AUC surgiram como grupo paramilitar com atuação fora da lei, os esquadrões tiveram início como um grupo institucionalizado dentro do Exército Nacional a partir de um aval do Ministério de Defesa Nacional. Ainda assim, ambos tinham um objetivo em comum: Eliminar a atuação de guerrilhas no território colombiano e manter a segurança no país. Esse objetivo em comum, resultaria em uma união de ambas as forças durante o governo Uribe, resultando assim no aumento da insegurança social no país.

Como colocado anteriormente, o aparecimento de grupos de extrema esquerda incomodou dois lugares e o segundo deles é o Estado. Essa preocupação, causou uma série de tentativas de securitização desde o aparecimento deles. Contudo, foi no governo Uribe que as tentativas de segurança, resultaram numa piora da insegurança nacional e social. Em 2003, um ano após o início do governo comandado por ele, se deu início à execução dos planos securitizadores diagramados na sua agenda de segurança, criando assim uma das maiores políticas de segurança na história da Colômbia, a Política de Defesa e Segurança Democrática, resultado do incômodo do Estado em razão da atuação das guerrilhas no país. Esta política emergiu com o

² Chama-se “Escuadrones de la Muerte” aqueles grupos militares que assassinaram falsos positivos na Colômbia, durante o período da agenda de segurança do presidente Álvaro Uribe Vélez.

objetivo de implementar uma proposta de securitização no país, encorajando as instituições militares e à sociedade a ter uma participação presente no que se refere à segurança do Estado contra grupos insurgentes, como as guerrilhas FARC-EP e ELN, paramilitares e narcoterroristas. Uribe, incentivava a sociedade a lutar pelo país por meio do discurso, sendo uma das suas principais armas de securitização ao longo do seu mandato.

Com o aval da agenda de segurança de Uribe, em 2005, o ministro de defesa Camilo Ospina traçou um plano de segurança nacional por meio da Diretiva Ministerial Permanente N°29/2005, onde decretava-se a formalização de um plano securitizador, que tinha como objetivo diminuir as ações realizadas por grupos insurgentes no território colombiano, identificadas principalmente como sequestros, atentados terroristas e tráfico de drogas. No documento da diretiva, assinado pelo ministro Ospina, o Ministério da Defesa desenvolveu os critérios para o ganho de recompensas em troca de corpos de rebeldes em combate, armamento apreendido pertencente a grupos insurgentes, material de inteligência etc. A proposta principal do documento explica que para cada item achado pelos soldados, cada base militar receberia recompensas em forma de dinheiro e a mesma aumentava segundo o grau de importância ou relevância do item para o Estado. Existem declarações³ de ex-soldados expondo que os comandantes estimulavam também a eficácia do plano por meio de premiações internas como permissões no mês de dezembro, promoções, pratos de comida e entre os superiores, revezavam as premiações de intercâmbios ou especializações no exterior.

Com o assentimento, suporte e incentivo financeiro dado pelo Ministério de Defesa, os soldados do exército deram início aos trabalhos no mesmo ano. A Diretiva Ministerial Permanente, juntamente com a Política de Segurança Democrática, concordava com que a eficácia do trabalho do exército seria medida pelo número de terroristas capturados ou do material de guerra encontrado por eles, o que levaria conseqüentemente à diminuição das ações terroristas no território colombiano. Além da pressão colocada pelo ex-presidente Uribe no que se refere a entrega de resultados⁴, tinha a motivação monetária que continha valores muito altos como recompensa. Ambos os pontos serviram como receita perfeita para soldados

³ Declarações fornecidas para a JEP em audiências públicas de reconhecimento de vítimas.

⁴ No original: "Los comandantes de brigada de batallón que vayan bien, magnífico. Los que vayan mal y no den resultado que vayan presentando la renuncia" (Alvaro Uribe, 2003).

trapacearem o processo, e foi assim que começou a onda do que se conhece comumente como “falsos positivos”. As formas mais comuns de capturá-los era prometendo uma vaga de trabalho atrativa na área rural, ou por enganações de todos os tipos, os falsos positivos comumente eram estudantes ou trabalhadores que nunca tiveram ligação nenhuma com as guerrilhas, narcoterrorismo ou paramilitarismo. A forma de agir dos soldados, geralmente era orquestrando um cenário de combate, vestindo os corpos dos civis com uniformes de guerrilheiros e entregando-os às bases militares, como guerrilheiros reais.

Com esse cenário, esta pesquisa é motivada a partir do questionamento: “De que forma a Política de Defesa e Segurança Democrática na Colômbia, influenciou no aparecimento de falsos positivos?”, que será analisado, sob a teoria da securitização da Escola de Copenhague, voltada para a segurança pública. A hipótese central da pesquisa, direciona o trabalho a julgar a securitização do governo Uribe como uma securitização com ações inadequadas. Tais ações, trouxeram consequências como a piora da insegurança social, devido à violência, e os falsos positivos. Em função disso, se verificarão os relatos e os dados de vítimas, que viveram as consequências das atuações dos Esquadrões da Morte, para assim comprovar as implicações sociais e de segurança causadas a partir dessa agenda de segurança. Da mesma maneira, serão apuradas declarações em audiências mediadas pela JEP, realizadas por ex-soldados do Exército Nacional colombiano e ex-paramilitares, para corroborar com a ligação da Política de Defesa e Segurança Democrática e os falsos positivos, assim como, entrevistas realizadas pela autora a vítimas diretas do conflito armado e análises próprias implementadas a partir da sua vivência e da sua família, na Colômbia.

O marco temporal da pesquisa iniciará a partir de 1948 com o início do conflito armado na Colômbia e irá até 2019, com a implementação de uma série de ferramentas de justiça, reconhecimento de vítimas e não-repetição da violência causada em função do conflito armado. Ao longo dessa linha do tempo, serão analisados os governos que passaram pelas ações e consequências do conflito armado, principalmente aqueles mais securitizadores. Dando destaque ao governo de Uribe e comparando-o com o posterior governo, Santos.

2 HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA

Com o início das FARC-EP e das demais guerrilhas que se criaram ao longo da história colombiana, iniciaram também uma série de mecanismos para serem combatidas, já que o surgimento delas acarretou uma grande preocupação em todos os governos que assistiram de perto o crescimento desses grupos.

Sendo assim, neste primeiro capítulo será plasmado de que forma se deu o início das guerrilhas colombianas, e serão pontuados os cenários que possibilitaram o início do conflito armado. Da mesma forma, serão colocadas as consequências e impactos sociais causados pelo crescimento das guerrilhas, e como vêm sendo combatidas desde o surgimento dos primeiros movimentos armados liberais e comunistas. Ademais, serão destacadas quais foram as primeiras ações securitizadoras para combater as guerrilhas desde o início delas, e como a agenda de segurança de cada governo exerceu sua força para exterminá-las.

Faz mais de 50 anos que o cenário político e social colombiano é palco de guerras entre liberais e conservadores. Esta conjuntura resultou no crescimento de grupos armados de autodefesa dentro do país.

Dessa forma, o conflito armado inicia a partir da Guerra dos Mil Dias, que aconteceu entre 1899 e 1902 e que foi determinante para a história econômica, política e social da Colômbia. Esta guerra tratou-se de um confronto entre o exército do governo conservador de José Manuel Marroquín (1900 a 1904) e movimentos liberais comandados pelo político e militar Rafael Uribe. O grupo Liberal, liderado por Rafael Uribe defendia pautas sociais, reformas na economia e na política colombiana. Por outro lado, o grupo conservador comandado por José Marroquín defendia uma ordem social, sob pautas tradicionais e religiosas.

Embora a guerra não tenha durado exatamente 1000 dias, foi chamada assim devido à sua longa duração. O conflito, teve suas raízes em questões políticas, econômicas e sociais que refletiam as problemáticas existentes na época. No que diz respeito ao cenário político, Colômbia passava por disputas entre as duas principais

facções políticas liderando a opinião popular na década, liberais⁵ e conservadores⁶, favorecendo assim o início da guerra. Da mesma maneira, o cenário social era desigual e a disparidade econômica e social entre diferentes grupos também contribuiu para o conflito. Sendo a população rural, em sua maioria, o grupo mais marginalizado.

Durante a Guerra dos Mil Dias, a influência externa também teve sua vez, sendo o interesse nas riquezas naturais colombianas como minerais e produtos agrícolas, por parte de potências estrangeiras, a principal motivação para intervir. Estados Unidos, Alemanha e o Reino Unido buscavam garantir condições favoráveis para seus investimentos e comércio na Colômbia, acarretando assim tamanha influência. Com isso, Alemanha e Reino Unido, fizeram empréstimos e financiaram o conflito sob acordos que visavam proteger seus interesses econômicos. Além da influência econômica, ambas potências também se disponibilizaram para mediar as negociações entre liberais e conservadores, com o fim de estabilizar o conflito, e proteger os investimentos econômicos já realizados na América Latina. Para os Estados Unidos, os interesses econômicos eram similares, pois o país também precisava de uma estabilidade no bloco econômico, devido aos seus investimentos e rotas comerciais que estavam sendo realizadas na América Latina. Durante a Guerra dos Mil Dias, os EUA estavam envolvidos na construção do Canal do Panamá, então, o fim da guerra era crucial para o desenvolvimento do plano para a criação do Canal.

A Guerra, teve como resultado um conflito armado formado por assassinatos políticos, confrontos armados, destruição de cidades e deslocamentos forçados. O fim da Guerra consolidou-se com o Tratado de Neerlandia em 1902, entretanto, o fim da Guerra dos Mil Dias não significou o fim do conflito e sim o início do Conflito Armado colombiano, pois contribuiu e moldou as futuras instabilidades políticas, ao longo do século XX.

⁵ Liberalismo é antes de tudo liberdade. Liberdade entendida como ausência de coerção de indivíduos sobre indivíduos. É a adesão ao princípio de que a ninguém é permitido recorrer à força ou à fraude para obrigar ou induzir alguém a fazer o que não deseja.

A escolha da liberdade como valor supremo não decorre de razões de natureza metafísica ou religiosa; decorre do fato de que um sistema baseado na liberdade assegura uma maior produtividade de trabalho humano, sendo, portanto, do interesse de todos os habitantes do mundo (STEWART, 1995). Na Colômbia, a onda do liberalismo consolidou-se com a imagem das lutas sociais e revolucionárias, além de uma economia mais livre.

⁶ Entende-se conservadorismo, como: [...] um grupo de ideologias políticas e sociais que promovem instituições sociais e políticas tradicionais, gradualismo na ação política e oposição a movimentos políticos e sociais radicais (MCMACKEN, 2022).

Após o término da Guerra dos Mil Dias, passaram-se 45 anos para que a Colômbia saísse da hegemonia conservadora e os liberais tivessem voz no governo. O marco desse acontecimento ocorreu a partir da eleição do ex-presidente Enrique Olaya Herrera (liberal), no ano de 1930. Com isso, o movimento liberal colombiano foi crescendo cada vez mais, dando espaço para mais 3 governos liberais⁷, até as eleições de 1946, onde o ex-presidente Mariano Ospina Pérez, do Partido Conservador, elegeu-se.

Entretanto, as guerras na Colômbia por motivos políticos e sociais, não pararam. Em 9 de abril de 1948, o candidato liberal à presidência Jorge Eliecer Gaitán⁸, que foi um dos principais líderes do liberalismo na Colômbia, foi assassinado a tiros enquanto saía do prédio onde tinha seu escritório, iniciando assim o dia mais terrível de morte que jamais existiu na história de Bogotá⁹, ação conhecida como "Bogotazo"¹⁰. Com o Bogotazo agudizou-se a crescente onda de violência que, com pouco fôlego, viveria o país nas décadas seguintes, o período chamado "La Violencia" (FERNÁNDEZ e TAMARO, 2004, tradução nossa).

O período de La Violencia foi um período de intensa violência na Colômbia que ocorreu entre 1948 e 1958. La Violencia, foi alimentada pelas tensões políticas entre os partidos liberal e conservador, que foram historicamente rivais no país. A morte de Gaitán intensificou essas rivalidades, levando a confrontos armados. Em razão disso, o conflito iniciou com a mobilização de milícias de ambos os partidos, e grupos paramilitares foram formados por membros dos partidos liberal e conservador. Os confrontos entre os grupos causaram massacres, perseguições e assassinatos políticos e violações de direitos humanos, tornando esta uma das décadas cruciais para o crescimento do conflito armado colombiano, afetando comunidades inteiras e se espalhando por todo o país.

⁷ Alfonso López Pumarejo (1934-1938), Eduardo Santos Montejó (1938-1942) e mais uma vez, Alfonso López Pumarejo (1942-1946).

⁸ Gaitán foi um líder social que participou como candidato à presidência. Na década de 1940, liderou um movimento social e político que mobilizou muitas pessoas e que criticava a distribuição econômica da época.

⁹ Capital da Colômbia.

¹⁰ "Uma revolta do povo com o assassinato de seu "defensor" gerou enormes protestos na capital do país, e a forte repressão do Exército, comandado pelo partido conservador, culminou em um massacre na capital, conhecida como Bogotazo, espalhando-se por todo o país, provocando confrontos na zona rural entre simpatizantes de dois partidos." (LOPES, 2005).

Foi a partir do assassinato de Gaitán que os movimentos começaram a utilizar armas para defender seus ideais, começando assim os primórdios dos modelos das guerrilhas que conhecemos hoje, tendo início no período de La Violencia.

Nesse contexto, grupos armados surgiram e se espalharam pelas montanhas e planícies do país com o intuito de defender camponeses e suas terras de possíveis ameaças que pudessem ocorrer. Piorando esse quadro de guerra civil, além das autodefesas constituídas por pequenos proprietários, espalhava-se pela zona rural do país grupos particulares, financiados por grandes proprietários, além de bandos de saqueadores e assassinos, trabalhando para quem pudesse pagar mais pelos seus serviços, ou simplesmente para o enriquecimento de seus líderes (LOPES, 2005).

Nos 10 anos dessa guerra, as agendas de segurança dos governos começaram a ser voltadas unicamente para solucionar esse conflito. A partir de La Violencia, o assunto passou de ser um assunto de conotação pública a ser um assunto securitizado, roubando o foco das agendas de segurança dos governos que vieram a partir do acontecimento. No governo de Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957), por exemplo, efetuou-se a primeira proposta de anistia aos grupos rebeldes durante toda a história da Colômbia até então, contudo, a mesma não vingou dado que assim como o Partido Comunista Colombiano, os grupos de rebeldes também não queriam entregar as armas, sendo influenciados completamente pelo Partido. A partir desse ponto, o Partido Comunista e os grupos de rebeldes liberais uniram suas forças para trabalharem juntos, ressurgindo com ideais comunistas¹¹ e deixando e deixando o liberalismo de lado. Os novos grupos, começaram a se espalhar pela Colômbia, tendo algumas regiões com grupos mais organizados do que outras (LOPES, 2005).

Os Acordos de Paz de 1958, que visavam encerrar o confronto entre os partidos liberal e conservador, marcaram o fim, em grande parte, do período de La Violencia. Esses acordos resultaram em uma alternância de poder entre os partidos, estabelecendo o pacto conhecido como Frente Nacional¹². No entanto, os efeitos da violência persistiram na Colômbia, deixando marcas profundas na sociedade, e a rivalidade política continuou existindo. Entretanto, a experiência traumática de La Violencia influenciou eventos subsequentes na história colombiana, incluindo o

¹¹ Ideais comunistas como: luta pela igualdade social, contra o classicismo e a favor dos direitos dos camponeses e de outras minorias.

¹² O Frente Nacional foi um acordo bipartidário entre liberais e conservadores, que concordaram em alterar a presidência a cada quatro anos entre os dois partidos. Isso significava que, independentemente do resultado das eleições, um presidente do Partido Liberal seria seguido por um presidente do Partido Conservador e vice-versa.

surgimento de grupos guerrilheiros e de grupos paramilitares. Ao longo do tempo, os grupos guerrilheiros iam se consolidando e homogeneizando em regiões diferentes, porém, foi na década de 1960 que os trabalhos para a consolidação de um grupo guerrilheiro maior e organizado foram tomando vez, criando assim os primórdios da estrutura de guerrilha que conhecemos hoje. Alguns grupos começaram a tomar regiões e declará-las como Repúblicas Independentes, gerando uma preocupação tanto ao Estado colombiano, como aos Estados Unidos, já que durante a Guerra Fria, ter grupos revolucionários comunistas com ideias separatistas dentro do bloco econômico capitalista, poderia servir de exemplo e motivação para que em outras regiões do mundo, grupos comunistas fizessem o mesmo (LOPES, 2005).

A preocupação com a imagem que a América estava passando no meio da Guerra Fria, acarretou algumas ações por parte do governo colombiano, certamente por pressão dos Estados Unidos. Uma das ações tomadas a partir dessa apreensão foi a criação de uma República Independente com o aval do governo colombiano, chamada Marquetalia.

A República Independente de Marquetalia foi comandada por Manuel Marulanda Vélez ou atualmente conhecido como Pedro Antonio Marín, fundador também da posteriormente conhecida, FARC-EP. Criada pelo governo, com o intuito de separar os grupos rebeldes do resto do país, para não depreciar a imagem da América ao longo da Guerra Fria, Marquetalia era composta por camponeses que lutavam por ter acesso a direitos básicos já que viviam com escassez de recursos básicos em modo geral (LOPES, 2005).

Entretanto, no ano de 1964, durante o governo conservador de Guillermo León Valencia, a república foi atacada pelo exército colombiano em uma ação militar chamada "Operação Marquetalia". "Nos primeiros dias de abril de 1964, soubemos de uma séria decisão do governo colombiano: a guerra de extermínio contra a região de Marquetalia começaria na terceira semana de maio daquele ano" (ARENAS, 1965, tradução nossa)¹³. O objetivo da Operação era eliminar a presença das guerrilhas na região, e teve como resultado assassinatos em massa, e a dispersão dos grupos que ocupavam a região.

¹³ No original: "En los primeros días de abril de 1964 tuvimos conocimiento de una grave decisión del gobierno colombiano: la guerra de exterminio contra la región de Marquetalia comenzaría en la tercera semana de mayo de ese año" (ARENAS, 1965, tradução nossa).

O ataque a Marquetalia teve como consequência o início das Fuerzas Armadas de Colombia - Ejército del Pueblo (FARC-EP), e o início do conflito prolongado entre as FARC-EP e o governo colombiano. Desde então, as tentativas de acabar com os movimentos guerrilheiros aumentaram cada vez mais, os governos começaram a securitizar-se mais e a chamar a população com a influência do discurso, para lutar contra as guerrilhas.

Após a Operação Marquetalia, os organismos de segurança colombiana, iniciaram uma série de estratégias militares que tinham por objetivo acabar com a insurgência comunista no país, principalmente nas áreas rurais, onde havia a maior presença de guerrilhas. Dessa forma, foi criado o Plano LASO (Latin American Security Operation).

O Plano LASO foi uma estratégia militar implementada pelo governo colombiano em 1965, um ano depois da criação oficial do grupo guerrilheiro FARC-EP, com a finalidade de neutralizar as ações guerrilheiras, e retomar o controle territorial das áreas ocupadas por eles. As ações envolveram confrontos militares intensos nas áreas rurais, insegurança social devido ao conflito e assassinatos em massa.

No diário de Jacobo Arenas, membro do Comitê Executivo do Partido Comunista da Colômbia, e destacado membro do Estado-Maior das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (que posteriormente converteu-se em um livro), relata a forma em que as forças políticas do Estado, utilizavam o discurso securitizador para obter audiência e apoio, com o fim de justificar qualquer ação securitizadora realizada para acabar com as guerrilhas:

Em 11 de novembro de 1967, o então comandante das forças armadas colombianas, general Pinzón Caicedo, declarou: "o comandante do exército apela à opinião cidadã, **consciente de seus deveres cívicos**, para que entenda que a guerra atual é uma guerra não apenas contra as forças públicas... É, sem ambiguidades nem macartismos, a grande guerra entre a democracia e o comunismo, levada ao teatro colombiano" (ARENAS, 1965, tradução nossa).

No livro, Arenas relata que esse discurso foi realizado para levar até às últimas consequências o Plano LASO¹⁴ (ARENAS, 1965). Entretanto, o Plano não teve um término definido, todavia, fazia parte de uma série de estratégias do governo, para

¹⁴ Plano militar elaborado pelo Pentágono com o objetivo de destruir as zonas de autodefesa colombianas.

acabar com as guerrilhas no país. Por isso, o contexto em que o plano foi implementado, desencadeou uma ampla militarização no país, que se estendeu durante décadas na Colômbia. Essa série de estratégias foram determinantes para o conflito armado, já que assim como o governo armou-se, os grupos insurgentes também viram a necessidade de aumentar o uso da força, devido aos confrontos por parte da força pública.

Entre a década de 1960 e a década de 1970, os grupos comunistas guerrilheiros começaram a aumentar, surgindo grupos mais organizados e estabelecidos em diferentes terras ao redor da Colômbia, grupos como FARC-EP, ELN, EPL e M-19 deram início às suas atividades ao longo dessas décadas, e conseqüentemente, as agendas de segurança dos governos investiram suas forças, amplificando seus interesses no extermínio deles, em congruência com o crescimento contínuo deles. Um exemplo disso, foi a ação tomada pelo governo de Guillermo León Valencia, que emitiu um decreto que permitia que civis se armassem para a defesa nacional e preservação da ordem pública, diante do risco de uma suposta ameaça externa (COMISIÓN, 2023, tradução nossa). Essa decisão foi tomada no ano de 1965, permitindo assim, o livre uso das autodefesas na Colômbia, dentro da sociedade.

O Decreto 3.398 de 1965 dizia: “todos os colombianos são obrigados a participar ativamente da defesa nacional, quando as necessidades públicas o exijam para defender a independência nacional e as instituições nacionais”. Este regulamento permitiu ao Ministério da Defesa Nacional autorizar a propriedade privada de armas para uso exclusivo das Forças Armadas (COMISIÓN, 2023, tradução nossa).

Os governos, entretanto, no que concerne ao seu papel de soberania dentro de um Estado, tiveram um papel crucial nas próximas décadas em relação às guerrilhas, pois foi a partir da influência das agendas de segurança dos governos conservadores, que os grupos de autodefesa cresceram sem parar. Os civis optaram pelo uso das armas em prol do país e grupos maiores constituíram-se, tudo isso com o objetivo de confrontar as guerrilhas, que na época, não estavam apenas defendendo suas pautas, com raízes comunistas a favor da sociedade, mas também iniciando sua participação no narcotráfico colombiano. Aumentando assim as rotas de tráfico de drogas, cultivo e negócio delas, com o objetivo de financiar suas atividades e permanecer no status de poder, onde se encontravam.

Dentre os grupos de autodefesa que vieram a formar-se, a partir do crescimento das atividades das guerrilhas, do estímulo dos governos conservadores e do crescimento do narcotráfico no país, as AUC¹⁵ (1994), foram um deles. A aparição desses grupos paramilitares, deixou o cenário nacional numa guerra exposta entre guerrilheiros e paramilitares, custando a vida de milhares de pessoas e impactando na segurança social, nas regiões rurais colombianas.

Uma das principais e mais tristes consequências da atuação das autodefesas, também foi o deslocamento forçado de inúmeras famílias, ao longo da história dessa guerra. Escutando os relatos de uma das vítimas do conflito, conta a razão pela qual sua família foi obrigada a sair da cidade em que viviam na Colômbia:

Sou deslocada da Colômbia, sou migrante porque em 1995, grupos paramilitares ilegais mataram meu companheiro, ele era professor, Fulano de Tal. Dedicado a defender os direitos dos professores e do campesinato, enfim. Eles (os paramilitares) o ameaçaram e como ele não saiu, ele não podia sair, eles o mataram em 20 de fevereiro de 1995. Por conta disso, tive que deixar a cidade onde morávamos, Pailitas, Cesar, e fui morar com meus filhos em Valledupar, capital de Cesar (UM¹⁶, 2023, tradução nossa. Informação verbal).¹⁷

Essa é uma realidade muito comum entre as famílias colombianas, como mostra o quadro abaixo. Fica nítido o aumento crescente de vítimas do conflito atribuídos a grupos paramilitares, neste caso às AUC, de 1995 a 2006 (início e fim das AUC).

¹⁵ Autodefensas Unidas de Colombia.

¹⁶ Usou-se “Sujeito um” com o fim de preservar a identidade da pessoa entrevistada.

¹⁷ Entrevista realizada pela autora em formato de áudio. No apêndice deste documento, consta a entrevista completa.

Quadro 1 - Dados Sobre Deslocamentos Atribuídos à AUC de 1995 a 2006

Ano	Registros - Rede de Solidariedade Social	Estimado pelo CODHES ¹⁸
1995	251	89.000
1996	2.582	181.000
1997	15.260	257.000
1998	35.675	308.000
1999	31.546	288.000
2000	331.383	317.375
2001	375.187	341.925
2002	424.354	412.553
2003	220.414	207.607
2004	162.501	287.581
2005	160.215	310.387
2006	30.688	Sem dados
TOTAL	1.796.452	3.000.428

Fonte: Observatorio Presidencial de los Derechos Humanos (PARDO apud VALENCIA, 2007, tradução nossa).

A pauta sobre tomar iniciativas urgentemente, para encontrar a justiça quanto ao conflito armado, foi construindo este cenário de surgimentos de grupos de autodefesas. Um exemplo deste tipo de discurso, são as Palavras de César Gaviria Trujillo, ex-presidente colombiano que exerceu seu mandato entre 1990 e 1994. Neste discurso, Gaviria enfatiza a importância dos princípios democráticos e a necessidade imediata de enfrentar o tráfico de drogas.

Durante seu mandato como presidente da Colômbia, Gaviria testemunhou de perto as complexidades, a violência e a crueldade dos cartéis de narcotráfico. Nesse contexto, ele insta todas as nações a unirem esforços para erradicar esse desafio que afeta toda a região.

“Temos também o enorme desafio de estabelecer os mecanismos e procedimentos para avaliar o seio “desical”, as políticas dos países contra as drogas. Apoiando-nos nos princípios da nossa Carta, nas diretrizes estabelecidas na estratégia hemisférica que assinamos em Montevideu e,

¹⁸ Consultoría para los derechos humanos y el desplazamiento.

sobretudo, no princípio da responsabilidade compartilhada”. (GAVIRIA, [s.d.], tradução nossa).

O ex-presidente Andrés Pastrana também discursou em relação ao conflito armado, especialmente sobre uma tentativa falida de resolução do conflito junto às FARC. Em discurso realizado no ano de 2002, em um tom de raiva e decepção, o ex-presidente relata em televisão aberta o fim do processo de paz junto ao grupo armado.

“Tomei a decisão de não continuar com o processo de paz com as FARC, este grupo guerrilheiro com as suas ações e atitudes tem sido responsável por fechar a porta a uma solução política. Continuarei buscando a paz de mãos dadas com todos vocês, mas não submeterei o povo colombiano à arrogância de alguns interlocutores que dizem querer a paz, mas que atiram contra ela.” (PASTRANA, 2002, tradução nossa)

Nesse discurso, Pastrana menciona que “O grupo guerrilheiro, com suas ações e sua atitude, encarregou-se de fechar a porta à solução política”. Em outras palavras, a solução política deixaria de ser uma opção, dando espaço assim para a solução militarizada. Comportamento, que se mostra no governo posterior ao mandato de Pastrana.

A criação desses grupos de autodefesa deu continuação à militarização para a segurança colombiana no governo Uribe, a facilidade para surgirem diversos grupos paramilitares, se deu a partir dos discursos securitizadores e que direcionavam a resoluções não-políticas, utilizados pelos governos da década, motivados pela insistência em fazer justiça. Discursos securitizadores como: “Temos que amar este país, temos que nos fazer moer por este país” (URIBE, 2002, tradução nossa), passam a mensagem de que se a pessoa ama a pátria, deve se sacrificar pelo bem da mesma.

Analisando esses três governos, fica explícito o processo de tentativa de resolução do conflito, que iniciou a priori de uma forma não-violenta, buscando o diálogo para o início do processo de paz, mas que foi cada vez mais, ficando no outro extremo que nesta escala, exemplifica a militarização.

Sendo assim, atuação dos paramilitares foi nada mais e nada menos que uma extensão das vontades do Estado, colocadas como responsabilidade social da população, com o pretexto de ser um dever de todos manter a paz do país, entretanto, esse objetivo acabou resultando em um aumento de ameaças para a segurança nacional, aumento na violência e aumento da insegurança social.

O governo de Álvaro Uribe Vélez, por sua vez, iniciou no ano de 2002, por meio de um discurso de esperança em relação à segurança nacional.

O seu discurso como candidato penetraria na cidadania e teria apoio na maior parte do território nacional, conseguiria também firmar os seus interesses no Estado e utilizar os meios disponíveis para concretizar os interesses do seu discurso. Por outras palavras, o aparelho governamental responderia à ideologia da Segurança Democrática (CASTILLEJO, 2016, tradução nossa).

No mesmo sentido, no início do seu mandato, Uribe conseguiu iniciar o processo social e político que daria fim às AUC, em concordância com uma proposta colocada pelo grupo paramilitar. “Em 7 de outubro de 2004, por meio de uma declaração chamada “Acto de Fé por la Paz”, os paramilitares reiteraram sua disposição de depor as armas e iniciaram uma série de desmobilizações coletivas que duraram até 11 de abril de 2006” (COMISIÓN, 2019, tradução nossa). O Acto de Fé por la Paz foi o início do processo de desmobilização das AUC, ele prometia anistia total aos envolvidos, reinserção na sociedade e apuração do narcotráfico, sendo esta a primeira ação que entraria em concordância com o discurso político de Uribe, durante o processo eleitoral.

“O processo começou (...) com a declaração unilateral de cessação das hostilidades realizada por parte desta organização armada em 29 de novembro de 2002, onde se manifestou o compromisso de iniciar conversações de paz com o Governo Nacional. As razões para esta decisão unilateral foram, entre outras, a acusação internacional contra eles como terroristas e a necessidade de incluí-los em uma lista deste tipo; além disso, aproveitar a disposição do recém-eleito Presidente da República Álvaro Uribe Vélez para iniciar um processo de negociação” (VALENCIA, 2007, tradução nossa).

Com isso, se deu início à estruturação do Acordo de Santa Fé de Ralito, em julho de 2003, com o fim de levar adiante o processo de desmobilização, foi formada uma equipe de seis pessoas que se encarregaram de dar início às negociações. (HUMAN RIGHT WATCH, 2005). No acordo, foram colocados todos os pontos que deveriam ser trabalhados para a desmobilização e os compromissos que deveriam ser acatados, por parte das AUC, com o fim de restabelecer o poder da força ao Estado, iniciar o processo de desarmamento e iniciar a desmobilização de todos os integrantes. No quadro abaixo, mostra-se em detalhes cada um dos pontos acordados:

Quadro 2 - Compromissos assinados no Acordo de Santa Fé de Ralito (2003)

Nº	Acordo
1	Estabelecer como objetivo desse processo a conquista da paz nacional, por meio do fortalecimento da governabilidade democrática e da restauração do monopólio da força nas mãos do Estado. As AUC reiteram que sua maior contribuição à nação neste momento histórico é avançar em direção à sua reintegração à vida civil e contribuir para o fortalecimento do Estado de Direito. As partes se comprometem nesse processo, cientes de dar um passo que efetivamente contribui para a construção da verdadeira paz que a nação colombiana espera e merece.
2	Para cumprir esse propósito, as Autodefesas Unidas de Colômbia se comprometem a desmobilizar a totalidade de seus membros, em um processo gradual que começa com as primeiras desmobilizações antes do final do ano em curso e que deverá ser concluído até 31 de dezembro de 2005. O governo se compromete a tomar as medidas necessárias para reintegrá-los à vida civil.
3	As Autodefesas Unidas de Colômbia consideram muito positivas as recomendações finais da Comissão Exploratória e concordam que elas constituem uma orientação adequada para o processo de paz entre o governo nacional e as AUC.
4	Concordam que, a partir das recomendações do relatório final da Comissão Exploratória, a fase de exploração do processo de paz está encerrada para dar início a uma etapa de negociação.
5	Criar as condições para que, em um prazo razoável, os membros das Autodefesas Unidas de Colômbia se concentrem - com as devidas garantias de segurança - em locais previamente acordados. A concentração de seus integrantes incluirá todos os níveis de comando, com as garantias acordadas entre as partes. Essas áreas contarão com a presença permanente da força pública.
6	As Autodefesas Unidas de Colômbia ratificam seu compromisso com o cumprimento do cessar-fogo, como expressão de boa vontade, e continuarão seus esforços para garantir que ele seja totalmente eficaz.
7	As Autodefesas Unidas da Colômbia compartilham o objetivo do governo de uma Colômbia sem narcotráfico e apoiam as ações do Estado colombiano contra esse fenômeno que destrói a democracia, a convivência, a economia e o meio ambiente.
8	Agradecer a presença contínua da Igreja Católica nesse processo de paz e convidá-la a continuar acompanhando-o, como garantia de transparência e comprometimento das partes com a paz na Colômbia.
9	Convocar a solidariedade e o compromisso nacional para fortalecer o Estado e criar as condições que tornem possível a desmobilização e reintegração à vida civil dos membros das AUC. Pedir aos diferentes setores nacionais e às comunidades locais que apoiem os esforços institucionais para consolidar a segurança, a convivência e o desenvolvimento.
10	Exortar a comunidade internacional a apoiar os esforços para defender e fortalecer a democracia colombiana e a prestar sua colaboração para desativar os fatores de violência que afetam a Colômbia.

Fonte: UN Peacemaker.

O processo de desmobilização dividiu-se em 3 fases a cargo do Gabinete do Alto Comissariado para a Paz “1. Sensibilização, preparação e adaptação (que duraria entre 15 e 30 dias); 2. a concentração, desmobilização e verificação (entre dois e dez dias de duração); 3. início do processo de reincorporação aos locais de origem (aproximadamente oito dias)” (VALENCIA, 2007, tradução nossa), além de um auxílio

econômico para cada pessoa que optasse pela desmobilização. Até 2006, as AUC continuavam os trabalhos e um mês depois da reeleição do ex-presidente Uribe, o último grupo entregou as armas, “Ao final, foram dissolvidas 36 estruturas armadas entre blocos e frentes, num total de 30.944 homens e mulheres em todo o território nacional” (COMISIÓN, 2019, tradução nossa).

Todavia, o processo de desmobilização, que durou por volta de 2 anos, não garantiu a eliminação total do paramilitarismo na Colômbia, já que nem todos os integrantes das AUC de fato se desmobilizaram e nem todas as armas foram entregues, como indica o quadro abaixo:

Quadro 3 - Dados Sobre Integrantes Desmobilizados e Armas Entregues no Processo

Ano	Integrantes	Armas	Média de Armas/Integrantes
2004	2645	2110	0,8
2005	10417	6834	0,66
2006	17573	8561	0,49
TOTAL	31671	18051	0,57

Fonte: Escola de Cultura de Pau y Agencia Española de Cooperación Internacional (apud VALENCIA, 2007, tradução nossa).

O narcotráfico e os ataques à segurança social realizados devido ao conflito armado, continuaram no país. Mesmo que o processo de desmobilização tenha sido uma nova esperança para a sociedade colombiana, era nítido que ainda faltavam muitos problemas por resolver e enquanto não eram resolvidos, a segurança nacional continuava sendo afetada, não só pela atuação paramilitar, mas também pela atuação das guerrilhas, que no governo Uribe, a agenda de segurança voltou suas forças para a eliminação delas, já que eram elas que vinham afetando a segurança do país há várias décadas.

2.1 INSEGURANÇA SOCIAL NA COLÔMBIA A PARTIR DO CONFLITO ARMADO

Nas relações internacionais, segurança social refere-se a uma preocupação devido a uma ameaça existente no sistema internacional, podendo ser entre dois ou mais Estados ou envolvendo apenas um. A insegurança social surge a partir de

conflitos que envolvem violações de direitos humanos e causam medo a um grupo de pessoas, tendo como resultado deslocamentos forçados, massacres, sequestros e pobreza extrema, podendo transcender ou não as fronteiras nacionais.

No caso da Colômbia, a entrada do exército nacional para a resolução do conflito armado, causou uma insegurança social que gerou as primeiras ondas de deslocamentos forçados na Colômbia. A razão dos deslocamentos eram principalmente sequestros por parte das guerrilhas em regiões rurais, e confrontos entre as guerrilhas e o exército.

Os sequestros por parte das guerrilhas, tinham motivações políticas e financeiras, utilizando-os como ferramenta de manipulação, para que o governo atendesse suas demandas como libertação de guerrilheiros presos e mudanças nas políticas nacionais. As guerrilhas também solicitavam financiamentos para suas operações em troca de reféns, incluindo alvos como políticos, membros importantes das forças de segurança e estrangeiros. A pressão ao governo era aumentada estrategicamente, conforme o nível de importância do refém para o Estado.

O sequestro do Núncio Apostólico colombiano na época, Emílio Berlie foi um dos que mais mobilizou o governo colombiano, no ano de 1983. Berlie, foi sequestrado pelo grupo guerrilheiro M-19 em Bogotá e mantido em cativeiro durante três meses, com o fim de pressionar o governo a atender as demandas políticas do grupo guerrilheiro. As negociações para a libertação do Núncio, foram mediadas pelo presidente da época Belisario Betancur e pela igreja católica, que acabou desempenhando um papel ativo, buscando negociações pacíficas.

Outro sequestro de comoção nacional e midiática foi o da ex-deputada Consuelo González. O sequestro foi realizado pelas FARC-EP no ano de 2001, ficando em cativeiro durante pouco mais de seis anos, até o resgate. Da mesma forma, o sequestro foi motivado pelas intenções de pressionar o governo a acatar as reivindicações políticas do grupo. As negociações foram mediadas pelo governo de Álvaro Uribe, por meio de uma operação humanitária em 2008. A operação tinha por objetivo a libertação de reféns, como parte das estratégias que visavam alcançar um acordo humanitário.

O sequestro de Alan Jara também foi um dos mais longos, permanecendo em cativeiro durante sete anos. Jara é ex-governador do departamento de Meta e foi sequestrado no ano de 2001, pelas FARC-EP. Sua libertação ocorreu em 2008 durante a mesma operação humanitária em que foi libertada Clara Rojas, sequestrada

em 2002 e que no momento exercia o trabalho de chefe de debate da então candidata à presidência, Ingrid Betancourt.

Os sequestros, entretanto, não eram apenas de figuras políticas e de influência, mas também de civis inocentes. O alvo de sequestros de civis era diferente, sendo estes focados em crianças e pessoas com dívidas, com o grupo guerrilheiro.

As crianças sequestradas, eram capturadas principalmente para trabalharem dentro das guerrilhas. O Sujeito Dois¹⁹, lembra-se da sua infância e do medo causado pelas guerrilhas na região em que morava, motivo suficiente para que sua família deixasse sua terra no campo e se deslocasse para a cidade, em busca de segurança:

(...) E então o exército começou a chegar, e quando o exército chegou lá eles "se pegavam" em qualquer lugar. Depois começaram a ter episódios como não ir mais à escola e tiroteios no campo e por isso termos que nos esconder, mas o que mais nos levou a sair, foi o desaparecimento de 3 meninos da aldeia. Até da escola sumiam do nada, todo mundo sabia que era porque tinham sido levados para a guerra e sabe-se lá quem, né? Então um dia eles sumiam do nada ou um grupo fora da lei levaria eles embora e se os pais não quisessem entregar os filhos, eles ameaçavam os pais. Então quando meus pais viram aquela situação nós saímos na hora. O motivo do deslocamento foi mais para nos proteger porque na época eu tinha 11 anos e meu irmão tinha 10, eu acho. Então estávamos em uma idade em que pegavam os meninos, foi por isso (DOIS, 2023, tradução nossa. Informação verbal).²⁰

Além das capturas para forçar as crianças a se juntarem à luta armada, esta estratégia era utilizada como forma de intimidação, para pressionar as comunidades locais a colaborarem com as guerrilhas e silenciar as mesmas. Era comum a utilização das crianças para transportar mensagens e espionar nas áreas de conflito, dessa forma, os grupos guerrilheiros teriam acesso a informações e até mesmo planos de ação da parte contrária.

É notável a tamanha violação de direitos humanos vivida pelas crianças sequestradas, até mesmo porque quando as crianças não eram utilizadas para colaborar com a guerrilha, passavam por uma série de torturas desumanas. Casos de violência sexual e baseadas no gênero, desaparecimento forçado e homicídios, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes eram comuns (JURISDICCION, 2021). Segundo dados tratados pela JEP, no período de 1996 a 2016 as FARC-EP sequestraram 18.677 crianças maiores e menores de 15 anos.

¹⁹ Usou-se "Sujeito Dois" com o fim de preservar a identidade da pessoa entrevistada.

²⁰ Entrevista realizada pela autora em formato de áudio. No apêndice deste documento, consta a entrevista completa.

Como foi mencionado anteriormente, os sequestros devido a dívidas, também eram comuns na Colômbia. Uma das formas de financiamento das atividades guerrilheiras, era os pagamentos exigidos às comunidades rurais onde as guerrilhas se localizavam. Os pagamentos eram uma espécie de taxa que as pessoas pagavam, em troca de proteção e de não prejudicar ou atacar tais pessoas ou propriedades, estas taxas eram chamadas de “Vacunas”. Esta atividade completamente ilegal acabou gerando certamente problemas na economia e impactou na segurança social dos colombianos, já que quem não pagasse a vacina, não seria protegido e seria prejudicado de diversas formas. Casas foram queimadas, famílias atacadas, abusadas, assassinadas e sequestradas.

A pessoa entrevistada conta como era a logística de trabalho por parte da guerrilha na região em que ele morava no que se refere às vacunas: As “Vacunas” eram cobradas pelos guerrilheiros às famílias que possuíam gado e quem não pagasse era assassinado ou sequestrado (DOIS, 2023, tradução nossa. Informação verbal).

Essa onda de violações de direitos humanos, gerou comoção nacional e medo nas distintas regiões rurais colombianas, entretanto, nenhum organismo nacional ou internacional, focava em uma solução para além da extinção das guerrilhas. Sem dúvida, cortar o problema da raiz parece a forma mais lógica de acabar com o conflito armado, contudo, enquanto a guerra estava acontecendo ninguém se responsabilizava pelas famílias inocentes, não houve, por exemplo, operações de desocupação das áreas afetadas enquanto o cenário de confrontos constantes acontecia. O medo era tão grande que as comunidades temiam tanto aos guerrilheiros quanto ao exército, não sabendo distinguir a diferença entre eles quando os viam perto das suas moradias.

A tentativa de securitização dos governos que implementaram as operações militares, sem dúvida incrementou a onda de insegurança social. Este problema é muito comum em cenários de guerra, o foco unilateral para a extinção das guerrilhas abandonou a vida de milhares de famílias e crianças, esquecidas por quem deveria zelar por sua segurança, o governo. O quadro abaixo, mostra os dados das vítimas de sequestro entre os anos 1990 e 2008:

Quadro 4 - Dados dos sequestros de vítimas do conflito armado na Colômbia entre 1990 e 2008

Sequestros de vítimas do conflito armado entre 1990 e 2008	
Vítimas entre 1990 e 2008	50.770
Número total potencial	80.000
Décadas com mais vítimas	Entre 1995 e 2004 ocorreram 38.926 vítimas (77% do total de sequestros) e só entre 2002 e 2003 foram 11.643 vítimas (23% do total).
Principais responsáveis pelos sequestros	1. As FARC-EP: 20.223 vítimas (40%) 2. Grupos paramilitares com 24% (9.538 vítimas) 3. O ELN com 19% (9.538). 4. Os sequestros também foram realizados em número considerável por outros grupos (9%).
Regiões mais afetadas	1. Antioquia: 9.308 vítimas (20%) 2. César: 3.353 vítimas (7%) 3. Norte de Santander: 2.949 vítimas (6%) 4. Bolívar: 2.611 vítimas (6%) 5. Nariño: 2.513 vítimas (5%).
Sexo das vítimas	78% das vítimas são do sexo masculino e 22% do sexo feminino.
Idade das vítimas	87% das vítimas eram adultos e 13% eram menores.

Fonte: Comisión de la Verdad, 2022.

Além dos sequestros, o medo de ser assassinado e de desaparecer, também era comum, pois não apenas guerrilheiros e paramilitares carregavam a responsabilidade dos homicídios e dos desaparecimentos forçados, mas também os agentes estatais. O que demonstra mais uma vez que a insegurança social na Colômbia, não é responsabilidade apenas dos grupos insurgentes, mas também dos governos. Nas tabelas abaixo pode-se entender melhor os números impactantes de assassinatos atribuídos a cada grupo assim como os desaparecimentos forçados.

Quadro 5 - Dados sobre os homicídios de vítimas no conflito armado entre 1985 e 2008

Homicídio de vítimas no conflito armado entre 1985 e 2008	
Vítimas entre 1985 e 2008	450.664
Número total potencial	800.000
Décadas com mais vítimas	Entre 1995 e 2004, foram registradas 45% das vítimas (202.293 vítimas).
Principais responsáveis pelos sequestros	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grupos paramilitares: 205.028 vítimas (45%) 2. Grupos guerrilheiros: 122.813 vítimas (27%) Do percentual dos grupos guerrilheiros, 21% correspondem às FARC-EP (96.952 vítimas), 4% ao ELN (17.725 vítimas) e 2% a outras guerrilhas (8.496 vítimas) 3. Agentes do Estado: 56.094 vítimas (12%)
Regiões mais afetadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Antioquia: 125.980 vítimas (28%) 2. Valle del Cauca: 41.201 vítimas (9,1%) 3. Norte de Santander: 21.418 vítimas (4,8%) 4. Cauca: 19.473 vítimas (4,3%) 5. Cesar: 16.728 vítimas (3,7%).
Sexo das vítimas	91% das vítimas são do sexo masculino e 9% do sexo feminino.
Idade das vítimas	86% das vítimas eram adultos e 14% eram menores.

Fonte: Comisión de la Verdad, 2022

Quadro 6 - Dados sobre os desaparecimentos forçados de vítimas no conflito armado entre 1985 e 2016

Desaparecimentos forçados de vítimas no conflito armado entre 1985 e 2016	
Vítimas entre 1990 e 2008	121.768
Número total potencial	210.000
Principais responsáveis pelos sequestros	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grupos paramilitares, com 63.029 vítimas (52%) 2. FARC-EP com 29.410 vítimas (24%) 3. Múltiplos perpetradores com 10.448 vítimas (9%) 4. Agentes do Estado 9.359 vítimas (8%)
Regiões mais afetadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Antioquia: 28.029 vítimas (23%) 2. Valle del Cauca com 8.626 vítimas (7%) 3. Meta com 8.542 vítimas (7%) 4. Bogotá com 5.565 vítimas (5%) 5. Norte de Santander com 5.207 vítimas (4%)
Sexo das vítimas	83% das vítimas são do sexo masculino e 17% do sexo feminino.
Idade das vítimas	77% das vítimas eram adultos e 23% eram menores.

Fonte: Comisión de la Verdad, 2022

Como colocado anteriormente, a insegurança social na história do conflito armado na Colômbia, gerou uma forte onda de deslocamentos forçados devido aos riscos causados pelo conflito armado, tornando assim, a Colômbia o país com mais deslocados forçados do mundo segundo a ACNUR, 2016. Até a contagem de dados realizada em 2022 pelo Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC), indica que o número de pessoas que mantêm o seu estatuto de deslocados internos é de 4.766.280. O Governo colombiano por sua vez, identificou até 31 de dezembro de 2022 um total de 8.375.715 de pessoas incluídas no Registro Único de Vítimas, devido a deslocamentos forçados, a partir de 1985.

2.2 A MILITARIZAÇÃO COMO MECANISMO DE SECURITIZAÇÃO E A INFLUÊNCIA DO PLANO COLÔMBIA

A guerra fria teve uma influência significativa no sistema internacional, inclusive no que se refere à segurança nacional da Colômbia, assim como em vários países ao redor do mundo. A rivalidade entre as superpotências Estados Unidos e União Soviética, causou uma série de implicações políticas, econômicas e militares na América Latina.

É notável que, a influência da Guerra Fria na segurança nacional foi maioritariamente exercida por parte dos Estados Unidos. Essa influência pode ser analisada a partir de vários aspectos como: a doutrina de segurança nacional passada pelos Estados Unidos para a Colômbia, o combate ao comunismo devido às insurgências comunistas que estavam acontecendo na Colômbia e as intervenções e financiamentos advindos dos Estados Unidos, como forma de auxiliar na segurança nacional.

Durante a guerra, os Estados Unidos promoveram uma doutrina de segurança nacional voltada para a militarização dos países e o bloqueio da expansão do comunismo. Dessa forma, os Estados Unidos começaram a apoiar regimes que se declarassem anticomunistas. Na Colômbia, essa doutrinação revelou-se em forma de apoio militar e financeiro, aos governos que promoviam políticas que fossem em concordância com os interesses dos Estados Unidos.

O apoio dos Estados Unidos, trouxe consigo o combate ao comunismo que já estava sendo projetado contra a União Soviética, sendo assim, o foco em acabar com os grupos insurgentes comunistas na Colômbia, nunca esteve tão presente. A pressão

exercida pelo financiamento dos Estados Unidos nos governos da época na Colômbia, causou uma série de operações e planos militares, adotando medidas severas para controlar as guerrilhas na Colômbia, já que a atuação delas, causava uma desestabilização regional.

O fato dos Estados Unidos ser o maior preocupado com os grupos comunistas insurgentes na época, criou uma ligação econômica e de segurança com a Colômbia que se manteve inclusive no governo Uribe, especificamente com o Plano Colômbia, que teve início no ano de 2000, durante o governo Pastrana e o governo Bill Clinton dos Estados Unidos, com previsão de término em 2005, durante o posterior governo Uribe.

Oficialmente denominado “Plano para a paz, a prosperidade e o fortalecimento do Estado”, o Plano busca apoio político e financiamento e foi aprovado sob a designação de Lei S-1758 – Alliance with Colombia and the Andean Region (ALIANZA) Act of 1999 e assinado em acordo bilateral, conseguindo apoio financeiro não apenas dos Estados Unidos, mas também da Europa e da Comunidade Internacional (CECEÑA e AGUIAR, 2015).

A iniciativa bilateral teve por objetivo enfrentar os desafios do narcotráfico, o conflito armado interno e questões relacionadas à segurança, oferecendo assistência financeira e treinamento militar para apoiar as forças de segurança na Colômbia. “É um programa de US\$ 7,5 bilhões, sendo que o Presidente Pastrana comprometeu US\$ 4 bilhões de recursos colombianos e solicitou à comunidade internacional os US\$ 3,5 bilhões restantes para apoiar esse esforço” (USA GOVERNMENT, 2001, tradução nossa), dentre os quais, Estados Unidos realizou um aporte de US\$ 1,3 bilhão. No quadro abaixo, encontram-se os cinco componentes assistenciais fornecidos pelos Estados Unidos no acordo do Plano Colômbia.

Quadro 7 - Componentes da assistência dos EUA no Plano Colômbia de 2000

Componentes da assistência dos EUA no Plano Colômbia de 2000	
I. Apoio aos Direitos Humanos e à Reforma Judiciária	O pacote total de assistência interagências dos EUA fornece 122 milhões de dólares para uma ampla gama de direitos humanos, reforma judicial e outros programas concebidos para apoiar o processo de paz e para fortalecer a democracia e o Estado de direito na Colômbia. Iniciativas específicas incluem a proteção de organizações não governamentais (ONG) preocupadas com os direitos humanos (4 milhões de dólares); fortalecimento das instituições de direitos humanos (7 milhões de dólares); estabelecimento de unidades de direitos humanos na Polícia Nacional da Colômbia (CNP) e na Procuradoria-Geral da Colômbia (US\$ 25 milhões); formação de juizes e procuradores (7,5 milhões de dólares); e fornecer financiamento para treinar e apoiar o pessoal policial colombiano em medidas anticorrupção, combate à lavagem de dinheiro e combate ao sequestro.
II. Expansão das operações antinarcóticos no sul da Colômbia	O pacote total de assistência interagências dos EUA inclui 390,5 milhões de dólares para apoiar o objetivo do Governo da Colômbia de obter o controle das regiões produtoras de drogas do sul da Colômbia. Esses fundos apoiarão certos aspectos do treinamento e equipamento do segundo e terceiro batalhões antinarcóticos do exército colombiano. Financiará a aquisição e o apoio de 14 helicópteros UH-60 Black Hawk (US\$ 208 milhões); aquisição, reforma e suporte de 30 helicópteros UH-1H Huey II (US\$ 60 milhões); e apoio a 15 helicópteros UH-1N (US\$ 60 milhões) para uso do exército colombiano.
III. Desenvolvimento Econômico Alternativo	O pacote total de assistência interagências dos EUA fornece 81 milhões de dólares para apoiar programas alternativos e de desenvolvimento econômico na Colômbia para ajudar os pequenos agricultores que agora cultivam coca e papoilas do ópio a fazerem a transição para a atividade econômica legal, uma vez que a interdição e a erradicação tornam a agricultura de narcóticos menos lucrativa. Estes fundos somam-se aos fundos fornecidos para o desenvolvimento alternativo associado aos esforços do governo colombiano centrados no sul da Colômbia. Incluídos neste pacote estão 27,5 milhões de dólares para ajudar pessoas deslocadas internamente, mais de 30 milhões de dólares para programas de erradicação voluntária, 12 milhões de dólares em assistência aos governos locais e 2,5 milhões de dólares para programas ambientais para proteger terras frágeis e bacias hidrográficas. Também são disponibilizados fundos para o desenvolvimento alternativo e econômico na Bolívia (85 milhões de dólares) e no Equador (8 milhões de dólares).
IV. Aumento da Interdição	O pacote de assistência fornece 129,4 milhões de dólares para melhorar os esforços de interdição de narcóticos nos EUA e na Colômbia. A maior parte desses fundos (US\$ 68 milhões) é dedicada à atualização dos sistemas de radar em quatro aeronaves de interdição de alerta aéreo antecipado P-3 do Serviço de Alfândega dos EUA, usadas para detectar e monitorar alvos suspeitos destinados aos Estados Unidos a partir de zonas de origem de cocaína, incluindo a Colômbia; Foram disponibilizados US\$ 16,9 milhões para atualizar as aeronaves OV-10 da Força Aérea Colombiana, US\$ 19,5 milhões para apoiar programas de interdição aérea colombianos, US\$ 14 milhões para apoiar e provisionar o programa de interdição ribeirinha da Colômbia e US\$ 1 milhão para apoiar a infraestrutura de inteligência antinarcóticos da Marinha colombiana. Além disso, foram disponibilizados 18 milhões de dólares para apoiar programas de interdição noutros países da América do Sul e Central e das Caraíbas, incluindo especificamente a Bolívia e o Equador.
V. Assistência à Polícia Nacional Colombiana	O pacote total de assistência interagências dos EUA inclui 115,6 milhões de dólares para apoiar o CNP. Isso inclui US\$ 26 milhões para aquisição, treinamento e suporte para dois helicópteros UH-60 Black Hawk; US\$ 20,6 milhões para 12 helicópteros UH-1H Huey II; e US\$ 20 milhões para a compra de aeronaves de pulverização agrícola Ayers S2R T-65 e aeronaves OV-10. Fundos também são disponibilizados para equipamentos de comunicação, munições, peças sobressalentes, treinamento e apoio logístico.

Fonte: USA Government, 2001.

Além dessas assistências, os Estados Unidos também determinaram a alocação de 15 milhões de dólares para auxiliar pessoas que sofreram deslocamentos forçados, devido a conflitos na região. Esses recursos, complementaram os fundos previamente concedidos pelo Governo dos Estados Unidos ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para oferecer suporte às pessoas deslocadas internamente na Colômbia. Além disso, essa parcela de financiamento destinou a fornecer 10 milhões de dólares em auxílio ao desenvolvimento, incluindo assistência técnica e agrícola aos agricultores no sul da Colômbia.

O Plano Colômbia, foi o pontapé inicial para o estreitamento desta relação entre ambos os países, levando a assinar mais acordos bilaterais nos anos posteriores. No ano de 2004, foi assinado o Acordo de Cooperação para Combater o Narcoterrorismo, que estabeleceu diretrizes de cooperação com o objetivo de combater o narcotráfico e o terrorismo. Já o Acordo de Cooperação para Prevenção e Combate ao Crime Organizado Transnacional, assinado em 2006, com o foco de enfrentar as ameaças do crime organizado, especialmente do tráfico de drogas. Mais tarde, o Acordo para a Proteção e Interconexão de Redes de Comunicações de 2009, que visou fortalecer a segurança das comunicações de troca de informações, entre as agências de segurança. O Acordo de Assistência Militar assinado em 2013, que serviu como renovação do compromisso de cooperação com os Estados Unidos, de fornecer assistência militar e treinamento às forças militares colombianas. O Acordo para o Compartilhamento de Informações e Inteligência, que foi assinado em 2014, e teve por objetivo estabelecer mecanismos para o compartilhamento de informações de inteligência, entre os Estados Unidos e a Colômbia. O Acordo Marco de Cooperação para o Desenvolvimento de Programas de Assistência Humanitária, que foi assinado em 2015, que focou em juntar esforços conjuntos para assistência humanitária e o desenvolvimento social e econômico da Colômbia e por fim, o Acordo para o Acesso Recíproco a Programas e Atividades de Treinamento e Educação Militar de 2018, que buscou mais uma vez, facilitar o treinamento militar e a cooperação educacional entre as forças armadas dos dois países.

A partir dos acordos e financiamentos recebidos por parte dos Estados Unidos, a Colômbia se fortaleceu militarmente para implementar uma série de

operações militares, com o objetivo de acabar com os grupos insurgentes e manter o controle do Estado, se traduzindo em 3 grandes operativos.

A primeira operação aconteceu em 2003 e foi chamada de “Operação Liberdade 1”. A Operação teve por objetivo iniciar uma série de combates para diminuir a capacidade armada das FARC-EP, em 5 departamentos colombianos. Ao longo desses confrontos, a operação militar comandada pelo exército nacional conseguiu neutralizar mais de 600 integrantes do grupo guerrilheiro e vários materiais de guerra (EJÉRCITO, 2022).

A “Operação Fénix” foi a segunda operação militar e aconteceu em 2008, financiada pelos Estados Unidos. Durante a Operação, foi bombardeado um acampamento onde encontrava-se Raúl Reyes, secretário importante das FARC-EP.

Com as bombas inteligentes, entregues e monitoradas pelos Estados Unidos, o governo mudou o equilíbrio estratégico da guerra ao atingir, pela primeira vez desde 1964, o secretariado das FARC. Em 1º de março de 2008, as Forças Armadas bombardearam o acampamento de Raúl Reyes em território equatoriano por meio da Operação Fénix. Reyes havia sido negociador em El Caguán, era o "chanceler" das FARC-EP encarregado de administrar o intercâmbio humanitário e peça chave nas finanças daquela guerrilha (COMISIÓN, 2022, tradução nossa).

O bombardeio, além da morte de Raúl Reyes, confiscou computadores com informações importantes como a ida de Reyes para Bucareste, capital da Romênia, para negociar a compra de uma quantidade de urânio suficiente para construir uma bomba. Além disso, também foram encontradas provas "vinculando as FARC ao governo de Hugo Chávez, incluindo um pagamento de 300 milhões de dólares que este último fez para apoiar sua causa terrorista²¹" (EL ESPECTADOR, 2008, tradução nossa).

A terceira operação foi a “Operação Jaque”, também realizada em 2008. Nesta oportunidade, o Exército Nacional criou uma estratégia de resgate já que há 6

²¹ A relação da Venezuela com guerrilhas colombianas estreitou-se fortemente ao longo da história, especificamente no mandato de Hugo Chávez. As colaborações do governo Chávez, eram financeiras, mas também de refúgio de integrantes dos grupos guerrilheiros. “ [...]a eleição de dezembro de 1998 do líder populista Hugo Chávez na Venezuela e sua crescente virada para a esquerda após sua saída temporária do poder em 2002, levou o governo venezuelano a adotar uma postura mais permissiva em relação ao ELN, à medida que cada vez mais a organização buscava refúgio naquele país, complementado por uma atitude menos cooperativa de Chávez em relação ao governo Uribe que era fortemente pró- EUA na Colômbia.²³ Chávez não apenas deu instruções aos comandantes militares locais para não desafiar o ELN, mas permitiu que membros da organização se envolvessem em atividades ideológicas em conjunto com os “Círculos Bolivarianos” do regime e outras entidades.²⁴ Em 2010, havia cerca de 1.500 ELN operando permanente ou temporariamente no lado venezuelano da fronteira” (ELLIS, 2021).

anos Ingrid Betancourt²² e outros 11 soldados teriam sido sequestrados pelas FARC-EP.

Todos os operativos foram comandados pelo Exército Nacional colombiano e como é comum na história colombiana, o financiamento estadunidense esteve presente mais uma vez para que as operações militares fossem feitas. Além das operações, o governo também estabeleceu:

A colocação de tropas do exército e da polícia para garantir a segurança nas estradas; a solicitação do aumento da ajuda econômica dos EUA para não somente manter a política de erradicação dos cultivos ilícitos via fumigações, como também combater as ações das guerrilhas; o aumento das forças do exército com o recrutamento de “soldados camponeses”, etc (SANTOS, 2006).

Sabe-se que os Estados Unidos sempre trataram o narcotráfico como um assunto exclusivamente de segurança, sendo o mesmo contornado na maioria das vezes de forma militarizada. Sendo assim, o Plano Colômbia trouxe as premissas de militarização estadunidenses, visando controlar o narcotráfico na Colômbia por meio de bloqueios das ações guerrilheiras e paramilitares no país.

O plano tinha previsão de acabar em 2005, entretanto, o apoio para o fim do narcotráfico, por parte dos Estados Unidos continuou ainda no governo Bush.

Em reunião com Álvaro Uribe no seu rancho no Texas, em agosto do mesmo ano, o presidente Bush reafirmou o mesmo compromisso: Pedirei ao Congresso que mantenha o nosso compromisso para dar prosseguimento aos programas do Plano Colômbia, para que a Colômbia possa continuar com os seus progressos e vencer a sua guerra contra o narcoterrorismo. Nossa parceria estratégica é vital à segurança, à prosperidade e à liberdade de ambos os nossos países e das Américas (Folha de São Paulo apud SANTOS, 2006).

A relação entre os Estados Unidos e a Colômbia estreitou-se ainda mais, essa relação traduziu-se em forma de financiamento militar. Como consequência disso e da política de segurança militarizada do governo Uribe, os gastos militares colombianos a partir de 2005, duplicaram em relação aos anos anteriores do governo Uribe e até mesmo do governo Pastrana. Isto foi causado também pela implementação de novas políticas de segurança nacional, como a Diretiva Ministerial Permanente N°29/2005, implementada pelo Ministério de Segurança colombiano.

²² Ex-senadora da Colômbia e ativista sequestrada em 2002 pelas FARC-EP.

Quadro 8 - Dados sobre Gastos Militares na Colômbia em Milhões de \$US
(1998 a 2010)

Governo Pastrana				Governo Uribe								
1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
\$3.389,8	\$3.247,3	\$3.027,9	\$3.264,4	\$3.347,5	\$3.278,4	\$4.056,9	\$4.914,2	\$5.326,7	\$6.775,8	\$9.051,1	\$9.033,2	\$10.422,1

Fonte: SIPRI. Elaboração própria.

O Plano Colômbia, foi um adendo para a implementação dos ideais expostos na Política de Defesa e Segurança Democrática. A influência dos Estados Unidos no processo de pacificação da Colômbia, é explícito ao longo de toda a história do conflito armado.

2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O conflito armado na Colômbia, iniciou devido à não concordância da população em relação às decisões tomadas pelos governos, assim como em razão de um embate político entre liberais e conservadores. Ao longo do tempo, ambas partes foram estruturando-se cada vez mais, trazendo dogmas de diferentes pensamentos teóricos, para sustentar as razões das suas lutas e guiá-las por um caminho teórico. O comunismo tomou lugar dentro das guerrilhas, tornando-se uma luta armada para e pelo povo colombiano, gerando assim um maior descontentamento com os governos e o capitalismo. Até hoje, as ações realizadas por algumas guerrilhas, são embasadas e justificadas pelo descontentamento com as ações dos governos e o abandono dele, em relação à população rural e pobre na Colômbia. Entretanto, as justificativas teóricas nunca dariam conta de justificar os sequestros, extorsões e outros crimes realizados pelos grupos insurgentes. De igual maneira, os governos que vieram a partir do início das primeiras ondas guerrilheiras, não tomaram as melhores decisões para combatê-las, já que os cidadãos sofriam as consequências de cada uma das ações militarizadas (que foram a maioria), para combater os grupos insurgentes.

A forma em que se deu o conflito, assim como a forma em que os governos tentaram solucionar e amenizar as consequências, gerou uma piora em todos os âmbitos da sociedade. Com isso, é nítido que a responsabilidade da insegurança

nacional, não é apenas dos grupos insurgentes, mas também dos governos que na ânsia de ter novamente o total controle do território, tomaram decisões apressadas, ou melhor, pouco estudadas no que concerne a como afetaria a população.

Um Estado não pode defender-se de qualquer tipo de ameaça, sem antes pensar na sua população, porque facilmente está cavando uma cova muito maior, além de muito mais cara. A não priorização do bem-estar populacional, criou uma desconfiança do povo colombiano em relação ao Estado, assim como um sentimento de abandono por ele. As ações securitizadoras, mesmo que tenham usado o disfarce de estarem sendo realizadas para, dentre outras razões, obter uma segurança social e proteção populacional, não mostravam resultados congruentes com os motivos mencionados. A desconfiança pelo Estado implantada desde o início do conflito armado, tornou-se algo cultural na Colômbia e o reflexo disso foi uma série de consequências. Por exemplo, nos governos posteriores foi muito comum a solicitação dos governos pela colaboração dos cidadãos no combate contra as guerrilhas, onde era comum também oferecerem certos benefícios em troca da ajuda. Esse mecanismo resultou parcialmente falho devido a essa desconfiança, e a não credibilidade nas promessas do governo. Acreditava-se que o cumprimento delas seria impossível.

Da mesma forma, as tentativas de securitização militarizadas certamente foram influenciadas por países como os Estados Unidos, esta relação criou nada mais e nada menos que uma brecha para exercer pressão sobre as ações securitizadoras, que estariam sendo realizadas para combater rapidamente o surgimento das guerrilhas e conseqüentemente, acabar com o conflito armado no país. Quando ocorre um financiamento por parte de outro país, a parte que está fornecendo o financiamento espera resultados, e a parte financiada coloca-se em um lugar de submissão. A relação entre os Estados Unidos e a Colômbia é definida exatamente dessa forma, não apenas pela imagem soberana que os Estados Unidos representam, mas também pela dependência econômica, criada a partir dos acordos securitizadores.

A lógica seguida pelos governos apresentados, claramente determinou o processo do conflito, assim como o pós-conflito, essas ações realizadas refletiram também nos governos posteriores aos governos apresentados neste capítulo, principalmente nas tentativas de securitização deles.

3 ANÁLISE DA AGENDA DE SEGURANÇA DO GOVERNO URIBE SOB A TEORIA DA SECURITIZAÇÃO DA ESCOLA DE COPENHAGUE

As eleições presidenciais de 2002 na Colômbia, aconteceram em um cenário difícil quanto à segurança nacional. A insegurança social²³ estava no seu auge e as ações por parte das guerrilhas e grupos paramilitares, eram cada vez mais frequentes. O narcotráfico na década anterior também exercia um papel significativo de insegurança no país, inclusive, nesse período, as organizações criminosas de tráfico de drogas, iniciavam suas alianças com grupos insurgentes como guerrilhas e paramilitares, aumentando assim o alcance do tráfico de drogas e conseqüentemente, tornando o início da década de 2000, um desafio ainda maior para os governos que viriam.

Cartéis como o Cartel de Cali, exerciam um controle impecável nas rotas de tráfico internacional. De igual maneira, o Cartel de Medellín liderado por Pablo Escobar, também estaria no seu auge na década que antecedeu as eleições de 2002. Na mesma década, surgiram as narco guerrilhas, tendo as FARC-EP e o ELN como as principais cabeças, o tráfico de drogas auxiliava como financiamento para suas atividades insurgentes. As AUC, iniciaram suas atividades com o objetivo de combater as guerrilhas, entretanto, não tardaram a se envolver também com o tráfico de drogas. Com isso, neste terceiro capítulo será discutido cada ponto da agenda de segurança democrática do governo Uribe, para solucionar o cenário conflituoso que o país estaria vivenciando, sob a lente analítica da teoria de securitização da Escola de Copenhague. Como forma de corroborar com a hipótese inicial da pesquisa, será relacionada a agenda de segurança do mesmo com o surgimento de falsos positivos no país, assim como as diferentes conseqüências sociais do conflito e as piores advindas das decisões tomadas pelo governo.

Além dos grupos insurgentes, o tráfico de drogas também ocupava espaços em instituições governamentais, com casos de corrupções significativas que facilitavam as atividades do tráfico. Dentre os atores, participaram integrantes da Polícia Nacional e outras autoridades governamentais. A corrupção policial, foi motivada devido ao

²³ Entende-se por insegurança social um cenário com baixos níveis de coesão social e a não legitimidade tanto do Estado quanto do seu regime (RUDZIT E NOGAMI, 2010). Na Colômbia, a insegurança social foi formada pela violência gerada pelo conflito armado, assim como, pela não atenção do Estado no que concerne à segurança pública.

oferecimento de subornos por parte dos traficantes, assim como, dentro das alfândegas e aeroportos, onde funcionários eram subornados para facilitar o transporte de drogas para fora do país. Os subornos também chegaram ao âmbito político, em troca de apoio político nas campanhas. Essa postura, atrasaria e enfraqueceria os esforços de combate ao tráfico de drogas na Colômbia. Devido a esse cenário, o povo colombiano precisava de respostas e esperança, quanto aos desafios que estavam sendo enfrentados. Claramente, essa necessidade de segurança, viria influenciar nas decisões populares, quanto às votações presidenciais.

O cenário era propício e as necessidades intuitivamente preenchíveis, Colômbia precisava de um líder que conseguisse passar credibilidade, em relação aos bloqueios desses grupos narcoterroristas. As promessas dos candidatos à presidência, precisavam ser congruentes com as demandas dos colombianos. Em função do cenário de terror que a Colômbia estava vivenciando, uma luz no fim do túnel seria suficiente, para que a esperança voltasse na vida dos colombianos. Sendo assim, em 2002, a eleição de Álvaro Uribe conseguiu construir uma campanha política que parecia preencher cada uma das lacunas que o país precisava, demonstrando que a única opção para o povo colombiano, era o caminho da securitização militarizada.

Dentre os principais candidatos que concorreram à presidência nas eleições de 2002, estavam: Horacio Serpa do Partido Liberal Colombiano, Luis Eduardo Garzón: Representando a Aliança Democrática M-19 (um partido político formado por ex-membros do grupo guerrilheiro M-19 que desarmou-se na década de 1990), Ingrid Betancourt que concorreu pelo partido OxiGénesis e que dentre as pautas trazidas pela sua campanha, enfatizava a luta contra a corrupção e a promoção dos direitos humanos e finalmente, o candidato Álvaro Uribe que representou o Partido Primeiro Colômbia, o partido foi formado unicamente para apoiar sua candidatura. “Desde sua origem, a Associação serviu como plataforma para a concepção, organização e manejo das campanhas presidenciais do médico Álvaro Uribe Vélez, em 2002 e 2006” (PRIMERO COLOMBIA, 2019, tradução nossa).

A campanha presidencial de Álvaro Uribe, desde seu início, enfatizou fortemente as questões de segurança e de ordem pública, prometendo uma abordagem firme contra as guerrilhas e uma luta contra o narcoterrorismo, assumindo uma postura conservadora, em relação aos desafios que o país estava enfrentando na época. Em um dos comerciais da campanha eleitoral, ficam nitidamente plasmadas

as premissas que direcionaram o mandato de Uribe, “Devemos levar de mãos dadas a política de segurança democrática e a política de investimento social, por isso precisamos de um grande apoio dos eleitores que vivem na Colômbia e no exterior, no dia 28 de maio. Ajude-me a vencer, faremos a Colômbia vencer” (URIBE, 2002, tradução nossa).

Uribe traçou a rota da sua campanha, sob o documento chamado Manifesto Democrático - 100 pontos de Álvaro Uribe. Dividido em dezoito partes, Uribe inicia o documento com a premissa “A Colômbia que eu Quero”, onde relata que ele sonha com uma Colômbia dominada por uma classe média democrática, tolerante, solidária e respeitosa com o meio ambiente, uma Colômbia onde todos possam viver em paz, resolver suas diferenças de forma pacífica e criativa, desfrutar em família das estradas, paisagens e rios. Sentir com entusiasmo que a pátria pertence aos colombianos, e que devem cumprir suas obrigações com ela de maneira séria. Uma Colômbia com autoridade legítima, e nenhum poder para os violentos. Além disso, Uribe também escreve que sonha com um país democrático, tanto politicamente quanto economicamente. Com oportunidades para todos. Um país de proprietários, com uma revolução que impulsiona micro, pequenas e médias empresas e com um Estado a serviço do povo e não em benefício da corrupção e da “Politiquería”²⁴ (URIBE, 2002).

Na segunda premissa, “Em direção a um Estado Comunitário”, Uribe coloca que:

O Estado Comunitário dedicará os seus recursos à erradicação da miséria, à construção da equidade social e ao fornecimento de segurança. Haverá mais participação dos cidadãos na definição das tarefas públicas, na sua execução e acompanhamento. A participação dos cidadãos garante que os recursos cheguem às pessoas e não fiquem enredados na política (URIBE, 2002, tradução nossa).

A participação dos cidadãos como forma de manter a democracia no país, é um ponto muito presente ao longo da campanha e até mesmo, durante o governo Uribe. Uma forma de dar poder ao povo colombiano de fazer justiça, podendo ser perigoso, devido ao cenário social e aos anos a serem enfrentados. Da mesma forma, Uribe também enfatiza fortemente suas críticas quanto à corrupção estatal e ao

²⁴ A palavra “Politiquería” em espanhol, refere-se às práticas políticas desonestas. A palavra, é utilizada para criticar atores e ações políticas corruptas que visam ter vantagens pessoais.

neoliberalismo, já que na visão dele o Estado enganaria a população colombiana com um discurso social, que não foi cumprido já que os recursos prometidos, foram gastos com corrupção. Da mesma forma, Uribe menciona que “O modelo Neoliberal abandonou o social ao destino do mercado, aumentando assim a miséria e a injustiça social” (URIBE, 2002, tradução nossa). Após sua crítica, Uribe promete que seu governo será diferente, e que servirá para dar exemplo aos governos anteriores, já que gastaria menos com burocracia.

No seu terceiro ponto, Uribe fala sobre a Reforma Política e Administrativa e a Luta Contra a “Politiquería”. Nesta oportunidade, o ex-candidato à presidência critica os gastos públicos com congressistas, e os diferentes setores públicos, prometendo que no seu governo iria reduzir tais gastos.

Já a quarta premissa, é focada na “Luta Contra a Corrupção”, onde ele promete a extinção da corrupção no seu governo pois, nas palavras de Uribe: “O pai de família que dá mau exemplo, espalha autoridade sobre seus filhos em um deserto árido. Para controlar os violentos, o Estado tem de dar o exemplo, derrotar a politicagem e a corrupção” (URIBE, 2002, tradução nossa).

Na quinta premissa, Uribe finalmente fala sobre a política chave para sua eleição, a “Política de Defesa e Segurança Democrática”. A primeira promessa é sobre uma Colômbia sem guerrilhas e sem paramilitares, garantindo que a segurança seria democrática e protegeria todos os colombianos de qualquer agressor. Na mesma premissa, Uribe traz os primeiros ares de militarização em que seu governo se baseou após a eleição:

Exaltarei a profissão de soldado e policial. Que a comunidade os valorize e respeite. Que se esforcem para merecer respeito e admiração. Que recebam formação técnica e que seus esforços sejam recompensados com bolsas de estudo e alta qualificação. Com mais polícias e soldados a nossa força pública sofrerá menos baixas, será mais respeitada e as pessoas viverão mais pacificamente (URIBE, 2002, tradução nossa).

Da mesma forma, Uribe fala sobre a extensão do Plano Colômbia e a incrementação de interceptação aérea, para evitar saírem aviões com cocaína e voltarem com armas. Assim mesmo, Uribe promete proteger a comunidade por meio de soldados das Nações Unidas e demanda a cooperação internacional, já que o conflito, financiar-se-ia com o narcotráfico internacional, o negócio criminal internacional e se apoiaria com armas fabricadas no exterior.

Na sua sexta premissa, Uribe fala sobre “A Busca Pela Paz” relatando ser “amigo do diálogo com os violentos, mas não para que cresçam, mas para fazer a paz” (URIBE, 2002, tradução nossa) e mais uma vez, promete pedir mediação internacional para estabelecer um diálogo com os grupos terroristas²⁵.

A sétima, oitava e nona premissa, focam no âmbito social, que concerne à Confiança, Erradicação Da Miséria e Justiça Social, Revolução Educacional e Saúde Para os Pobres, com uma série de propostas voltadas para o aumento de benefícios sociais, apoio econômico para mães e seus filhos, aumento no investimento em educação e aumento em benefícios para os trabalhadores.

Da décima a décima sexta premissa, Uribe traz mais pautas sociais voltadas ao uso de recursos públicos, falando sobre O Cooperativismo, O Campo E A Segurança Alimentar, Os Serviços Públicos, A Vocação Empresarial, O Emprego E Habitação, Transportes e Infraestruturas e Reforma De Impostos e Pensões.

Já no que tange às Relações Internacionais, na décima sétima premissa, Uribe explica de que forma comportar-se-ia a política internacional, caso fosse eleito, enfatizando mais uma vez o uso da lente da democracia e o respeito à autodeterminação dos povos. No mesmo texto, Uribe abre a comunicação para qualquer ajuda, de qualquer nação, que queira ajudar o Governo Colombiano a conseguir a paz:

Qualquer nação que queira ajudar-nos a alcançar a paz deve fazê-lo através do Governo da Colômbia. Que ninguém seja protegido de nossos criminosos. A Comunidade Andina não precisa de salvar a sua aparência, mas sim de uma forte decisão política para recuperar. Nas novas negociações comerciais nos uniremos a empresários e trabalhadores. Apoiamos processos de integração, mas com cláusulas de equidade social, para que o mundo deixe de estar dividido entre países beneficiários e vítimas do comércio livre (URIBE, 2002, tradução nossa).

Por fim, a décima oitava parte do documento, traz a promessa de que o governo Uribe será um governo sério, eficaz e honrado, não milagroso. Nesta oportunidade, Uribe descreve como sua vocação rural alimentou um amor infinito por todas as regiões da Colômbia, e chama a população para construir uma nação tolerante à diversidade, sem violência e sem corrupção. “Uma Nação com consciência ética, para que todos nos preocupemos em não prejudicar os outros com o nosso

²⁵ Utiliza-se terroristas, como forma de usar a conotação dada pelos governos colombianos, às guerrilhas, paramilitares e cartéis de drogas.

comportamento” (URIBE, 2002, tradução nossa). Com estas propostas, Uribe conseguiu chegar ao poder em 2002 e seu mandato estendeu-se até 2010.

Ao entrar na presidência, devido ao cenário de insegurança social que o país estava, Álvaro Uribe Vélez decidiu implementar um dos primeiros movimentos de pacificação, o processo de desmobilização das AUC, que teve início em 2002 e fim em 2006 como explicado no capítulo anterior, entretanto, o trabalho de segurança do governo Uribe apenas iniciava. O desafio era grande, já que as guerrilhas e os paramilitares não paravam de crescer na Colômbia, e o narcotráfico continuava aumentando graças à participação deles.

De acordo com a Escola de Copenhague, qualquer assunto público pode passar a ser não politizado, politizado ou securitizado. No caso da Colômbia, mesmo que em governos anteriores o assunto já tivesse sido posto como securitizado, apenas o governo Uribe implementou uma Política de Defesa e Segurança Democrática em 2003, que olhasse apenas para a securitização do país e para as consequências causadas a partir do conflito, até essa época:

Em teoria, qualquer questão pública pode ser localizada no espectro que vai desde a não politizada (o que significa que o estado não lida com ela e não é de nenhuma outra forma transformada em questão de debate e decisão pública) até a politizada (o que significa que a questão é parte de política pública, exigindo decisões do governo e alocações de recursos ou, mais raramente, alguma outra forma de governança comunal) para securitizado (significando que a questão é apresentada como uma ameaça existencial, exigindo medidas de emergência e justificando ações fora dos limites normais do procedimento político) (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998, p. 23-24, tradução nossa).

Com a implementação da Política de Defesa e Segurança Democrática, o governo estabeleceu uma nova política de securitização para o país, pontuou quais eram as ameaças e implantou novos objetivos estratégicos.

Na agenda de segurança, as propostas foram divididas da seguinte forma:

Quadro 9 - Política de Defesa e Segurança Democrática do Governo Uribe

Política de Defesa e Segurança Democrática do Governo Uribe	
I. Política de Defesa e Segurança Democrática	Segurança Democrática, Cooperação e Solidariedade
	Democracia e Direitos Humanos
	Controle Territorial e Ação Coordenada do Estado

	Cooperação e Solidariedade
	Eficiência e Austeridade
	Transparência e Legalidade
	Políticas Nacionais e Respostas Locais
	Defesa Nacional
	Multilateralidade e Corresponsabilidade
	Segurança e Desenvolvimento
	A Opção da Negociação
II. Ameaças	O terrorismo
	O negócio das drogas ilícitas
	finanças ilícitas
	Tráfico de armas, munições e explosivos
	Sequestro e extorsão
	O homicídio
III. Objetivos estratégicos	Consolidação do controle estatal do território
	Proteção da população
	Eliminação do negócio ilícito de drogas na Colômbia
	Manter uma capacidade dissuasora
	Eficiência, transparência e responsabilidade
IV. Seis linhas de ação: coordenar, fortalecer, consolidar, proteger, cooperar, comunicar	A. Coordenar a ação do Estado
	Conselho Nacional de Segurança e Defesa
	Conselho Conjunto de Inteligência
	Ministério da defesa
	Estruturas de apoio
	B. Fortalecer as instituições do Estado
	Fortalecimento do sistema judiciário
	Fortalecimento das Forças Militares

Fortalecimento da Polícia Nacional
Fortalecendo a inteligência
Fortalecimento das finanças do estado
C. Consolidar o controle do território nacional
Ciclo de recuperação e consolidação
Recuperação do controle estatal do território
Manutenção do controle estatal do território
Consolidação do controle estatal do território
Zonas de reabilitação e consolidação
Plano abrangente de segurança nas fronteiras
segurança urbana
Eliminação do negócio ilícito de drogas na Colômbia
Desmantelamento das finanças organizacionais
terroristas e tráfico de drogas
D. Proteger os cidadãos e a infraestrutura da nação
Proteção de pessoas em risco
Proteção das vítimas de deslocamento forçado
Proteção contra o terrorismo
Proteção contra sequestro e extorsão
Proteção de desmobilizados e crianças combatentes
Proteção contra o recrutamento de crianças e jovens
Proteção da infraestrutura econômica
Proteção da rede rodoviária
E. Cooperar para a segurança de todos
A segurança da solidariedade
Redes de cooperadores

	Programa de recompensas
	Cooperação internacional
	F. Comunicar as políticas e ações do Estado
	Terrorismo e comunicação
	Diplomacia pública

Fonte: Política de Defensa y Seguridad Democrática, 2002, tradução nossa.

No que concerne à primeira parte, Política de Defesa e Segurança Democrática, Uribe inicia explicando que a política é o documento onde o Governo Uribe, apresenta as rotas de execução da segurança. O objetivo principal desta política, seria garantir o Estado de Direito em todo o território colombiano, “através do fortalecimento da autoridade democrática: o livre exercício da autoridade das instituições, do Estado de direito e da participação ativa dos cidadãos em assuntos de interesse comum” (COLOMBIA, 2002). Uribe também enfatiza a importância do fortalecimento do Estado de Direito, pois seria a condição necessária para garantir a proteção de todos os colombianos. Tendo em vista a expectativa da segurança democrática de Uribe, decidiu dividir a mesma em três partes: a Proteção de Direitos de Todos os Cidadãos, a Proteção de Valores, Pluralidade e das Instituições Democráticas e a Solidariedade e a Cooperação de Todos os Cidadãos. Em resumo, a segurança democrática de Uribe, buscaria nada mais e nada menos que a proteção da população colombiana, já que, havia um leque de ameaças rondando todos os colombianos.

Em relação ao segundo ponto, Democracia e Direitos Humanos, Uribe enfatiza a importância do pleno respeito aos direitos humanos, como condição fundamental para a execução da Política de Segurança Democrática. Já no que se refere ao Controle Territorial e Ação Coordenada do Estado, Uribe expõe a que seria uma das suas principais premissas ao criar esta política, o foco em recuperar o pleno controle estatal e territorial, para isso, o documento relata que será utilizada a força pública.

Em relação à Cooperação e Solidariedade, o documento reitera mais uma vez que a segurança é produto do esforço coletivo dos cidadãos, na mesma linha:

A participação ativa dos cidadãos, a sua colaboração com a administração da justiça e o seu apoio às autoridades, são uma parte essencial do

fortalecimento da justiça, da democracia e, conseqüentemente, do fortalecimento do Estado de direito. São deveres obrigatórios, conforme previsto na Constituição. Mas, acima de tudo, a cooperação cidadã assenta no princípio da solidariedade em que se funda o Estado Social de Direito (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

A Eficiência e Austeridade também seria uma grande promessa do governo Uribe, no documento explica-se que a segurança dos cidadãos exige que as instituições do estado trabalhem efetivamente, para ter a capacidade de responder às demandas dos Colombianos. Com isso, Uribe explica que “Assim como os cidadãos contribuem para o fortalecimento da Força Pública através do pagamento de impostos, o Governo e a Força Pública responderiam aos princípios de eficiência, transparência e austeridade na utilização destes recursos” (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Quanto à Transparência e Legalidade, mais uma vez é reforçada a importância que o governo Uribe coloca em relação a ser 100% transparente com a população colombiana, de forma que é prometido que todas as ações do governo serão expostas publicamente, para que todos estejam cientes dos esforços e trabalho do Estado para a segurança nacional. Também é enfatizado que:

Todas as ações do Governo ocorrerão dentro da estrutura das normas legais. Haverá rigorosa observância dos direitos humanos e estrito cumprimento do Direito Internacional Humanitário, conforme exigido pela Constituição e pela lei. Qualquer violação ou abuso dos direitos humanos cometido por um membro da Força Pública ou qualquer outra entidade do Estado será sancionado sem hesitação através de meios disciplinares e criminais, se for o caso (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Quanto às Políticas Nacionais e Respostas Locais, Uribe mira em focar em cada uma das necessidades locais, e supri-las seguindo as suas especificidades. Chama a atenção, à diversidade de fatores que afetam à segurança segundo o tipo de ameaça, por isso, o Governo Nacional se encarregaria de olhar para cada uma, e implementar os planos de ação ajustados às necessidades de cada território.

Na premissa de Defesa Nacional, Uribe expõe por meio dos seus ideais conservadores, que “A necessidade de abordar a segurança interna não implica uma negligência da defesa nacional, à qual será dada a devida prioridade. A Colômbia continuará fiel à sua tradição de país respeitador do direito internacional, mas manterá uma capacidade dissuasora” (COLOMBIA, 2002, tradução nossa). Dessa forma, se

garantiria o respeito pela soberania nacional, assumindo uma postura estratégica e defensiva.

No que concerne à Multilateralidade e Corresponsabilidade, chama a atenção ao terrorismo como mecanismo de atentar à estabilidade estatal, ameaçando a democracia colombiana. Por isso, a política compromete-se em tomar medidas contra o terrorismo, desenvolvidas como uma política de Estado, sem influências partidárias ou burocráticas. Da mesma forma, faz um chamado aos mecanismos internacionais contra o terrorismo, principalmente após o atentado de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos:

Mas a luta contra o terrorismo ultrapassa o território da Colômbia, como o de todos os Estados, e exige um esforço multilateral. As evidências crescentes do envolvimento de redes terroristas internacionais nas atividades das organizações armadas ilegais colombianas tornam urgente a cooperação internacional contra o terrorismo e o cumprimento dos compromissos internacionais adquiridos após os acontecimentos de 11 de setembro, particularmente a Resolução 1373, de 28 de setembro de 2001, do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, a nível regional e sub-regional, da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, de 3 de junho de 2002, e do Compromisso de Lima, de 17 de junho de 2002. Todos os espaços que permitem o financiamento, a movimentação e a ação das organizações terroristas devem ser encerradas, através da cooperação internacional sem atrasos e sem obstáculos (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Assim mesmo, a Política traz a premissa de Segurança e Desenvolvimento, colocando a Segurança não como a única preocupação ou o único foco do Governo Uribe, mas sim a primeira. As ações não seriam realizadas apenas no âmbito social, mas também no desenvolvimento econômico. Na mesma premissa, menciona-se a importância do empoderamento da população a lutar junto ao Estado, como mecanismo de “incentivo de um sentimento de pertencimento e participação no desenvolvimento de um projeto comum” (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Por fim, a primeira proposta da Política de Defesa e Segurança Democrática, finaliza a primeira parte do documento com a premissa “A Opção de Negociação”, onde é exposta a oportunidade para aqueles que queiram trabalhar junto ao governo, para acabar com o conflito armado da Colômbia. “Aqueles que se reintegrarem na sociedade e na vida democrática, terão todas as garantias para exercer a política que o dissidente merece, dentro da democracia” (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Na segunda parte do documento, são pontuadas cada uma das ameaças que a Política miraria. Sendo estas o Terrorismo, como principal mecanismo de

desestabilização nacional, chamando a atenção para as AUC, as FARC-EP e o ELN. Como segunda ameaça, é colocado o Negócio das Drogas Ilícitas, pois ele desestabiliza não apenas o Estado, mas também a economia do país. Da mesma forma, As Finanças Ilícitas seriam mais uma ameaça que traz grandes prejuízos para o país, colocando foco absoluto nas consequências da lavagem de ativos, por parte do narcotráfico. O Tráfico de armas, munições e explosivos, ligado ao negócio das drogas ilícitas e ao terrorismo, seria mais uma preocupação do Governo, quanto à segurança nacional. Como proposta para acabar ou diminuir esta problemática, o documento coloca que:

O Governo Nacional promoverá todos os mecanismos que aumentem a transparência dos países na produção e comercialização de armas, para impedir a sua passagem legal ao comércio ilegal, bem como a sua importação e posterior reexportar para terceiros. O Governo também apoiará a criação de um sistema internacional de marcação de armas, para determinar seu local de origem e controlar sua circulação (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Quanto à ameaça de Sequestro e Extorsão, e O Homicídio, no documento é explicado que ambos fazem parte do modus operandi dos grupos terroristas, para o financiamento e promoção deles. Além disso, em razão da atuação desses grupos, os homicídios na Colômbia aumentaram a cada ano, sendo uma situação plausível de foco nesta Política.

Após toda a leitura analítica do cenário em que o governo estava começando, uma série de objetivos estratégicos teriam de ser criados, para garantir a segurança nacional colombiana. Dessa forma, a Política de Defesa e Segurança Democrática, implementaria cinco objetivos que serviriam para criar as estratégias, para controlar os problemas causados pelas ameaças anteriormente pontuadas. O primeiro objetivo “Consolidação do controle estatal do território” teria como foco os pontos: Recuperação gradual da presença da Força Pública em todos os municípios; Aumento da persecução penal de crimes de elevado impacto social; Ampliação e fortalecimento da administração da justiça e das instituições do Estado, em áreas onde o controle estatal foi fortalecido e a Diminuição das denúncias de violações dos direitos humano.

Da mesma forma, o segundo objetivo “Proteção da população” visaria no Desmantelamento de organizações terroristas; Redução de sequestros e extorsões; Redução de homicídios; Prevenção da deslocação forçada e facilitação do regresso

da população deslocada aos seus locais de origem; Reintegração na vida civil de organizações, grupos ou indivíduos que desistem da violência.

O terceiro objetivo, cuida da “Eliminação do negócio ilícito de drogas na Colômbia” e para isso, o governo realizaria: Interdição aérea, marítima, fluvial e terrestre do tráfico de drogas e de insumos; Erradicação das plantações de coca e papoula; desmantelar redes de tráfico de drogas; Apreensão de bens e finanças do tráfico de drogas.

Já o quarto objetivo “Manter uma capacidade de dissuasão”, atuaria no que concerne à proteção das fronteiras terrestres, marítimas e fluviais e da mesma forma, o quinto objetivo “Eficiência, transparência e responsabilidade” cuidaria do desenvolvimento de mecanismos de transparência e responsabilização (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

A partir dos objetivos, foram traçadas seis linhas de ação que serviram como bússola para a implementação da Política ao longo do governo Uribe, estas linhas fazem parte do plano político e militar, que assumiria a responsabilidade pela implementação e garantia da segurança nacional.

A primeira premissa fala sobre coordenar a ação do Estado onde o Conselho Nacional de Segurança e Defesa, seria crucial para as ações advindas a partir dela, devido à necessidade nacional de uma coordenação mais eficaz entre as instituições estatais, para lidar com a segurança nacional. Para isso, o Plano propõe que o Conselho de Segurança e Defesa Nacional, liderado pelo Presidente, coordene com ministros e a Força Pública, a execução da Política de Defesa e Segurança Democrática, atribuindo funções e avaliando os resultados a partir dela. Em nível regional e local, também foram propostos conselhos de segurança com comitês consultivos, para estudar políticas públicas e supervisionar a implementação em nível territorial. O segundo ator fundamental para a efetividade do Plano, seria o Conselho Conjunto de Inteligência, o Conselho coordenaria a inteligência estatal, formada pelos diretores dos órgãos de inteligência. Suas funções incluíram produzir análises estratégicas para o Presidente e Ministro da Defesa, traduzir políticas de segurança em requisitos de inteligência e coordenar as tarefas de inteligência. Uma forma de monitoramento destas ações, seria por meio de reuniões de inteligência regionais, visando a coordenação regional e o intercâmbio eficiente de informações entre todas as pontas. O Ministério da Defesa também seria um ator chave na busca de otimizar a eficácia da Força Pública, na implementação da Segurança Democrática, expedindo

diretrizes e reformando as estruturas já existentes. As prioridades do Ministério, incluiriam garantir que os recursos econômicos tivessem impacto significativo na luta contra o terrorismo, aprimorar a administração e o planejamento, e desenvolver um sistema de planejamento eficiente. Além disso, comprometeu-se a gerar empregos, para beneficiar a indústria nacional e a coordenar a aplicação da política integral de segurança, envolvendo diversas entidades governamentais e a sociedade civil. Comitês também seriam estabelecidos para a contribuição do setor privado, e supervisão dos recursos.

O estabelecimento de Estruturas de Apoio Interinstitucionais, também ajudaria na coordenação da ação do Estado. As estruturas coordenariam e complementariam as ações estatais, em nível regional e local, facilitando o trabalho das autoridades judiciais. Essas estruturas, promoveriam uma abordagem colaborativa entre a Força Pública, os órgãos de investigação e controle do Estado e as autoridades judiciais, visando investigar e analisar crimes de forma organizada. Sempre, visando pela garantia dos direitos humanos, em qualquer ação.

A segunda linha de ação, visou fortalecer as instituições públicas do Estado. O primeiro seria o Fortalecimento do sistema judiciário, propondo um projeto de lei ao Congresso para lidar eficazmente com o terrorismo, alinhado às obrigações da Resolução 1373 da ONU. O sistema judiciário, priorizaria os crimes que mais impactam a sociedade, e pretendia realizar uma política criminal abrangente para perseguir terroristas e narcotraficantes com penas rigorosas, assim como, prometeu focar na redução de homicídios e sequestros, fortalecendo o sistema investigativo e punitivo. Tais reformas incluiriam a abolição da liberação para narcotráfico, princípios de justiça restaurativa e revisão de penas. Fortaleceria também esquemas prisionais, melhoraria a identificação de reclusos e promoveria responsabilidades financeiras municipais. Da mesma forma, promete que:

O Governo apoiará a racionalização da administração da justiça e a promoção da profissionalização e especialização dos seus funcionários. Da mesma forma, promoveu a reforma constitucional da Procuradoria-Geral da República, a fim de estabelecer um esquema acusatório que fortaleça a natureza pesquisa desta instituição (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

No que tange ao Fortalecimento das Forças Militares, focariam “na defesa da soberania, integridade territorial e ordem constitucional, protegendo a população civil, desarticulando organizações terroristas, defendendo a infraestrutura nacional e as

fronteiras para fortalecer o Estado de Direito” (COLOMBIA, 2002, tradução nossa). Por outro lado, o Plano defende a profissionalização dos soldados com as propostas de desenvolver o talento humano, qualidade, preparação e manutenção de equipamentos, aprimorar a análise e disseminação de inteligências, visando uma melhor coordenação para operações inteligentes e a capacidade de agir prontamente quando a inteligência estiver disponível. Além de investir em programas bem-sucedidos de treinamento em direitos humanos e Direito Internacional Humanitário, e na otimização do material estratégico das Forças, para manter a capacidade dissuasiva e garantir a defesa da soberania. Assim mesmo, decide reformar o sistema de serviço militar obrigatório, por meio de um projeto junto ao Congresso, baseado no princípio da universalidade. Esta reforma, corrobora com os princípios de militarização que nortearam os próximos passos do governo Uribe, no que tange à segurança nacional, com a justificativa de que:

Cidadãos iguais têm obrigações iguais. Este dever será cumprido em condições transparentes, democráticas e sem qualquer discriminação. Todos os jovens prestarão o serviço em igualdade de condições, independentemente do seu nível de escolaridade. Da mesma forma, o serviço militar do soldado camponês será fortalecido para ampliar a possibilidade de os militares prestarem o serviço militar nas suas áreas de origem, quando residirem em zonas rurais. Este tipo de serviço militar permitirá a um maior número de militares manter os seus laços com a comunidade e a comunidade desenvolver relações de confiança com a Força Pública (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

O Fortalecimento da Polícia Nacional também foi prioridade com o fim de proteger e garantir o exercício dos direitos humanos e da liberdade dos indivíduos, igualmente e sem discriminação. Dentre os compromissos está:

Expandir programada e ordenadamente a presença da Polícia Nacional nos municípios onde atualmente não está presente; Ampliar o patrulhamento nas zonas rurais, criando 62 novos Esquadrões Móveis de Carabineiros; Construir estações rurais fortificadas; Reforçar a polícia de estradas; Aprimorar a capacidade técnica da Polícia Judicial; Coordenar planos de segurança nas cidades e fortalecer os corpos policiais com 10.000 novos patrulheiros efetivos e 10.000 auxiliares regulares; Desenvolver planos participativos de segurança local e expandir os Frentes de Segurança Local; Promover o trabalho e a colaboração da Polícia Cívica; Estabelecer redes de cooperação cidadã para prevenir o terrorismo, através de um envolvimento comunitário, empresas, comércio e outras instituições do Estado (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Da mesma forma, a Inteligência também seria fortalecida contra as organizações criminosas, reforçando os mecanismos de coordenação e complementaridade entre as agências de segurança e inteligência. O trabalho de fortalecimento, por sua vez, seria realizado em colaboração com o Conselho Conjunto de Inteligência e os Conselhos Conjuntos de Inteligência regionais, concentrando seus esforços na produção e análise de inteligência estratégica.

O desenvolvimento econômico também entrou em foco e se realizaria por meio do Fortalecimento das finanças do estado. O Plano explica que a melhoria na segurança, resultara na oferta eficaz de serviços essenciais para o desenvolvimento empresarial, contribuindo, assim, para alcançar um crescimento econômico sustentável, que combata o desemprego e enfraqueça as atividades de organizações criminosas. A implementação dessa política seria aliada a investimentos sociais e demandaria um ajuste fiscal para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas.

A terceira linha de ação “Consolidar o controle do território nacional” foi criada em razão dos territórios ocupados pelos grupos insurgentes nas áreas rurais do país. Desde o início do conflito armado, o Estado começou a perder o controle dessas áreas, causando diversas consequências para o país, como a dificuldade de implementar políticas de desenvolvimento nessas áreas, prejudicando o acesso a serviços básicos e de educação para a população que vivia nas áreas afetadas, o deslocamento forçado em massa e implicações nas relações diplomáticas, devido à reputação internacional. Em razão dessa situação, a agenda de segurança do governo Uribe decidiu traçar uma linha de ação que solucionaria este problema. A primeira ação a ser tomada seria a criação de um ciclo de recuperação e consolidação, “com o intuito de conter, desarticular e dissuadir organizações armadas ilegais” (COLOMBIA, 2002, tradução nossa). Essa abordagem seria realizada com o fim de proteger a população das ameaças terroristas e restaurar a autoridade e controle das instituições democráticas para poder restabelecer a segurança em todo o país (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

A recuperação do controle estatal do território e a manutenção do controle estatal do território também estariam dentro do escopo da Segurança Democrática, para poder recuperar progressivamente a presença estatal e a autoridade institucional. A recuperação do controle sobre os territórios poderia ser realizada com o uso da força por meio de operações lideradas pela Força Pública e poderia ser

apoiada por unidades de reforço, caso assim fosse julgado pelos órgãos de inteligência do Estado. Após conseguirem o controle territorial, o Plano coloca que:

Unidades mistas de soldados regulares, soldados e carabineiros da Polícia Nacional manterão as condições de segurança, protegendo a população civil. Essa ação possibilitará o trabalho dos organismos de investigação criminal e controle do Estado na região. A Força Pública, juntamente com o Ministério Público, a Procuradoria, a Polícia Nacional e o DAS²⁶, formará uma estrutura de apoio para identificar e processar judicialmente membros de organizações terroristas e indivíduos envolvidos em crimes de alto impacto social, de acordo com a natureza do crime (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Para a consolidação do controle estatal dos territórios seria implementada uma política abrangente de restauração da administração judicial, o reforço da democracia local, atendimento às necessidades imediatas da população, ampliação dos serviços governamentais e o lançamento de iniciativas produtivas sustentáveis, a médio e longo prazo. Da mesma forma, o Conselho de Segurança e Defesa Nacional coordenaria os ministérios e entidades relevantes, assegurando a implementação segura desses projetos e prevenindo ameaças de organizações armadas ilegais. Assim, a consolidação iniciou nas zonas de reabilitação, Arauca, Bolívar e Sucre.

Com o fim de reforçar a presença estatal nos territórios afetados pelo terrorismo, além da criação de zonas de reabilitação e consolidação, seria executado um Plano de Segurança Integral de Fronteiras, para reforçar a presença do Estado nas regiões fronteiriças. O plano explica que:

A soberania vai além do controle das fronteiras, envolvendo um desempenho mais eficaz das funções estatais e melhorias nas condições de vida da população. Ministérios colaboram para realizar um censo, atender necessidades imediatas e propor soluções de médio e longo prazo em segurança, saúde e educação. O governo também buscará cooperação com países vizinhos para evitar abusos por organizações terroristas e de narcotráfico (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Outro ponto focal importante desta linha de ação foi a segurança urbana. O ponto seria levado a cabo por meio da implementação de políticas e planos de segurança, para assegurar a convivência cidadã, reduzir a criminalidade e evitar que os desafios do controle territorial em áreas rurais, se reproduzissem nas cidades. Coordenando a resposta do Estado com os prefeitos, formulando políticas públicas de segurança que integrassem os esforços da Força Pública, com os de outras entidades

²⁶ Departamento Administrativo de Segurança.

do Estado, além de, contribuir para o financiamento dos esquemas de segurança, protegendo e fortalecendo a autoridade das instituições, especialmente de justiça, estimulando a cooperação de toda a cidadania na consecução e manutenção da segurança, desenvolvendo sistemas de informação e estatísticas confiáveis para avaliar as necessidades de segurança nas localidades, e formular respostas adequadas. Por fim, implementando também mecanismos de avaliação contínuos, para medir o desempenho de todos os responsáveis pela segurança cidadã, corrigindo deficiências e exigindo os resultados correspondentes (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

De igual maneira, seria eliminado o negócio ilícito de drogas na Colômbia, por meio da consolidação do controle estatal sobre o território, para a eficaz erradicação dos cultivos e a contínua desarticulação das organizações de narcotraficantes. Para isso, foi traçada uma estratégia de 6 partes.

1. Interdição: Todos os esforços serão empregados para que o impacto dissuasivo da interdição na produção e comercialização de entorpecentes reduza os incentivos para o cultivo de plantações ilícitas. O governo dará prioridade ao reforço da interdição aérea, terrestre, marítima e fluvial de drogas, bem como de insumos e precursores químicos necessários para sua produção; 2. Erradicação: A erradicação será realizada por meio do método de aspersão aérea com glifosato, ou com um produto igualmente eficaz e ecologicamente aconselhável, em todas as áreas do país onde forem detectados cultivos de coca e papoula. Todas as normas técnicas e legais serão cumpridas para garantir a maior eficácia e proteção ambiental. Os agricultores e indígenas que desejarem se beneficiar de projetos produtivos rentáveis e sustentáveis terão que romper todos os vínculos com o negócio de drogas ilícitas; 3. Ação social: Programas sustentáveis de desenvolvimento para a população de cultivadores serão uma das principais ferramentas para eliminar os cultivos ilícitos e integrar essa população à economia lícita. É necessário que os programas alternativos sejam realistas e sustentáveis, oferecendo substituição de renda para as famílias que dependem do cultivo de papoula e coca, com apoio financeiro de todos os países envolvidos no negócio de drogas ilícitas, de acordo com o princípio da corresponsabilidade. Exemplos de programas de substituição de renda incluem projetos de reflorestamento que recompensam os agricultores pelo plantio e cuidado de florestas em antigas áreas de cultivo ilícito, promovendo assim a conservação ecológica e a transição para uma economia lícita orientada para o desenvolvimento integral sustentável; 4. Desmantelamento das redes de narcotraficantes: Suas fontes humanas, bens, finanças e redes de comercialização serão atacadas; 5. Fortalecimento do arcabouço jurídico: Para desmantelar as redes de narcotraficantes e atividades relacionadas, as ferramentas legais serão fortalecidas. A recente revisão da legislação relacionada à extinção de domínio faz parte desse esforço; 6. Redução do consumo: O programa Rumbos continuará seu trabalho de conscientização para desencorajar o consumo interno de drogas (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Assim mesmo, seriam desmanteladas as finanças das organizações terroristas e do tráfico de drogas, por meio do Conselho Conjunto de Inteligência, ao lado de entidades estatais especializadas e um comitê de combate à lavagem de dinheiro, com o objetivo de aprimorar a comunicação de informações, a coordenação entre a produção de inteligência financeira e às operações correspondentes. Também foram estabelecidos mecanismos de cooperação com entidades financeiras privadas e mais uma vez, seria utilizada a população para ajudar nas ações securitizadoras, nesta oportunidade para relatar os casos de lavagem de dinheiro. Além disso, seriam implementados controles sobre os recursos provenientes de regalias, frequentemente utilizados por organizações terroristas. O Governo buscaria também a colaboração internacional, para congelar contas de organizações colombianas e evitar a utilização de seus sistemas financeiros. Da mesma forma, a Unidade de Informação e Análise Financeira desempenharia um papel central na coleta e análise de informações, visando evitar falhas passadas e integrar completamente a inteligência financeira às operações contra organizações terroristas e de narcotráfico.

A quarta linha de ação foi a proteção dos cidadãos e da infraestrutura da nação. O primeiro foco desta linha seria a proteção de pessoas em risco, já que qualquer pessoa que se colocasse em risco devido à colaboração com o governo, em relação às ações terroristas, seria ameaçada por tais grupos. Historicamente, a Colômbia sofre uma insegurança social em relação a líderes de movimentos sociais, então esta linha buscaria efetivamente proteger tais pessoas, além de líderes políticos, sindicalistas e jornalistas. A proteção dos indivíduos partiria de três ações: Reconhecimento público da legitimidade da atividade de cada grupo protegido; Reforço das medidas de proteção destinadas a preservar os direitos da população ameaçada; Coordenação interinstitucional com a Fuerza Pública, visando estreitar vínculos de confiança entre esta e os representantes da sociedade civil objeto de proteção.

As vítimas de deslocamento forçado também entraram no escopo dessa linha, a proposta do Plano foi criada com caráter urgente e com isso, foi proposta a criação da Rede de Solidariedade social que se encarregaria de coordenar planos de retorno para suas áreas de origem, em acordo com cada família deslocada. Esse plano de ação seria realizado com ajuda da Força Pública, restabelecendo a segurança nas áreas, criando programas de segurança alimentar e canalizando recursos por meio de microcréditos. Por outro lado, também contariam com o suporte do Fundo Pós-Conflito

do Banco Mundial, promovendo a recuperação de bens, incluindo terras para os deslocados. Para aqueles que optarem por não retornar, a Rede de Solidariedade Social desenvolveria programas de desenvolvimento em novas regiões, buscando apoio do setor privado e da sociedade para soluções de longo prazo (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Assim mesmo, seriam criadas formas de proteger a nação contra o terrorismo, os sequestros e a extorsão. Para combater o terrorismo, o Plano propôs a criação de estratégias que incluíam a formação de um sistema simples e eficaz, apoiado pela legislação e a cooperação entre prefeituras e a Polícia Nacional. Um exemplo, foi a criação de uma estrutura de apoio coordenando a resposta antiterrorismo na cidade de Bogotá, com o governo apoiando forças especiais e ajuda da cooperação internacional. Nesta oportunidade, o Plano chama mais uma vez à solidariedade da cidadania, incentivando a criação de programas de prevenção e estreitamento de laços entre a Força Pública. Além disso, faz um chamado também ao comércio e às empresas de segurança, para criar redes de alerta e proteger o país contra ameaças terroristas.

Para enfrentar os problemas de sequestro e extorsão, o Governo Nacional implementou uma política de Estado de longo prazo com os seguintes objetivos: Objetivo geral: reduzir ao mínimo o número de casos de extorsão e sequestro extorsivo; Objetivos específicos: alcançar o objetivo geral por meio de lineamentos estratégicos, aumentando os custos desses crimes e consolidando a confiança da população e da comunidade internacional na capacidade do Estado colombiano de enfrentar esses delitos. Para alcançar esses objetivos, foram propostas as seguintes diretrizes estratégicas: A primeira, seria a desarticulação das organizações de sequestro por meio de mesas de trabalho interinstitucionais, como estruturas de apoio para centralizar a investigação e a informação de inteligência, visando a desarticulação de grupos específicos. Da mesma forma, a Coordenação com a Unidade de Informação e Análise Financeira, para compreender de que forma funcionam os fluxos de dinheiro e as estruturas das organizações criminosas, aplicando a extinção do domínio dos recursos, utilizados ou extraídos da extorsão e do sequestro. Assim como, a alocação de recursos para adquirir equipamentos de inteligência e pesquisa eletrônica, capacitar equipes conjuntas e executar planos de pagamento de recompensas por resultados (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

A segunda diretriz para atingir os objetivos relacionados à proteção contra do sequestro e a extorsão seria o aumento dos resgates de pessoas em cativeiro, por meio da avaliação e redefinição das estruturas, localizações e jurisdições dos grupos especializados GAULA²⁷, assim como, a melhoria dos níveis de treinamento operacional e manutenção da capacidade de reação, por meio de simulacros periódicos e a implementação de esquemas e exercícios programados e aleatórios, de luta contra a corrupção e contra inteligência nos grupos GAULA e em cada organismo envolvido na luta contra esses crimes.

A terceira diretriz estaria focada na otimização da informação e do conhecimento das organizações de sequestradores, por meio da padronização dos critérios de classificação e manejo de estatísticas, mantendo informações detalhadas sobre cada caso existente, estabelecendo um sistema de informação descentralizado, compartilhado por todas as organizações envolvidas na luta contra a extorsão e o sequestro, coletando informações relevantes e permitindo a geração de diferentes tipos de relatórios que apoiem a tomada de decisões. Da mesma forma, seria construída uma base de dados que permitiria o acompanhamento de cada caso individual de sequestro extorsivo no país e por fim, seriam realizadas análises sistemáticas para determinar com maior precisão a estrutura de custos desses crimes, antecipando novas formas de operação e apoiando a tomada de decisões, incluindo a evolução do sequestro, suas características, comportamentos, padrões geográficos e temporais, e seu modus operandi (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

A quarta diretriz fala sobre a implementação de um sistema de recepção e acompanhamento de casos por meio da implementação um sistema para: (i) garantir uma relação direta, estável e amigável com as vítimas e seus familiares; (ii) produzir informações judiciais, táticas e estratégicas mais precisas; (iii) direcionar adequadamente as denúncias; e (iv) garantir que os grupos GAULA se concentrem em casos de extorsão e sequestro extorsivo. Assim como, a consolidação de uma agenda internacional contra a extorsão e o sequestro extorsivo que promoveriam iniciativas internacionais contra práticas que favorecem ou facilitam esses crimes, além de buscar cooperação efetiva de governos internacionais. Redes de cooperação internacional também seriam construídas, incluindo apoio em informações de

²⁷ O Grupo de Ação Unificada pela Liberdade Pessoal é uma unidade especializada da polícia nacional da Colômbia que trabalha na luta contra sequestros e extorsões.

inteligência, treinamento em protocolos operacionais e de investigação, além de compartilhamento de informações tecnológicas (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Já a quinta diretriz preza pelo fortalecimento da capacidade preventiva do Estado e da cidadania, no que se refere às ondas de sequestro e extorsão. Esta diretriz seria realizada por meio de campanhas maciças de informação e conscientização para incentivar a população a: (i) denunciar oportunamente casos de extorsão e sequestro; (ii) informar às autoridades sobre atividades suspeitas; e (iii) entender que têm todo o apoio do Estado para não ceder ao pagamento extorsivo. Por outro lado, o Governo Nacional abriria canais de comunicação simples e eficazes para facilitar a denúncia desses crimes e seria incentivada a adoção voluntária de códigos de conduta em associações, empresas, escolas, universidades, famílias, entre outros, para evitar o pagamento de sequestros e detectar rapidamente situações relacionadas a sequestros e extorsões. O Governo também atualizaria as tecnologias de alerta e comunicação disponíveis, apoiando seu uso por meio da melhoria contínua dos protocolos de reação dos órgãos de segurança e investigação do Estado. Da mesma forma, seriam identificadas as alianças feitas por organizações que cometeram sequestros e extorsões, para obter informações sobre suas potenciais vítimas e facilitar a prática desses crimes, além de identificar as fontes de informação dos criminosos. O desenvolvimento de um programa de segurança e inteligência penitenciária, para evitar extorsões e sequestros extorsivos cometidos dentro das prisões, também seria mais um mecanismo para o combate desses crimes, já que minimizaria o aprendizado criminal dos detentos e forneceria informações valiosas, para a desarticulação de organizações criminosas (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

A sexta diretriz, por sua vez, traz a proposta de estabelecer uma normatividade adequada por meio de elementos jurídicos necessários para aprimorar a luta contra a extorsão e o sequestro. Dessa maneira, seriam identificados e apresentados ao Congresso da República, como parte de uma nova iniciativa jurídica contra esses crimes. De igual maneira, a sétima diretriz foi proposta com o fim de definir objetivos mensuráveis a partir do desenvolvimento dessa política. O objetivo seria articular o Governo desde o início do mandato, com um sistema de monitoramento e avaliação, baseado em indicadores de gestão e resultados, para compreender os efeitos das políticas e de sua implementação, tomando decisões de redirecionamento estratégico ou de política (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

A oitava e última diretriz, propõe o desenvolvimento de um esquema de trabalho, a partir das decisões de política sobre o manejo governamental da luta contra a extorsão e o sequestro, que seriam aprovadas pelo Presidente da República e formuladas por meio de documentos de política, apresentados ao Conselho de Segurança Nacional. De igual maneira, o Conselho Nacional de Luta Contra o Sequestro (CONASE), presidido pelo Ministério da Defesa Nacional, atribuiu recursos, tarefas e realizou um acompanhamento contínuo das políticas implementadas pelas entidades representadas, com o apoio da Vice-Presidência da República (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Ainda dentro da quarta linha de ação, o Plano propõe da plena proteção de deslocados forçados e crianças combatentes por meio do seguinte convite:

O Governo Nacional convida os colombianos em organizações armadas ilegais a abandonarem as armas através do programa de desmobilização. Este visa a ressocialização, oferecendo aconselhamento psicológico e treinamento profissional. Aqueles que desejam desvincular-se devem se apresentar às autoridades, com processo acelerado pela criação de uma unidade de fiscais. A reintegração inclui reconstrução de identidade, garantias de acesso a recursos estatais e parcerias estratégicas com setor privado e ONGs. Os desmobilizados têm deveres, incluindo evitar atividades criminosas, cumprir a lei e contribuir de maneira útil à sociedade, com reincidência resultando na perda de benefícios estatais (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Esta proteção também velaria contra o recrutamento de crianças e jovens. A proteção seria realizada a partir de políticas de prevenção de recrutamento, por parte dos grupos insurgentes, focando na população de alto risco.

A infraestrutura econômica e a rede rodoviária também seriam protegidas por meio dessa linha de ação. Quanto à infraestrutura econômica, o governo “implementou programas especiais para prevenir ataques terroristas contra a infraestrutura carbonífera, elétrica, petrolífera, portuária, aeroportuária e de telecomunicações, bem como para evitar o roubo de hidrocarbonetos” (COLOMBIA, 2002, tradução nossa). As ações foram realizadas em colaboração com o Exército, a Fiscalía, o DAS, a DIJIN²⁸ e a Procuradoria. Por outro lado, no que tange à proteção da rede rodoviária, o governo criaria estratégias para garantir a segurança nas estradas junto ao Ministério de Defesa, o Ministério dos Transportes e a Procuradoria Geral da Nação. Esta estratégia seria intitulada Estratégia Integral de Segurança em

²⁸ Direção de Investigação Criminal e INTERPOL.

Estradas e seria composta por quatro componentes principais: o Monitoramento do tráfego de veículos nas rodovias nacionais; a Implementação de ações de reação e intervenção da força policial e militar; a Participação da Procuradoria Geral da Nação em unidades móveis, que permitam procedimentos rápidos para a judicialização daqueles que atentam contra a segurança e liberdade dos cidadãos nas estradas do país; e a Coordenação da cooperação cidadã com as autoridades para a vigilância das estradas (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

A quinta linha de ação foi intitulada “Cooperar para a segurança de todos” e dividiu-se em quatro partes: a segurança da solidariedade, redes de cooperadores, programa de recompensas e cooperação internacional. A segurança da solidariedade é mais uma estratégia do governo, para que a população contribua para a segurança nacional. Com isso, o governo promete promover a “cooperação voluntária e patriótica dos cidadãos, cumprindo seus deveres constitucionais e aplicando o princípio de solidariedade, exigido pelo moderno Estado de Direito social” (COLOMBIA, 2002, tradução nossa). O objetivo da estratégia seria obter a maior contribuição possível de cidadãos para a prevenção do terrorismo e da criminalidade, de forma que eles forneçam informações relacionadas às organizações armadas ilegais e dessa forma, o governo possa chegar a elas com maior facilidade. Da mesma forma, no segundo ponto o Plano discute melhor sobre essa rede de cooperadores, basicamente seria formada uma rede de cidadãos nas áreas urbanas e rurais do país, que cooperariam ativamente de forma voluntária com as autoridades “participando em programas cidadãos de cultura para a segurança, e fornecendo informações para a prevenção e perseguição do crime” (COLOMBIA, 2002, tradução nossa). Esta colaboração não seria remunerada e quem decidisse colaborar, precisaria fazê-lo desinteressadamente.

Por outro lado, o PDSD apresentou a proposta de um programa de recompensas, para pessoas que funcionassem como informantes dos órgãos de segurança do Estado, fornecessem informações que levassem à prevenção de atentados terroristas, ou à captura de membros de organizações armadas ilegais. Da mesma forma, o Governo Nacional também criara um sistema de recompensas e incentivos, para a denúncia de bens pertencentes a pessoas ou organizações vinculadas ao terrorismo ou ao narcotráfico (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

No que concerne ao ponto de cooperação internacional, o PDSD coloca que a segurança não seria apenas resultado da união da população colombiana, mas

também da cooperação com os países a quem atravessasse o terrorismo, devido à natureza transnacional. Em vista disso, o Governo nacional buscaria o fortalecimento da cooperação regional para:

Criar um frente unido por meio de mecanismos de cooperação que facilitem operações coordenadas das forças de segurança dos respectivos países e o controle do trânsito de armas, explosivos, narcóticos, precursores químicos e pessoas; Reforçar o intercâmbio de inteligência e informações financeiras para monitorar, identificar e neutralizar as atividades de organizações armadas ilegais; Fortalecer e expandir as comissões bilaterais fronteiriças, COMBIFRON, e assinar acordos que permitam às forças de segurança controlar as fronteiras, especialmente rios, águas e espaço aéreo, de maneira mais eficaz, trocando inteligência e realizando operações coordenadas de patrulhamento, controle, registro e interdição; Cumprir os propósitos do Compromisso de Lima da Comunidade Andina; Promover a reforma do atual sistema de segurança interamericano para adequá-lo às novas realidades de segurança. O Governo apoiará a modernização de mecanismos como o TIAR ou instituições como a Junta Interamericana de Defesa, para traduzir em mecanismos operacionais concretos a vontade política existente de combater ameaças como o narcotráfico e o terrorismo. O Governo também promoverá a ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

De igual maneira, a cooperação internacional também seria eficaz para a erradicação do tráfico ilegal de drogas. Para isso, o PDSD propõe oferecer alternativas de emprego e apoio financeiro aos pequenos cultivadores de coca e papoula para que assim, erradiquem voluntariamente e efetivamente seus cultivos. Da mesma forma, propõe trocar inteligência e fortalecer sua capacidade técnica para combater as redes de comercialização de drogas, coordenar os esforços de interdição, especialmente a interdição aérea sobre o Mar do Caribe e o Oceano Pacífico, harmonizar a legislação contra o tráfico de estupefacientes e precursores químicos, para que as penas correspondam ao dano que causaram à sociedade, trocar informações financeiras que permitam identificar e punir a lavagem de dinheiro de forma mais decidida e por fim, controlar e reduzir o consumo de drogas ilícitas, oferecendo alternativas de tratamento, reabilitação e capacitação à população (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Para que as ações securitizadoras a partir da cooperação internacional, tivessem eficácia, o PDSD reitera que os países que colaborarem, deveriam implementar a Resolução 1373 do Conselho de Segurança da ONU e acatar as recomendações do Comitê Contra o Terrorismo, que supervisiona seu cumprimento, introduzindo legislação contra o terrorismo, não dando abrigo a grupos terroristas, nem permitindo que usem seu território para desenvolver suas atividades e

administrar suas finanças. O cumprimento dessas obrigações, deveria ser automático e não deveria exigir a solicitação do país de origem desses grupos. Também, chama a atenção a unir esforços e exercer a pressão necessária, para que haja transparência no sistema financeiro internacional e para que os esforços de alguns países não fossem inúteis, devido à relutância de outros em estabelecer os controles necessários. Além disso, a PDSD propõe para esses países que troquem permanentemente informações sobre as atividades das redes terroristas, e cumpram prontamente os mandatos de captura da INTERPOL (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Por último, a sexta e última linha de ação, foca em “Comunicar as políticas e ações do Estado”. Esta linha inicia explicando seu primeiro ponto, “Terrorismo e comunicação”, devido a que o terrorismo usa a comunicação como ferramenta para implantar terror, um método de violência política, segundo a PDSD. Em razão disso, o Governo faz um chamado para os meios de comunicação com o fim de obter sua colaboração no momento de divulgar informações que coloquem em risco a vida de pessoas, e o desenvolvimento de operações do Estado (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Já no segundo ponto dessa linha de ação, o PDSD fala sobre a diplomacia pública chamando mais uma vez a cooperação internacional pois a Colômbia necessitaria, acima de tudo, de instituições fortes que preenchessem as lacunas de autoridade e protegessem os direitos da população (COLOMBIA, 2002, tradução nossa).

Sendo assim, a Política de Defesa e Segurança Democrática trouxe, além das principais ameaças que colocam em risco o país, um leque de soluções nacionais, internacionais e populacionais para a securitização do país. Além disso, a militarização também foi um ponto que ficou forte na PDSD, trazendo o cenário mais comum que resumiria as ações securitizadoras, nos anos posteriores à criação dela.

A teoria da securitização, desenvolvida pela Escola de Copenhague, explora como certas questões são construídas como ameaças à segurança nacional, legitimando a adoção de medidas extraordinárias. Levando em consideração essa premissa, é importante ressaltar também que a partir do momento em que um governo expõe que existe uma ameaça existencial prejudicando o Estado, e recebe o consentimento da sociedade, ele se vê livre de utilizar quaisquer meios que julgue necessários para iniciar, que no caso do governo Uribe, continuou em proporções maiores e mais militarizadas, o processo de securitização. Assim, o ator reivindicou o

direito de lidar com a questão por meios extraordinários, para quebrar as regras políticas normais do jogo (por exemplo, na forma de sigilo, cobrança de impostos ou recrutamento, impondo limitações a direitos invioláveis ou concentrando a energia da sociedade e recursos em uma tarefa específica) (Buzan, Waever e Wilde, 1998, p.24, tradução nossa).

Da mesma forma, o fato de o governo ter decretado o Estado de Comoção Interior²⁹ em 2002, permitiu não apenas implementar esses impostos, mas também “autorizar prisões sem ordens judiciais e instituir a possibilidade de detenção de pessoas com base em suspeitas de intenções de cometer delitos” (SANTOS 2006), quebrando assim, as regras políticas normais do jogo, como explicado anteriormente por Buzan, Waever e Wilde. Por exemplo, no mesmo ano de 2002, foi implementado um novo imposto cobrado dos colombianos, o “Impuesto ao Patrimônio” por meio do decreto nº 1.838, de 11 de agosto de 2002, expondo assim uma das razões pelas quais o ex-presidente Uribe ao longo dos seus discursos securitizadores, chamava à população para lutar a favor do estado e contra os grupos terroristas. O imposto foi implantado com o fim de financiar as despesas necessárias para a Política de Defesa e Segurança Democrática e posteriormente, este imposto que foi inicialmente especial, foi modificado no ano de 2003 com a criação do imposto transitório sobre a riqueza através da Lei 863, e aplicável a pessoas físicas e jurídicas com patrimônio superior a 3 milhões de pesos colombianos (ao redor de USD \$726,56 na cotação de outubro de 2023) (RAMÍREZ, 2017, tradução nossa).

É nítido também, durante as ideias de Uribe, plasmadas no documento, o anseio em acabar com os terroristas. Entretanto, ele também comunica que todas as forças necessárias serão utilizadas para a eliminação deles:

Temos tanta generosidade para acolher os que desistem da via violenta, como firmeza para derrotar o terrorismo. Assim como não desanimaremos para derrotar o último dos terroristas, aqueles que desejam fazer as pazes com o Estado colombiano têm a oportunidade de fazê-lo rapidamente, aproveitando a política de desmobilização (COLOMBIA, 2003, tradução nossa).

²⁹ O estado de comoção interna está previsto no artigo 213 da Constituição Política de 1991. É uma medida excepcional que o Governo pode declarar e que lhe conferirá poderes especiais para expedir decretos com força de lei e suspender leis incompatíveis com o estado de choque (BURGOS, 2023).

Assim como é nítida a petição de consentimento da sociedade, para que o governo possa utilizar todas as forças necessárias, para combater as ameaças existenciais.

Entende-se que a securitização não pode ser apenas implementada, mas precisa do consentimento da sociedade, que acredita na existência da ameaça e apoia os caminhos de resolução impostos pelo Estado. Nas ideias do Governo Uribe colocadas na Política de Defesa e Segurança Democrática, onde chama-se à sociedade a lutar pela bandeira colombiana, de forma retórica ele está realizando uma petição de consentimento da população para poder implementar as ações advindas da política de segurança democrática.

Um discurso que assume a forma de apresentar algo como uma ameaça existencial a um objeto referente não cria securitização por si só – este é um movimento securitizador, mas a questão é securitizada apenas se e quando o público o aceitar como tal. (Aceitar não significa necessariamente em uma discussão civilizada e livre de domínio; significa apenas que uma ordem sempre se baseia na coerção, bem como no consentimento. Como a securitização nunca pode apenas ser imposta, há alguma necessidade de argumentar o caso.) (Buzan, Waever e Wilde, 1998, p.25, tradução nossa).

Iniciando a agenda de segurança, com o objetivo de combater o terrorismo com “firmeza”, mais adiante durante o mesmo documento, a ex-ministra de Defesa Marta Lucía Ramírez de Rincón, relata que para a criação do documento onde se plasma o projeto de securitização do governo Uribe, ela reuniu “A equipe do Ministério da Defesa, do Comando-Geral das Forças Armadas, da Escola Superior de Guerra e da Polícia Nacional” (COLOMBIA, 2003, tradução nossa), com o fim de estruturar quais eram as melhores opções para resolver os problemas do país relatados no documento, ressaltando as raízes de militarização em que a agenda de segurança iniciou. O posicionamento da ex-ministra é compreensível já que, “A natureza especial das ameaças à segurança justifica o uso de medidas extraordinárias para lidar com elas” (Buzan, Waever e Wilde, 1998, p.21, tradução nossa), com isso, o uso da força começa a justificar-se por si só, pois a realidade vivida há mais de 50 anos, teria novos caminhos para dissolver-se.

Para entender a agenda de segurança do governo Uribe e as decisões securitizadoras tomadas a partir dela, colocaremos as premissas da Escola de Copenhague trazidas por Buzan, Waever e Wilde em *A New Framework for Analysis*, sobre como se dá o processo de securitização e quais os setores em que as ameaças

à segurança de um país podem ver-se afetados. Sob a visão dos autores mencionados anteriormente, percebe-se um afetamento direto no setor político, econômico e societal (Buzan, Waever e Wilde, 1998, tradução nossa).

Com isso, e levando em consideração as ameaças e consequências de segurança, colocadas a partir da política de segurança democrática do governo Uribe, entende-se que o objeto referente da agenda foi o Estado visando a proteção do mesmo. Já a ameaça existencial foi configurada pelas guerrilhas e paramilitares, ou seja, para o governo, assumindo seu papel de ator securitizador, a principal ameaça a ser combatida era a existência desses grupos terroristas já que a soberania do Estado e a autoridade governamental estava sendo existencialmente ameaçada por eles (Buzan, Waever e Wilde, 1998).

O Ato Discursivo ou Speech Act é mais uma ferramenta securitizadora, de comunicação unilateral entre o ator securitizador e a audiência, por meio dele são apresentadas as ameaças existenciais para a sociedade, com o fim de esclarecer os riscos que elas trazem para o Estado, com isso, o governo espera o convencimento e consentimento da audiência para tomar iniciativas securitizadoras e/ou militarizadas como no caso da Colômbia, para a eliminação das ameaças.

O processo de securitização é o que na teoria da linguagem é chamado de ato de fala. Não é interessante como signo referente a algo mais real; é o próprio enunciado que é o ato. Ao dizer as palavras, algo é feito (como apostar, fazer uma promessa, nomear um navio)" (Wæver; Austin apud Buzan, Waever e Wilde, 1998).

É por meio do Speech Act, que o ator securitizador esclarece qual é o objeto referente, os atores securitizadores e os atores funcionais do assunto apresentado.

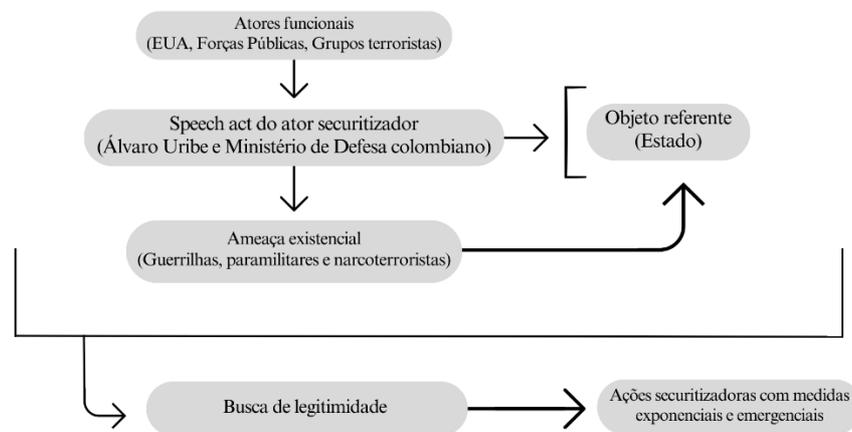
O ato discursivo é um elemento chave que está relacionado com a necessidade de uma ação urgente frente à ameaça emergencial, centrando-se em: a) objeto referente, considerado como ameaça existencial e que necessita ser legitimado; b) atores securitizadores, que realizam a securitização do objeto referente; c) atores funcionais, que afetam as dinâmicas e influem nas decisões (SCHNEIDER E CASTELLANO apud Buzan, Waever e Wilde, 1998).

Sendo assim, a agenda de segurança do governo Uribe centra-se em colocar como objeto referente ao Estado, em detrimento das ameaças existenciais que impactam diretamente a soberania estatal. Como atores securitizadores, Álvaro Uribe Vélez junto ao ministério de defesa exercem o papel de securitização do Estado e no

que se refere a atores funcionais há uma grande influência e pressão dos Estados Unidos, além das Forças Públicas. Por outro lado, existem também as ameaças representadas pelos grupos terroristas e narcoterroristas que acabam direcionando o tamanho das forças que foram utilizadas para o bloqueio dos mesmos (SCHNEIDER E CASTELLANO, 2020).

Graficamente, o caso colombiano pode ser entendido da seguinte forma, segundo a teoria do processo de securitização proposta pela Escola de Copenhague:

Figura 1 - Processo de Securitização do Governo Uribe



Fonte: Elaboração própria.

3.1 A DIRETIVA MINISTERIAL PERMANENTE Nº 29/2005, OS ESQUADRÕES DA MORTE E OS FALSOS POSITIVOS

Desde o início dos anos 80, existem decretos e diretivas que estabelecem o pagamento de recompensas econômicas, em troca de informação às autoridades. Estas recompensas eram principalmente fornecidas à população, com o fim de estimular a colaboração com as autoridades e, certamente, o bloqueio do crescimento de grupos insurgentes e o narcotráfico na Colômbia.

Durante os anos 1980, por exemplo, o governo colombiano ofereceu recompensas significativas por informações que levassem à captura do líder do Cartel de Medellín, Pablo Escobar. Assim, os jornais eram o principal meio de divulgação dessas recompensas, um exemplo das divulgações foi o comunicado publicado em 15 de agosto de 1992 no jornal El Tiempo com a seguinte descrição:

Recompensa adicional oferecida por informações que levem à captura de Escobar ao O Departamento de Estado dos Estados Unidos, com o apoio e cooperação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, anunciou que indivíduos que fornecerem informações que levem à prisão de Pablo Escobar poderão receber recompensas de até dois milhões de dólares (EL TIEMPO, 1992, tradução nossa).

Segundo a reportagem, as informações que valeriam para o ganho dessas recompensas, seriam apenas informações que resolvessem atos de terrorismo, que levassem à prisão dos responsáveis do narcotráfico e/ou informações, que levassem à prisão de grandes traficantes de drogas (EL TIEMPO, 1992, tradução nossa).

Após o oferecimento de tais recompensas, Pablo Escobar³⁰ pode ser capturado. Entretanto, ele fugiu da prisão, levando a incrementar o valor da recompensa para 3.846.153 milhões de dólares na cotação de 1992. Desta vez, para dar com o paradeiro do esconderijo em que ele supostamente estaria após a fuga. Além da recompensa em dinheiro, o governo ofereceria realocação no exterior para a proteção de quem colaborasse com as informações. Na figura abaixo, é possível entender de que forma a divulgação era realizada:

Figura 2 - Cartaz de divulgação de recompensas por informações que levassem à captura de Pablo Escobar

SE BUSCA

PABLO EMILIO ESCOBAR GAVIRIA

SOLICITADO POR LA JUSTICIA
A quién suministre información que permita su captura, se le ofrece como recompensa

\$ 2.700'000.000.00
DOS MIL SETECIENTOS MILLONES DE PESOS.

y por cada uno de estos prófugos la suma de

\$ 100'000.000.00
(CIEN MILLONES DE PESOS)

LLAME YA

SANTAFE DE BOGOTA 222 - 5012	LINEA ROJA SANTAFE DE BOGOTA 91 - 287 - 2908 91 - 287 - 2986	GRATIS DESDE CUALQUIER CIUDAD 9800 - 10600 LINEA DIRECTA A MEDELLIN 4611111 - 4611112
---------------------------------	---	--

SE GARANTIZA ABSOLUTA RESERVA
POR PARTE DEL GOBIERNO DE COLOMBIA Y DE LOS EE.UU. POSIBILIDAD DE REUBICACION EN EL EXTERIOR.

Fonte: Entérate Cali, 2017.

³⁰ Narcotraficante e criador do Cartel de Medellín, na Colômbia.

Até a morte de Escobar em 1993, as recompensas apenas aumentaram, chegando até 6,250 milhões de dólares em 2 de fevereiro de 1993, como divulgado por reportagem publicada no jornal El Tiempo.

Na década de 2000, os programas de recompensas vieram fortemente com o governo Uribe, ação já esperada desde a implementação da Política de Defesa e Segurança Democrática. O primeiro programa foi implementado durante a Operação Orion de 2002, e as recompensas eram dadas a quem oferecesse informações que levassem à captura de membros de grupos paramilitares e guerrilheiros, que controlassem a área da Comuna 13 em Medellín.

No entanto, o segundo programa de recompensas criado pelo governo Uribe, e o mais forte, no que se refere a consequências injustas que envolveram a população, foi o programa decretado a partir da Diretiva Ministerial Permanente N°29/2005, assinada em 17 de novembro de 2005, pelo Governo Nacional e pelo Ministério de Defesa.

A Diretiva Ministerial Permanente N°29/2005, foi criada com o fim de desenvolver critérios para o pagamento de recompensas, pela captura ou morte em combate de líderes de organizações armadas fora da lei, material de guerra, comunicações ou informações sobre atividades relacionadas ao tráfico de drogas. Assim como, o pagamento de informações que servissem de base para a continuação do trabalho de inteligência, e posterior planejamento das operações (COLOMBIA, 2005, tradução nossa).

Os critérios de pagamento dependeram do tipo de material entregue e do cargo dos corpos entregues ao exército, quanto maior o cargo, maior seria a recompensa monetária dada aos soldados ou à base militar que os soldados faziam parte. A Diretiva foi criada como forma de estabelecer um preço pela vida de um ser humano, e a pior parte é que não apenas recompensas monetárias seriam oferecidas aos soldados, mas também recompensas como dias de férias, intercâmbios e outras motivações não monetárias que eram repartidas entre os comandantes de cada base militar.

Abaixo, pode-se entender a definição dos critérios e o valor dos pagamentos realizados, em função do cargo da pessoa entregue:

Quadro 10 - Critérios de valoração para o pagamento de recompensas por chefes das organizações das OAML³¹ e Chefes do Narcotráfico com valores em USD

Nível	Vagas	Montantes (até)	Critérios de valoração
I	Até 15	1.173.635,36 USD	Os dirigentes máximos de cada OAML ou que, sem serem do mais alto escalão, sejam publicamente reconhecidos pelas atrocidades nas suas ações contra a população civil e/ou por constituírem uma ameaça à segurança nacional.
II	Até 40	403.495,84 USD	Chefes de estruturas maiores ou grupos responsáveis pelo planejamento e coordenação do maior número de ações terroristas de relevância nacional, especialmente aquelas que afetam a infraestrutura econômica. Da mesma forma, os responsáveis por crimes atrozes, atividades de narcotráfico, lavagem de dinheiro, tráfico de material bélico e os terroristas que desde o exterior realizam atividades em benefício das OAML, especialmente em relação ao tráfico de material bélico, financiamento e promoção do terrorismo na Colômbia.
III	Indefinido	44.832,87 USD	Dirigentes de estruturas rurais e urbanas que realizam atividades de planejamento, direção e execução de ações terroristas a nível regional e responsáveis por atividades relacionadas com finanças, tráfico de material bélico e logística. (ii) Chefes das principais estruturas e grupos responsáveis pelos cultivos ilegais, financiando, planejando e coordenando o tráfico e comercialização de drogas de relevância nacional e internacional. Da mesma forma, os responsáveis pelo braço armado de organizações de narcotráfico, lavagem de dinheiro, tráfico de material bélico e os narcotraficantes que desde o exterior realizam atividades em benefício das OAML, especialmente em relação ao narcotráfico, material de guerra, finanças e narcotráfico.
IV	Indefinido	16.139,83 USD	Chefes de estruturas rurais e urbanas que realizem atividades de planejamento, direção e execução de ações terroristas a nível local e os responsáveis por atividades relacionadas com finanças, tráfico de material bélico e logística, (ii) Administradores de cultivos ilícitos, produtores, administradores de laboratórios e cristalizadores, processadores em laboratórios e cristalizadores, comerciantes de produtos intermédios, sujeitos dedicados ao transporte de produtos refinados, responsáveis pela logística, pessoal de comunicação na comercialização de medicamentos e organização do transporte de drogas.

³¹ Organizaciones al Margen de la Ley (Organizações fora da lei).

V	Indefinido	89.548,38 USD	Dirigentes e integrantes de guerrilhas, esquadrões ou particulares responsáveis por desenvolver e/ou apoiar ações terroristas em nível local, sequestros, extorsões, roubos, atividades de inteligência, emboscadas, perseguições, assaltos às populações, ataques a instalações militares.
---	------------	---------------	---

Fonte: Directiva Ministerial Permanente N°29/2005, tradução nossa.

Os valores pagos aos soldados, dependeria diretamente do grau de importância que o chefe capturado teria, assim como, dos materiais de guerra.

Quadro 11 - Critérios para valoração do material de guerra com valores em USD

Descrição	Valor
Metralhadoras de 50 pontos	Até \$70.418,12 USD
Metralhadoras M-60	Até \$46.945,41 USD
Morteiros de 120 mm	Até \$46.945,41 USD
Morteiros de 81 mm	Até \$35.209,06 USD
Morteiros de 60 mm	Até \$35.209,06 USD
MGL Múltiplo Lança-Granadas	Até \$35.209,06 USD
rifles	Até \$23.472,71 USD
Lançador de granadas RPG 7	Até \$23.472,71 USD
metralhadoras	Até \$187,78 USD
Pistolas (Sem calibre imponente)	Até \$117,36 USD
Parafusos (mecanismos de disparo)	Até \$117,36 USD
Revólver Independente do calibre	Até \$49,29 USD
Granadas para Moriero	Até \$42,25 USD
Granadas para rifle	Até \$35,21 USD
Granadas para MGL 40mm	Até \$23,47 USD
granadas de mão	Até \$23,47 USD
carabinas	Até \$21,13 USD
espingardas	Até \$16,43 USD
changones	Até \$11,74 USD
sinalizadores	\$5,87 USD
Fornecedores para Long Gun	\$4,69 USD
silenciadores	\$4,23 USD
Fornecedores de metralhadoras	\$3,52 USD
Fornecedores para armas curtas	\$2,35 USD
baionetas	\$2,35 USD
Munição de Arma Longa Com limite máximo de 200.000.000,00	\$0,23 USD
Munição de arma curta com limite máximo de \$ 200.000.000,00	\$0,16 USD

Fonte: Directiva Ministerial Permanente N°29/2005, tradução nossa.

Além dos critérios para captura dos chefes e dos materiais de guerra, a diretiva também estabeleceu critérios para a valoração de material de intendência, material de guerra especializado, material de comunicações, armas não convencionais e explosivos, sistemas diversos como computadores, CDs e CPUs, veículos como carros, motos e aeronaves, brancos aeronáuticos, narcotráfico e insumos químicos, maquinaria industrial, instrumental para cirurgias e fármacos, mulas e cavalos. Todos os itens entregues deveriam estar em ótimas condições para o recebimento integral da recompensa.

Para o monitoramento dos resultados advindos a partir da Diretiva, o documento estabeleceu a formação de um comitê de acompanhamento, que gerenciaria os resultados e a efetividade do plano em termos de segurança nacional. O comitê “Comitê Técnico de Acompanhamento” estaria dividido da seguinte forma:

Será dirigido pelo assessor designado pelo Ministro da Defesa Nacional e será composto por um delegado da Divisão Administrativa e um analista do J-2 do Comando Geral das Forças Militares, o chefe da divisão administrativa da Inteligência Diretoria do Exército Nacional e um analista conforme o caso a ser discutido; o chefe da divisão administrativa da JINA da Marinha Nacional e um analista conforme o caso... a ser discutido; o chefe da divisão administrativa do JIN da Força Aérea Colombiana e um analista conforme o caso a ser discutido; dois funcionários da Polícia Nacional (DiPOL-DIJIN), um analista do DAS e um analista do Corpo Técnico de Investigação da Procuradoria-Geral da República (COLOMBIA, 2005, tradução nossa).

Dentre as funções designadas para o comitê estavam: se reunir mensalmente para apresentar e avaliar os resultados, onde os delegados de cada base militar forneceriam informações relacionadas às capturas realizadas e aos insurgentes mortos em combate, assim como os cultivos de drogas detectados e bloqueados e às recompensas tramitadas em troca de informações, realizadas no último mês. Essa informação seria consolidada em um relatório de gestão do Ministério de Defesa Nacional, do Comandante geral das Forças Armadas, Comandantes de Força, do Diretor da Polícia Nacional e dos Diretores das Agências de Inteligência (COLOMBIA, 2005, tradução nossa).

O Comitê também encarregar-se-ia de elaborar listas de prioridades secundárias, dos integrantes perfilados como possíveis substitutos dos insurgentes capturados ou mortos em combate, assim como, orientar a divulgação do programa

de recompensas, revisar e aprovar por meio do Conselho Conjunto de Inteligência, as recompensas nacionais ou em casos de operações realizadas no exterior (COLOMBIA, 2005, tradução nossa).

No fim da Diretiva, consta um listado de instruções para as partes envolvidas. O primeiro ponto, refere-se à modificação da lista dos integrantes dos grupos insurgentes procurados, sendo que a mesma poderia ser mudada ou trocada sempre que o Presidente da República e o Ministro de defesa, assim o considerassem necessário.

Já o segundo ponto, determina quais recursos serão utilizados para o pagamento de recompensas às bases militares, assim como, o pagamento por informações que levassem à captura de algum ator insurgente. Com isso, determina-se que os recursos para o pagamento das recompensas, proveria do Ministério da Defesa e seria financiado com recursos da Nação e fundos da cooperação económica nacional e internacional, sendo os Estados Unidos, um dos principais financiadores para o combate à insurgência na Colômbia.

Por outro lado, o pagamento pelas informações seria pago com os recursos provenientes das Diretorias de Inteligência das Forças Militares. Fazendo uma rápida análise, os gastos militares anuais quase triplicaram desde o início da diretiva ministerial, indo de \$4.914,2 milhões de dólares em 2005, para \$10.422,1 milhões de dólares em 2010, último ano do governo Uribe (COLOMBIA, 2005, tradução nossa).

No listado de instruções, também consta que a validação dos insurgentes que não se encontrassem no listado da Diretiva, passaria pela avaliação de um comitê central de cada agência de inteligência, para decidir o montante e se, valeria o pagamento de recompensa pela pessoa capturada ou morta em combate. Tanto a validação quanto a recompensa, dependeram do nível em que o indivíduo se encaixaria de acordo com o quadro 10. Para cada indivíduo nível II validado pelo comitê central, deveria ser entregue em anexo um certificado do Conselho de Inteligência Regional, que estabelecesse o nível ao que o indivíduo capturado ou morto em combate, pertencera (COLOMBIA, 2005, tradução nossa).

No fim da Diretiva, o documento deixa clara a flexibilidade, e que todas as regras e instruções estabelecidas pela Diretiva, poderiam ser adequadas segundo cada organismo achasse necessário, abrindo assim uma ampla possibilidade de corrupção e facilitando a modificação das regras do jogo. “Cada órgão de inteligência das Forças Militares e da Polícia Nacional deverá adaptar as suas normas, diretivas

e manuais, de acordo com o disposto nesta Diretiva” (COLOMBIA, 2005, tradução nossa).

Por fim, o que deveria ser uma ação securitizadora organizada, com o fim de reduzir o narcotráfico e a atuação de grupos terroristas na Colômbia, tornou-se uma ação de limpeza social nos anos seguintes.

A diretiva, visou estimular as ações securitizadoras realizadas pelas forças armadas, com motivações econômicas, porém, por fatores culturais e falta de monitoramento, esse estímulo econômico resultou em uma série de corrupções dentro das bases militares, resultado em ganho de dinheiro em troca da entrega de falsos resultados ao Ministério de Defesa. Sendo assim, as formas de burlar as regras para as recompensas espalharam-se rapidamente entre as bases militares, criando os comumente chamados “esquadrões da morte”. Os esquadrões foram grupos do exército nacional que objetivavam, além de burlar as regras da diretiva, entregando falsos resultados, realizar um tipo de limpeza social nas áreas rurais da Colômbia. Os mesmos, trabalhavam matando civis, encenando combates e colocando-os em valas comuns para serem entregues como terroristas mortos durante combates, dessa forma, iniciou-se a onda de Falsos positivos na Colômbia.

3.2 OS FALSOS POSITIVOS E AS FALHAS NA POLÍTICA DE SEGURANÇA DEMOCRÁTICA

Fazia mais de duas décadas que as desapareições forçadas eram um problema na Colômbia, entretanto, essas desapareições eram atribuídas principalmente a grupos terroristas, que extorquiram e sequestraram pessoas por motivações políticas, de dívida ou de benefício próprio, como no caso das guerrilhas. Além do mais, essa problemática foi mencionada por Uribe desde o início da sua campanha eleitoral para a presidência da Colômbia, como um dos pontos focais no que concerne à insegurança social na Colômbia e curiosamente, a mesma situação repetiu-se durante seu governo. A única diferença é que dessa vez, os protagonistas da catástrofe receberam premiações em troca e coincidentemente, foi a partir da primeira década do século XXI, que as execuções extrajudiciais se tornaram massivas, atingindo o pico entre 2006 e 2008, durante o governo do ex-presidente Álvaro Uribe Vélez. O

CCEEU³² assegurou que entre 2007 e 2008 uma pessoa foi assassinada diariamente por agentes do Estado (RAMÍREZ, 2016, tradução nossa).

A catástrofe de desaparecimentos em massa, é conhecida como a Onda de Falsos Positivos. Sendo o falso positivo, aquela pessoa civil assassinada e entregue como terrorista morto em combate, utilizando-o em benefício próprio, em troca de recompensas.

Os falsos positivos foram o maior efeito colateral da agenda de segurança do governo Uribe, juntamente com as premissas colocadas na diretiva ministerial permanente. O discurso do governo Uribe, desde o processo eleitoral, sustentava-se nas necessidades de segurança que a população demandava na época de 2002, foi um discurso político que prometeria a segurança nacional e social, além de colocar como principal ameaça existencial os grupos terroristas, que de alguma forma, implantaram o terror na nação e afetaram a soberania estatal. Da mesma forma, durante os discursos do ex-presidente, era fácil deparar-se com dialetos que desumanizavam esse inimigo interno e colocavam o fortalecimento das Forças Militares, como a única forma de resolução do problema, fato que, manifestou-se posteriormente nas políticas públicas durante os seus dois governos e nas ações corruptas realizadas pelas Forças Militares, nos anos posteriores à Diretiva Ministerial (CASTILLEJO, 2016). Por exemplo, no segundo discurso de posse, em 2006, Uribe expôs que: “A conotação democrática da segurança, é um passo irreversível para obter a paz. Reitero o nosso desejo de alcançar a paz, para a qual apenas pedimos fatos” (Discurso de inauguração, 2006, tradução nossa). As falas que remetem a “pedir fatos” ou em outras palavras, solicitar resultados, não começaram no segundo discurso de posse, entretanto, com a Política de Defesa e Segurança Democrática e o plano de ação, planteado pela diretiva ministerial, o ex-presidente já tinha construído um caminho de resolução que estaria em plena atuação no ano de reeleição. O discurso dado por Uribe, serviu como uma motivação maior para as Forças Armadas e um símbolo de esperança para a população colombiana. A cobrança por resultados, era constante.

Durante o mesmo discurso, Uribe,

Indica que a principal necessidade da democracia colombiana é a segurança como prioridade: “A democracia moderna reconhece na segurança a primeira

³² Comissão Colombiana de Esclarecimento de Execuções Unilaterais e Sequestros.

das liberdades, que se legitima ao tornar possível o exercício das demais, que acabam por conduzir à igualdade”. (Discurso de posse, 2006. P. 5) Isto indica que a segurança é a prioridade do Estado e a ideologia ou núcleo do discurso, implicando que não importaria se as liberdades fossem restringidas, a segurança do território e dos cidadãos justificaria as ações das instituições responsáveis por esta área (CASTILLEJO, 2016, tradução nossa).

Assim, a onda de falsos positivos foi à luz em 2008, 3 anos depois do início da implementação da diretiva ministerial permanente N°29/2005. A revolta dos falsos positivos, teve como pontapé inicial o caso de 16 jovens apresentados ao Exército Nacional como milicianos das FARC, depois de terem sido mortos em combate e enterrados como S.N³³, em uma vala comum em Ocaña, Norte de Santander. Teve-se entendimento do que estava acontecendo, a partir da reação dos familiares dos jovens quando perceberam como se deram os fatos (CASTILLEJO, 2016, tradução nossa). O caso, gerou indícios para o desenvolvimento das primeiras investigações relacionadas ao assassinato de civis, por parte do exército.

As áreas rurais da Colômbia foram as mais afetadas pelos assassinatos de inocentes, o modus operandi dos militares na maior parte das vezes era prometendo uma vaga de emprego chamativa, para grupos de pessoas com maior chance de aceitar. A promessa da vaga de emprego chamaria a atenção de jovens e adultos em busca de dinheiro, sendo prometido transporte e um salário atraente. Após recolherem os interessados, o motorista levá-los-ia até um campo ou um lugar distante, e os militares apareceriam para matá-los. Os corpos eram recolhidos e vestidos de guerrilheiros, colocavam armas por cima e encenavam um combate. Posteriormente, os corpos eram enterrados em valas comuns, sem nome e nenhum tipo de identificação. Após esses acontecimentos, várias famílias iriam investigar o paradeiro de cada um dos assassinados, inclusive, existem casos de famílias que tiveram de esperar durante anos, para saber o paradeiro dos seus entes queridos.

Um exemplo, é o caso de Doris Tejada,

Doris perdeu de vista seu filho Óscar Alexander, 26 anos, no final do ano de 2007, quando ele viajava de sua casa em Fusagasugá, a duas horas de Bogotá, até a cidade fronteiriça de Cúcuta para trabalhar vendendo roupas. O jovem tinha acabado de perder o emprego como ajudante de agrimensor e investiu as economias em mercadorias para ajudar a família. A última vez que Doris o ouviu foi no dia 31 de dezembro.

Mais de uma década depois, Doris e seu marido sabem que Óscar entra na lista dos falsos positivos, como são conhecidas na Colômbia as vítimas de execuções extrajudiciais por membros do exército que os fizeram passar por

³³ Sem nome.

guerrilheiros na década de 2000. O caso de Óscar foi acatado no Jurisdicção Especial de Paz (JEP), tribunal encarregado de julgar os fatos do conflito interno, no caso macro de falsos positivos (SUÁREZ, 2021, tradução nossa).

Em uma entrevista feita a Sujeito Um, relata casos ouvidos por colegas de trabalho, enquanto trabalhava no departamento de Cesar, região caribenha ao norte da Colômbia:

Bom, quando eu trabalhava no hospital, ouvi um dia que uma colega enfermeira disse que tinham vindo procurar gente para trabalhar, rapazes jovens. Um dos irmãos dela acabou indo e depois descobriram que era o exército que estava coletando jovens para matá-los e fazê-los parecer guerrilheiros. O exército do batalhão La Popa. Pegaram uns 7 jovens e os fizeram desaparecer e depois disseram que eram uns guerrilheiros que tinham matado e os apresentaram como guerrilheiros (UM, 2023, tradução nossa. Informação verbal).

Outras formas de assassinar, era sequestrando um grupo de pessoas aleatoriamente e matando-as. A Jurisdicção Especial para a paz (JEP) realizou uma entrevista em 2023 ao casal Luis Carlos y Luz Marina, pais de Duberney Galeano que foi assassinado pelo exército nacional. Duberney foi sequestrado enquanto jogava bilhar com seus amigos e alguns dos seus irmãos, foi levado para o alto da montanha no bairro onde moravam e lá foi assassinado. As pessoas que ajudaram os pais de Duberney a saber o que tinha acontecido, assim como as testemunhas que visualizaram tudo que aconteceu, também foram mortas. No dia, além de Duberney, todos os jovens que estavam jogando foram levados e assassinados. Duberney deixou uma filha que posteriormente entrou no mundo das drogas e nunca mais saiu da rua, uma esposa que começou a ficar doente após o ocorrido, além dos seus pais e irmãos. O casal Luis Carlos y Luz Marina contam que não foi o primeiro filho que perderam desse jeito, além disso, também relatam que Duberney foi levado para o IML identificado como guerrilheiro morto em combate, sendo que o jovem nunca teve ligação com a guerrilha e com nenhum grupo terrorista, o trabalho dele era dentro de uma indústria de água sanitária.

Por outro lado, a JEP, no seu trabalho de investigar até o fim quem foram os responsáveis pelas execuções ilegais e desmembrar todas as partes do plano, fez audiências públicas de reconhecimento, onde vários militares deram seus relatos em relação a como iniciou e qual foi o modus operandi das ações realizadas com respaldo da diretiva N°29/2005. Em uma das oportunidades, um ex-militar relatou que os operativos para entregar esses falsos resultados, eram orquestrados antes mesmo de

realizar os assassinatos e pede desculpa a um familiar presente na audiência, já que o mesmo, teria assassinado seu parente durante os operativos da Diretiva. Nesta ocasião, o ex-militar contou que esta pessoa teria saído de casa e enquanto estava no mercado do bairro, foi sequestrado e posteriormente assassinado. Após o assassinato, colocaram um rifle em cima do corpo e encenaram um combate. Um ponto interessante é que este militar, reitera que as armas utilizadas para as encenações eram compradas por eles mesmos, dos grupos paramilitares, logo em seguida, justificou os fatos com o sentimento de pressão que os soldados sentiram por parte dos superiores da base militar, “Eu executei, eu assassinei familiares das pessoas que estão aqui, levando-os com mentiras e enganos, atirando neles, assassinando-os cruelmente, covardemente. Colocar uma arma e dizer “um combate, um guerrilheiro” (EL TIEMPO, 2022, tradução nossa). Curiosamente, todas as confissões dadas pelos ex-militares, coincidem em que os assassinatos extrajudiciais foram consequência da pressão por resultados, advinda dos comandantes de cada base militar.

Além dessa questão, também houve uma pressão por resultados gerada por discursos realizados por Uribe, e um incentivo reiterado desde o início da PDSD que colocava como principal objetivo, acabar com os grupos terroristas, causando uma grande onda de falsos resultados, somado ao mau caráter e à negligência de beneficiarem-se das premiações em troca de mortes.

No que concerne às premiações recebidas pelos ex-militares, durante uma audiência de reconhecimento em 2022, a JEP presenciou um dos relatos mais tocantes ao longo do processo de nomeação de cargos. Um antigo militar da base militar localizada em Valledupar, relata que os comandantes avisaram que se não “dessem de baixa” alguém, a equipe não teria férias. Foi então que este militar, decapitou o jovem indígena Ever de Jesús e após a entrega de resultados, a equipe recebeu 20 dias de férias. Outras premiações resultaram em pagamento de valores menores dos que acordados na diretiva, comida e aumento de cargos.

Nos últimos anos, diferentes declarações foram feitas por militares explicando que muitos deles agiram sob pressão de altas patentes, isto é confirmado pelo major-general Mario Montoya (2006-2008), investigado atualmente por 36% das baixas reportadas pelo Exército e que garantiu em diversas ocasiões que “as baixas não são o mais importante, são a única coisa” (RAMÍREZ, 2016, tradução nossa).

Essa pressão por resultados e as motivações econômicas, assim como as premiações de benefício individual, levaram a uma relação entre o Exército Nacional e os grupos paramilitares, que não resultaria apenas na comercialização de armas para serem usadas durante a entrega dos falsos positivos, mas também como ajuda para entregar mais resultados ao governo. Ramírez, conta a história de um dos suboficiais do exército, que decidiu denunciar um dos incidentes ocorridos no ano de 2008 “o comandante da sua base, tinha "negócios" com grupos dissidentes dos paramilitares que, em colaboração com membros do exército, trouxeram jovens de outras cidades para Ocaña, para fazê-los passar por guerrilheiros mortos em combate” (RAMÍREZ, 2016, tradução nossa).

A relação entre o Exército e os paramilitares, foi caracterizada por uma série de dinâmicas complexas e colaborativas, como a colaboração tática para a identificação de guerrilheiros, informações de inteligência divididas entre ambas as partes e pôr fim à violência conjunta, que resultaria nos falsos positivos. Claramente, nem todos os militares envolveram-se nesta relação, porém, a violação de direitos humanos por parte daqueles envolvidos, deixou enormes cicatrizes na população colombiana.

A responsabilidade dos falsos positivos, é atribuída a uma tentativa de securitização falha. A Política de Defesa e Segurança Democrática, erra em vários pontos, um deles é a falta de vistoria efetiva dentro das bases militares para garantir resultados verdadeiros, por parte do comitê técnico de acompanhamento. Este ponto é muito curioso, devido a que no fim da Diretiva Ministerial Permanente, consta um amplo listado de instruções minuciosas para a execução do plano securitizador, que inclusive, menciona a responsabilidade de monitoramento presente por parte do presidente e do ministro de defesa. além disso, esse mesmo listado identifica cada ator fora o presidente e o ministro de defesa, que se responsabilizaria pela vistoria dos resultados, além da análise dos resultados entregues. Esta situação abre um leque de possibilidades em relação à veracidade do posicionamento do Governo Uribe, já que se coloca alheio à onda de falsos positivos:

Por outro lado, os falsos positivos não resultaram de quaisquer orientações ou incentivos dados às forças militares durante o governo do Presidente Uribe. A verdade é que desde o primeiro dia do seu governo e quando se tratou de neutralizar qualquer ato criminoso, a política do Presidente Uribe foi muito clara, priorizando a desmobilização sobre qualquer alternativa disponível, depois as detenções e, apenas como último e inevitável recurso,

o combate às vítimas [...] NUNCA foram oferecidas recompensas aos membros das Forças Armadas, muito menos às vítimas de combate. Nas diferentes unidades da Força Pública colombiana sempre existiram, e claro, muito antes do governo Uribe, esquemas de incentivos à força que consistiam em autorizações de saída, mas nunca em remunerações financeiras e muito menos baseadas em baixas de combate.

Também não podemos perder de vista que, no início do governo do Presidente Uribe, a sua equipa no Ministério da Defesa lançou um rigoroso protocolo de transparência e investigação, independente da própria Força Pública, sempre que havia uma vítima em combate. Com efeito, o protocolo estabelecia que, sempre que ocorresse uma vítima em combate, nenhum membro da Força Pública poderia tocar no corpo, incluindo aqueles que tivessem participado na operação.

O protocolo também exigia que a retirada do corpo fosse realizada in loco, de forma que o local dos fatos não pudesse ser alterado. Graças a tudo isso, a retirada de corpos após operações militares passou a ser realizada pelo CTI do Ministério Público no local dos fatos e sem qualquer alteração (LEGADO URIBE, 2022, tradução nossa).

Parece logicamente impossível, o Governo Uribe não ter ciência do que estava acontecendo, em razão do processo burocrático envolvido para que as ações fossem realizadas. Cabe ressaltar também que, não apenas os soldados teriam interesses individuais ao matar falsos positivos e entregá-los como resultado do trabalho árduo do Exército Nacional, porém, o Governo Uribe também teria seus próprios interesses, especialmente devido à cobrança diplomática por parte dos países que estivessem financiando essa Política, como os Estados Unidos. Além de tudo, a imagem internacional que o país gerava nesse novo governo, também deveria ser impecável, em relação à luta contra o terrorismo.

Não obstante, embora na última atualização de 2022 do site do ex-presidente, mencione que o Governo Uribe não teve algum envolvimento com a onda de falsos positivos,

Mais importante ainda, NÃO existe um único testemunho contra Álvaro Uribe ou qualquer funcionário do seu governo que indique que foram dadas ordens à Força Pública para assassinar civis para os fazer passar por vítimas de combate em troca de recompensas.

Não há dúvida de que a narrativa que se tece sobre o presidente Uribe e os falsos positivos é mais uma fábula daquelas que seus furiosos inimigos teceram impunemente para denegri-lo, caluniá-lo e difamá-lo, buscando vingança contra o homem que finalmente o encurralou. no caminho da legalidade para todas as forças do narcotráfico e do terrorismo na Colômbia. (LEGADO URIBE, 2022).

Em 2023, o ex-integrante das AUC, Salvatore Mancuso, relata que Uribe tinha plena ciência do que estava acontecendo, além de apoiar a participação do paramilitarismo no processo. Os relatos de Mancuso foram ouvidos durante

audiências de reconhecimento das vítimas dos homicídios, chamados de falsos positivos. Nesta oportunidade, Mancuso explica que “Nas operações que realizamos, se entregávamos as baixas dos guerrilheiros em combate ao Exército e, se eles tivessem armas melhores, trocávamos pelas nossas armas” (EL PAÍS, 2023).

A desumanização adotada pelos protagonistas desse massacre, está refletida nas palavras do ex-diretor do DAS que no relato realizado por Mancuso, explica que o mesmo, disse aos paramilitares que “[...] Um ideólogo causa mais danos do que 100 guerrilheiros baleados” (EL PAÍS, 2023, tradução nossa). Mancuso, conta que “Receberam esses relatórios como verdade incontestável. E isso automaticamente transformou as pessoas em alvos militares e em pena de morte” (EL PAÍS, 2023, tradução nossa). Da mesma forma, o entrevistado conta uma das formas de abordagem para matar falsos positivos: “Eles nos deram listas e depois atacamos as casas e matamos aqueles que identificaram como guerrilheiros” (EL PAÍS, 2023, tradução nossa). Assim, os relatos de Mancuso corroboram, ainda mais, em relação à ciência que o Governo Uribe teria sobre o que estava acontecendo. Torna-se impossível e inacreditável o desconhecimento do que estava acontecendo, devido a todos os procedimentos realizados para assassinar as pessoas inocentes. Foram 6 anos de falsos positivos, pagando uma conta injustamente.

Um dos pontos mais desconcertantes é que mesmo ao longo da tragédia, nos discursos de Uribe ainda permaneciam as palavras encorajadoras do uso de força, e a implementação de qualquer ferramenta necessária para acabar com o terrorismo. No discurso realizado pelo então presidente, durante a cerimônia de promoção dos oficiais de mais alta raiz da força pública, que aconteceu em dezembro de 2004, ele fala sobre a necessidade de assumir riscos no momento de lutar contra os terroristas, e os resultados provenientes das práticas militares, ao longo do seu mandato:

Que os meus compatriotas compreendam que o Governo não pode hesitar quando se trata de definições arriscadas, que devemos primeiro enfrentar os riscos antes de renunciar a princípios. Que devemos primeiro afirmar aqueles que acreditam que a Colômbia precisa derrotar o terrorismo antes de sair para apaziguar aqueles que querem que o rumo seja mudado, esperando sem esperar que o terrorismo recupere o seu ímpeto. Sem entrar em detalhes, apenas uma mensagem a toda a Nação: seja qual for o risco que tenhamos que enfrentar, permaneceremos firmes nos princípios, que é o que tem faltado ao povo colombiano, porque quando o povo vir que não há firmeza na liderança, que a liderança oscila de um lado para outro, que está buscando acomodação, então o povo não se sente vinculado a uma nação com um futuro brilhante, perde-se o sentimento de pertencimento, que é o vínculo que une um cidadão com o outro forma a nação (ARCHIVO GENERAL, 2004, tradução nossa).

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A agenda de segurança do governo Uribe certamente foi uma ótima ferramenta eleitoral, que fez sentido durante sua campanha como candidato à presidência, entretanto, embora a agenda de segurança tenha se consolidado em um documento formal, que visava a defesa e democracia, não foi assim que terminou.

A chamada Política de Defesa e Segurança Democrática buscava a priori devolver a liberdade ao indivíduo, assim como ao governo, da forma mais limpa e democrática possível. Portanto, se a busca pela democracia era tão importante, por que as ações da agenda não foram condizentes com essa premissa? Quando se promete uma solução democrática, espera-se uma série de ações humanizadas e pacíficas para o bem estatal, principalmente que não condenem injustamente nenhum inocente. Infelizmente, as tentativas de securitização voltadas para a militarização, não foram a melhor escolha do governo Uribe para a eliminação do conflito. O que se pode analisar da política Uribe, é uma série de tentativas parecidas com as dos anteriores governos, focada principalmente na eliminação do conflito devido a motivações subjetivas do governo, em razão do descontrole territorial, da economia quanto à entrada e saída de armas ilegais, assim como do narco-dinheiro, disfarçada de políticas sociais e democráticas, para o bem dos colombianos.

Como pode-se contar com a colaboração de um grupo de pessoas, que sabem que a ajuda seria unilateral? No governo Uribe o terror na sociedade aumentou, desta vez, não apenas pelos grupos insurgentes, mas pelas ações próprias dos organismos de segurança nacional do país. A luta pelo terrorismo, teria virado uma luta contra eles mesmos?

Não existe justificativa alguma para a onda de falsos positivos, nem pressão internacional que amenize o peso dos civis mortos injustamente. A onda de falsos positivos é de longe a maior massacre realizada por um governo colombiano, e até hoje, Colômbia vive as consequências dessa agenda de segurança que não soube gerenciar suas ações, mesmo tendo formalizado todas as linhas de ação que seriam utilizadas para a eliminação do conflito armado. Os colombianos, que estavam sofrendo nas mãos das guerrilhas e dos paramilitares, agora teriam um novo inimigo, o Governo Nacional.

O Governo Uribe, securitizou a questão da violência gerada a partir do conflito armado, entretanto, ele extrapolou os limites aceitáveis de securitização, indicando assim uma securitização inadequada. A teoria da securitização da Escola de Copenhague destaca a importância da construção discursiva da segurança. Se determinadas questões são securitizadas de maneira inadequada, isso pode levar a respostas desproporcionais e a uma ampliação do escopo das medidas de segurança, muitas vezes à custa dos direitos e liberdades individuais. No governo Uribe, a tentativa de securitização foi falha, o governo que durou oito anos deixou o país com muita mais violência e insegurança do que já estava, que analisado sob a lente da EDC, resultou em um fenômeno problemático nesse contexto.

Por fim, a Escola de Copenhague destaca a importância da dessecuritização, que envolve reverter o processo de securitização inadequada. Isso implica retirar a questão do discurso de segurança e abordá-la por meio de mecanismos políticos e sociais convencionais. Esta movimentação poderá ser facilmente observada ao longo da agenda do governo sucessor, com as tentativas de diálogo de paz como rota para a criação da sua agenda de segurança.

4 O ACORDO DE PAZ DE SANTOS COMO MECANISMO DE JUSTIÇA E DE REPARAÇÃO

Desde o início do surgimento dos grupos insurgentes na Colômbia, os governos não descansaram para conseguir devolver a paz ao território colombiano. Esse empenho foi motivado por inúmeras razões, sendo o crescimento econômico uma das principais que motivaram essa busca incessante pela paz, assim como a estabilidade política e a recuperação da soberania estatal e de controle territorial. Somado a esses pontos, algo crucial que determinou as tentativas de pacificação foi o desrespeito aos direitos humanos, problemática muito presente no país com as ações insurgentes, e que levantou uma preocupação tanto no cenário nacional como no internacional. Com isso, neste capítulo será possível posicionar-se quanto às tentativas formais de pacificação, para garantir a segurança nacional, realizadas por parte dos governos em negociação com as guerrilhas desde a metade do século XX. Assim, será realizada uma comparação entre as ações pacificadoras dos governos do século XX e do governo de Santos, com o fim de identificar as falhas e razões de não ter vingado um acordo de total pacificação e eliminação do conflito armado, até o governo deste. Da mesma forma, com o fim de entender os organismos criados para acolher as vítimas, principalmente às que sofreram com a onda de falsos positivos, será analisada de que forma foram implementadas as ferramentas para a criação deles, e qual foi a importância deles para a pacificação no país.

As tentativas de alcançar um acordo de paz, junto aos grupos insurgentes, tiveram início a partir da metade do século XX, com o Decreto de Anistia 1823 de 1954 realizado pelo então presidente, o comandante Gustavo Rojas Pinilla. Segundo o Decreto, ele propôs no artigo 1º, que concederia:

[...] anistia para crimes políticos cometidos antes de 1º de janeiro deste ano (1954) ³⁴.

Para os efeitos deste Decreto, entende-se por crimes políticos todos aqueles cometidos por cidadãos colombianos cujo motivo foi o ataque ao Governo, ou que possa ser explicado por excesso de apoio ou adesão ao mesmo, ou por aversão política ou sectarismo (JEP, 2022, tradução nossa).

Da mesma maneira, o Decreto propôs “perdão ao arguido condenado em pena já executória pelos crimes indicados no artigo 1º” (JEP, 2022, tradução nossa). Em

³⁴ Anotação nossa.

razão do Decreto, duas guerrilhas conseguiram deixar as armas, guerrilheiros do “Llano” e um grupo significativo de liberais, especialmente “Los Limpios” (COMISIÓN, 2023, tradução nossa).

Após esse Decreto, apenas no fim do século XX mais tentativas de paz surgiram, especificamente no governo de Belisario Betancur. A tentativa de Betancur, foi marcada por meio de uma proposta de anistia que foi posteriormente aprovada pelo Congresso em novembro de 1982. A partir disso, Betancur optou por criar a “Comissão de Paz” em outubro de 1982 e a “Comissão de Negociação e Diálogo” em julho de 1984, assim como uma “Comissão de Verificação” em maio de 1984. Todos eles formados por grandes e variados grupos de pessoas de todos os partidos, jornalistas, líderes sociais, padres etc. (COMISIÓN, 2022, tradução nossa).

Assim, a proposta de anistia de Betancur, foi sancionada por meio da Lei 35 de 1982, pela qual decreta-se que:

Quadro 12 - Artigos da Lei 35 de 1982

ARTIGO 1º: Concede-se anistia geral aos autores, cúmplices ou encobridores de fatos constitutivos de crimes políticos cometidos antes da vigência da presente Lei.
ARTIGO 2º: Para os efeitos desta Lei, entende-se por crimes políticos aqueles tipificados no Código Penal como rebelião, sedição ou motim, e os conexos a eles por terem sido cometidos para facilitá-los, promovê-los, consumá-los ou ocultá-los.
ARTIGO 3º: Os homicídios fora de combate não serão abrangidos pela anistia, se foram cometidos com crueldade ou colocando a vítima em situação de indefesa ou inferioridade, ou aproveitando-se dessa situação.
ARTIGO 4º: As autoridades que, por qualquer motivo, estiverem conhecendo de processos por crimes definidos no artigo 2º desta Lei, os enviarão imediatamente ao respectivo Tribunal Superior, que decretará a cessação do procedimento por meio de auto interlocutório. Para a extinção da pena dos condenados em sentença transitada em julgado, as autoridades em cujo poder se encontram os expedientes procederão a enviá-los ao respectivo Tribunal Superior, que a decretará mediante auto interlocutório e ordenará a libertação imediata do beneficiado. A decisão que conceda a anistia será comunicada às autoridades a que se refere o artigo 705 do Código de Processo Penal. Os processos por crimes excluídos da anistia continuarão seu curso normal.
ARTIGO 5º: Os beneficiados por esta Lei, a quem não tiver sido iniciado processo ou que estejam em liberdade por qualquer motivo, não poderão ser chamados, requeridos ou investigados por nenhuma autoridade.
ARTIGO 6º: Ficam resguardadas as indenizações por danos causados a particulares em razão dos fatos objeto da presente anistia. O Estado não assume nenhuma responsabilidade a esse respeito.
ARTIGO 7º: O artigo 202 do Código Penal ficará assim redigido: "Fabricação e tráfico de armas e munições de uso privativo das Forças Armadas. Aquele que, sem permissão de autoridade competente, importar, fabricar, reparar, armazenar, conservar, adquirir, fornecer de qualquer título ou portar armas ou munições de uso privativo das Forças Militares ou da Polícia, incorrerá em prisão de dois (2) a cinco (5) anos".

ARTIGO 8º: Autoriza-se o Governo a fazer as alocações, transferências orçamentárias necessárias e contratar empréstimos internos e externos para organizar e realizar programas de reabilitação, fornecimento de terras, habitação rural, crédito, educação, saúde e criação de empregos, em benefício daqueles que, em virtude da anistia concedida por esta Lei, se incorporarem à vida pacífica, sob a proteção das instituições, assim como de todas as pessoas das regiões submetidas ao confronto armado. Da mesma forma, para garantir a organização, fornecimento, meios e elementos das Forças Armadas para realizar os programas de ação cívico-militar.

ARTIGO 9º: Para os efeitos da presente Lei e com o objetivo de habilitar a Polícia Nacional para cumprir eficazmente suas funções, especialmente nas zonas agora afetadas pela subversão, concede-se ao Presidente da República faculdades extraordinárias pelo prazo de um (1) ano para reorganizar a Polícia Nacional, dotá-la e equipá-la dos meios necessários para garantir a segurança de todas as pessoas residentes na Colômbia.

ARTIGO 10: Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua promulgação.

Fonte: SUIN, 1982, tradução nossa.

Com isso, por meio dos processos de securitização iniciados por Betancur, os líderes das guerrilhas colombianas viram-se motivados a deixar as armas, um dos principais interesses, foi justamente a possibilidade de anistia. Assim, uma das primeiras tentativas de pacificação foi proposta pelo líder do grupo guerrilheiro M-19, Jaime Bateman Cayón. Nesta tentativa, o líder estaria indo rumo ao Panamá em um avião privado para elaborar uma proposta de paz junto ao governo colombiano, entretanto, ela não foi possível devido a que o avião desapareceu do radar e foi encontrado apenas um ano depois junto aos tripulantes, inclusive o corpo de Cayón. Infelizmente, a proposta de paz com M-19 não teve sucesso devido a esse incidente, causando assim a continuação do grupo insurgente no país (COMISIÓN, 2022, tradução nossa).

Todavia, embora o cenário fosse de desesperança, não demorou muito para iniciar os diálogos de paz com outros grupos guerrilheiros. Em 1985 foi assinado, por meio da Comissão de Paz, o “Acordo de La Uribe”, que teve como objetivo a formação política das FARC-EP, como mecanismo para minimizar as atuações terroristas causadas pelo grupo. O acordo dividiu-se em 10 partes conforme o quadro abaixo:

Quadro 13 - Premissas do Acordo de La Uribe

1. As FARC-EP ordenarão o cessar-fogo e demais operações militares em as suas frentes no país a partir do dia 28 de maio de 1984 às 00:00 horas, data que poderá ser adiada, no máximo, por dois meses, se necessário. A ordem mencionada anteriormente será mantida indefinidamente se o senhor Presidente da República, Dr. Belisario Betancur, responder a este gesto efetivo de paz com uma ordem semelhante emitida a todas as autoridades civis e militares sob sua jurisdição, no momento apropriado.

2. As FARC-EP condenarão e desautorizarão novamente o sequestro, a extorsão e o terrorismo em todas as suas formas e contribuirão para que termine sua prática, como atentados que são contra a liberdade e a dignidade humana.

3. A ordem do senhor Presidente da República será cumprida apenas em relação aos grupos e pessoas que aceitarem e respeitarem essas bases e não infringirem a lei penal.

4. Uma Comissão Nacional e representativa das forças envolvidas nos confrontos, designada pelo senhor Presidente da República, será encarregada da verificação de todas as disposições contidas neste acordo, com o objetivo de consolidar o processo de pacificação. A Comissão criará subcomissões em Florencia (Caquetá), Vista Hermosa (Meta), Barrancabermeja (Santander), Saravena (Arauca), Santa Marta (Magdalena), Medellín (Antióquia), Neiva (Huila), Orito (Putumayo) e Cali (Valle), e poderá se aconselhar com pessoas externas a ela para estudar, com sua contribuição, nas regiões ou locais em que seus serviços sejam pertinentes, as queixas ou reclamações por fatos que possam interferir no anseio nacional de paz e segurança. A Comissão funcionará pelo tempo que for necessário e poderá estabelecer seus próprios regulamentos.

5. A Comissão Nacional de Verificação funcionará em Bogotá e se deslocará periodicamente para realizar sessões, com plenas garantias de acesso e livre trânsito, em uma das seguintes localidades, à escolha do senhor Presidente da República: a. San Juan de Arama, Granada e Vista Hermosa, no Meta; b. San Vicente del Caguán, Caquetá; c. Colômbia, Huila; d. Dolores e Prado, Tolima; e. La Uribe, Meta. O governo fornecerá à Comissão todos os elementos necessários de comunicação para o melhor desempenho de suas funções e emitirá aos seus membros as credenciais indispensáveis para garantir o livre trânsito e a segurança.

6. Quando, na opinião da Comissão de Verificação, os confrontos armados cessarem, será aberto um período de teste ou espera de um (1) ano para que os membros do grupo até então denominado Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP) possam se organizar politicamente, economicamente e socialmente, de acordo com sua livre decisão. O governo lhes concederá, de acordo com a Constituição e as leis, as garantias e os estímulos pertinentes. Durante este mesmo período, o governo tomará as medidas necessárias para restabelecer a normalidade civil nas áreas de violência.

7. Os membros das FARC-EP poderão se beneficiar da lei 35 de 1982 e de decretos complementares, quando preencherem as condições nela e neles estabelecidas. No Plano Nacional de Reabilitação, o governo dará prioridade aos colombianos que sofreram, direta ou indiretamente, os estragos da violência para o restabelecimento de direitos injustamente violados como consequência da perturbação da ordem pública e da insegurança social.

8. A Comissão de Paz atesta que o governo tem uma ampla vontade de: a) Promover a modernização das instituições políticas, visando enriquecer a vida democrática da nação, e insistir perante as Câmaras na rápida tramitação dos projetos de reforma política, garantias à oposição, eleição popular de prefeitos, reforma eleitoral, acesso adequado das forças políticas aos meios de informação, controle político da atividade estatal, eficácia da administração da justiça, impulso ao processo de melhoria da administração pública e novas iniciativas voltadas para fortalecer as funções constitucionais do Estado e buscar a constante elevação da moral pública. b) Impulsionar vigorosamente a aplicação de uma política de reforma agrária em reconhecimento de que os problemas de terra estão presentes nos atuais conflitos sociais, e outras ações das agências do Estado voltadas para ampliar permanentemente os serviços ao campesinato para melhorar a qualidade de vida e a produção normal de alimentos e matérias-primas para a indústria, para o qual dispõe do instrumento jurídico contido no artigo 32 da Constituição Nacional, que estabelece a direção da economia pelo Estado. c) Fortalecer e facilitar a organização sindical, de usuários rurais e indígenas, as associações cooperativas e sindicais, em favor dos trabalhadores urbanos e rurais, bem como suas organizações políticas. d) Envidar esforços constantes para aumentar a educação em todos os níveis, assim como a saúde, habitação e emprego. e) Manter sua indeclinável intenção de que, para a proteção dos direitos consagrados em favor dos cidadãos pela Constituição e pelas leis e para a conservação e restabelecimento da ordem pública, existem apenas as forças institucionais do Estado, cujo profissionalismo e melhoria contínua dependem da tranquilidade cidadã. f) Promover, uma vez estabelecida a paz, e assim como aconteceu em outras oportunidades, iniciativas para fortalecer as melhores condições da fraternidade democrática, que requer perdão e esquecimento, e o bem-estar econômico, político e social de todo o povo colombiano.

9. A Comissão de Paz estima que os enunciados anteriores apresentam um notável melhoramento das condições objetivas para a ação política e eleitoral e reitera seu convite aos setores comprometidos em ações perturbadoras da ordem pública para que se ajustem à normalidade e apliquem seus talentos e prestígio à conquista da opinião pública por procedimentos democráticos e pacíficos.

10. O presente acordo será válido em relação a qualquer outro grupo armado que expresse sua decisão de aderir a ele, mediante manifestação de tal vontade feita ao governo por intermédio da Comissão

Fonte: Peacemaker, 1984.

O acordo de paz, assim, foi uma negociação exitosa entre o governo Betancur e as FARC-EP que trouxe benefícios para o país, motivando mais guerrilhas a se desarmarem e implementando iniciativas políticas de paz que aproximaram os grupos EPL, M-19 e ADO aos diálogos pacíficos.

Todavia, o acordo de La Uribe, teve fim no ano de 1986 após a desintegração da Comissão de Paz, Diálogo e Verificação, marcando assim a continuação das ações guerrilheiras por parte das FARC-EP (VERDAD ABIERTA, 2012). Um ponto digno de nota, é que as FARC-EP, é a maior guerrilha existente na história colombiana, dessa forma, carrega o peso da influência entre todas as guerrilhas do país. O caminho da pacificação, assim como o caminho do terror seguido por esse grupo, determinaria os seguintes passos dos outros. Por esse motivo, um acordo de paz entre o governo e as FARC-EP, seria tão importante para o país, não só pela influência e motivação que poderia gerar nas outras, mas pela capacidade e alcance do grupo, assim como pela extensão do território ocupado por eles e pelo crescimento do narcotráfico ligado à guerrilha, dentre outros aspectos voltados para a insegurança social.

Os processos de pacificação implementados por Betancur, certamente abriram uma porta com múltiplas possibilidades e esperanças para o país, devido à linha de diálogo conectada a partir do acordo de La Uribe. Após o fim do acordo, os próximos processos de paz aconteceram entre 1990 e 1991, durante os governos de Virgilio Barco Vargas e César Gaviria do Partido Liberal. Os governos, conseguiram iniciar o processo de paz com os grupos M-19, EPL, PRT³⁵ e MAQL³⁶, tendo como marco jurídico a Lei 77 de 1989. Com a Lei, o Presidente da República, fica habilitado a conceder indultos e os casos de cessação de processos penais e de emissão de medidas cautelares, seriam regulados no desenvolvimento da política de reconciliação (CAMARA, 1989, tradução nossa). Na Lei, o Congresso decretou:

³⁵ PRT- Partido Revolucionario de los Trabajadores.

³⁶ MAQL - Movimiento Armado Quintin Lame.

Quadro 14 - Artigos da Lei 77 de 1989

<p>ARTIGO 1º: Autoriza-se o Presidente da República a conceder indultos aos nacionais colombianos de acordo com as regras estabelecidas na presente Lei.</p>
<p>ARTIGO 2º: O indulto a que se refere esta Lei beneficiará os nacionais colombianos autores ou cúmplices de fatos constitutivos de crimes políticos cometidos antes da vigência da presente Lei.</p>
<p>ARTIGO 3º: Para os efeitos desta Lei, entendem-se por crimes políticos aqueles tipificados no Código Penal como rebelião, sedição e motim, e os delitos conexos a estes.</p>
<p>ARTIGO 4º: O indulto será concedido em cada caso particular uma vez cumpridas as condições estabelecidas nesta Lei, quando, a critério do Governo Nacional, a organização rebelde da qual fazem parte aqueles que o solicitam tenha demonstrado inequivocamente sua vontade de reintegrar-se à vida civil. Igualmente, o indulto poderá ser concedido à pessoa ou pessoas que, fora da organização rebelde da qual faz ou fez parte, o solicitem e, a critério do Governo Nacional, tenham demonstrado sua vontade de reintegrar-se à vida civil.</p>
<p>ARTIGO 5º: A demonstração definitiva da vontade de reintegração à vida civil implica, por parte da respectiva organização rebelde e de seus membros, a renúncia às armas nos termos da política de reconciliação. O Governo avaliará tal conduta para efeitos da concessão dos benefícios estabelecidos nesta Lei.</p>
<p>ARTIGO 6º: O indulto não se aplicará a homicídios cometidos fora de combate, com crueldade, ou colocando a vítima em estado de indefesa, nem a atos de ferocidade ou barbaridade. Também não se aplicará àqueles que façam parte de organizações terroristas.</p>
<p>ARTIGO 7º: O benefício de indulto deve ser solicitado pelo interessado, diretamente ou por meio de procurador, por escrito dirigido ao Ministério da Justiça dentro dos seis (6) meses seguintes à data de promulgação da presente Lei. A solicitação deverá ser resolvida dentro dos dois (2) meses seguintes.</p>
<p>ARTIGO 8º: O indulto será concedido por resolução executiva assinada pelo Presidente da República e pelos Ministros do Governo e da Justiça. Uma cópia desta resolução será enviada ao Juiz ou Tribunal que detém o respectivo processo.</p>
<p>ARTIGO 9º: O interessado poderá solicitar o estabelecimento da conexão referida no artigo 3º desta Lei, se ela não tiver sido declarada na sentença ou considerada no processo em curso, levando em consideração: a) as provas que constam no respectivo processo; b) as certificações emitidas para o efeito pelas autoridades competentes; c) qualquer outra informação considerada pertinente e anexada à solicitação.</p>
<p>ARTIGO 10: Será concedido o benefício de cessação de procedimento àqueles que estiverem sendo processados por fatos que possam constituir os delitos referidos no artigo 3º desta Lei, com as exceções previstas no artigo 6º e em relação aos quais não tenha sido proferida sentença condenatória. Para tanto, é necessário que o solicitante faça parte ou tenha feito parte de uma organização rebelde que tenha cumprido as condições estabelecidas nos artigos 4º e 5º. O Governo estabelecerá as condições que permitam verificar que aqueles que solicitam o benefício de cessação de procedimento fazem parte da respectiva organização rebelde.</p>
<p>ARTIGO 11: As autoridades que, por qualquer motivo, estejam conhecendo de processos por delitos definidos no artigo 3º desta Lei, os enviarão imediatamente ao respectivo Tribunal Superior do Distrito Judicial ou ao Tribunal Superior de Ordem Pública, conforme o caso, para que, no prazo de sete (7) dias úteis, decidam de ofício sobre a cessação de procedimento. O auto que negar a cessação de procedimento será passível de recurso perante a Sala de Cassação Penal da Corte Suprema de Justiça, de acordo com o disposto no Código de Processo Penal.</p>
<p>ARTIGO 12: Quando houver conhecimento por parte de qualquer Juiz de fatos que possam constituir os delitos a que se refere o artigo 3º desta Lei, com as exceções previstas no artigo 6º, ele se abstendo de iniciar o processo e deverá proferir a correspondente decisão de arquivamento se aqueles que se beneficiam com essa providência cumprirem as condições estabelecidas no artigo 10º da presente Lei para a concessão da cessação de procedimento. A abstenção de aplicar o auto de arquivamento nas circunstâncias anteriores será passível de recurso perante a Sala Penal do correspondente Tribunal Superior ou perante o Tribunal Superior de Ordem Pública, conforme o caso, de acordo com o disposto no Código de Processo Penal.</p>

ARTIGO 13: O indulto, a cessação de procedimento e o auto de arquivamento previstos nesta Lei só poderão ser concedidos ou proferidos em relação a fatos ocorridos antes da vigência da presente Lei. Os processos por delitos excluídos dos benefícios referidos continuarão seu curso normal.

ARTIGO 14: As pessoas beneficiadas com o indulto, a cessação de procedimento ou o auto de arquivamento, decretados em decorrência desta Lei, não poderão ser processadas ou julgadas pelos mesmos fatos que originaram sua concessão.

ARTIGO 15: As pessoas que estiverem privadas de liberdade pelos delitos a que se refere o artigo 3º da presente Lei e que sejam beneficiárias dela, deverão ser postas em liberdade, cumpridos os trâmites de rigor, de forma imediata.

ARTIGO 16: Cabe ao Procurador Geral da Nação, por si ou por meio de seus agentes, verificar em cada caso a aplicação das disposições estabelecidas na presente Lei.

Fonte: Camara, 1989, tradução nossa.

Além da Lei 77 de 1989, foi determinado o Decreto 213 de 1991 assinado pelo então presidente Gaviria, como mais um mecanismo para estabelecer condições para o indulto e a cessação de processos, dos integrantes dos grupos guerrilheiros (PERAFÁN, 2012).

Após esses processos de pacificação, durante o seguinte governo de Ernesto Samper, as tentativas de negociação com as guerrilhas foram quase nulas. Esse não-posicionamento teria deixado os colombianos à espera de um próximo governo com uma posição diferente quanto às guerrilhas na Colômbia, assim como em relação aos problemas sociais, incluindo a insegurança social vivida. Sendo assim, no governo seguinte, assumido por Andrés Pastrana Arango, foram reiniciados os diálogos de paz com as FARC-EP. O Processo de Paz de Caguán iniciou em 1999 e teve fim em 2002, entretanto, ele resultou falho pois durante as negociações, o conflito se intensificou, gerando assim um desgaste no processo e tornando-se insustentável no início de 2002. O processo, teve as seguintes características:

A negociação avançou em meio ao confronto militar (com exceção da zona de liberação); Foi definida a “Agenda Comum para a mudança para uma nova Colômbia”, que incluiu temas como emprego, direitos humanos, política agrária, recursos naturais, modelo de desenvolvimento económico e social, a reforma da justiça e do Estado, relações internacionais, entre outros; Foram realizadas “audiências públicas”, transmitidas pela televisão, nas quais mais de 25.000 delegados e em que propostas de diferentes grupos e setores sociais; Representantes de governos europeus e americanos participaram como observadores e facilitadores (INDEPAZ, 2012).

Apesar dos esforços pela paz, a dimensão militar do conflito saiu de controle. Inicialmente, as condições políticas eram favoráveis ao longo dos diálogos, entretanto, ao mesmo tempo que o governo buscava encerrar exitosamente o acordo de paz, o paramilitarismo expandia-se, as Forças Militares tornavam-se mais complexas, e as

FARC-EP subordinavam o aspecto político ao militar. Em apenas três anos, o país que buscava inicialmente a paz, mudou seu foco para unir-se contra a violência e optou por combater militarmente o terrorismo implantado pelos grupos guerrilheiros (COMISIÓN, 2023, tradução nossa).

Em seguida, com a chegada do próximo governo assumido por Álvaro Uribe, iniciou mais uma tentativa de diálogo com grupos insurgentes, como mencionado nos capítulos anteriores, ela teve sucesso e conseguiu a dissolução do grupo paramilitar AUC. Entretanto, o governo manteria o caráter militarizado para continuar combatendo os grupos insurgentes, inclusive dentro dos organismos de segurança. Um exemplo disso foi a onda de falsos positivos e o aumento da insegurança social deixada por esse governo.

Por fim, o governo liberal de Juan Manuel Santos, sucessor do governo Uribe, também manteria o foco nos diálogos de paz com os grupos insurgentes. Iniciando no ano de 2010 e finalizando em 2018, Santos comandou o país durante dois mandatos. O governo de Santos focou muito na segurança nacional por meio da solução do conflito armado e das consequências atreladas a ele, dessa forma, era comum ver o ex-presidente fazendo uma série de movimentações para iniciar os diálogos com os grupos insurgentes, e poder trazer a paz para o país.

A primeira ação de reconhecimento do conflito armado, foi realizada em 2011, por meio da Lei 1448 de 2011 “Lei de Vítimas”, que teve por objetivo abordar questões e reconhecer as vítimas do conflito armado na Colômbia, fornecendo reparação, assistência e restituição de terras às vítimas do conflito.

O objetivo desta lei é estabelecer um conjunto de medidas judiciais, administrativas, sociais e econômicas, individuais e coletivas, em benefício das vítimas das violações previstas no artigo 3^o³⁷ desta lei, no quadro da justiça transicional, que permitam tornar efetivo o gozo dos seus direitos à verdade, justiça e reparação com garantia de não repetição, para que a sua condição de vítima seja reconhecida e dignificada através da materialização dos seus direitos constitucionais (Lei nº 1448/2011).

A Lei decreta todas as medidas de proteção para as vítimas, assim como todos os direitos que cobriam elas durante o processo de reconhecimento. De igual maneira,

³⁷ VÍTIMAS. São consideradas vítimas, para os efeitos desta lei, aquelas pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido danos devido a acontecimentos ocorridos após 1º de janeiro de 1985, em consequência de violações do Direito Internacional Humanitário ou de violações graves e manifestas das normas. Direitos Humanos internacionais, ocorridos durante o conflito armado interno (Lei nº 1448/2011).

a Lei cria a Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação (CNRR), para coordenar e supervisionar a implementação das medidas de reparação das vítimas.

A criação da Lei, no início do mandato de Santos, foi crucial para o reconhecimento de que de fato estaria ocorrendo um conflito armado no país. O reconhecimento das vítimas foi um passo humanizado e primordial do governo, uma ação que não teria sido uma real prioridade nas tentativas de pacificação e de securitização dos governos anteriores.

Com isso, as negociações de paz com o fim de encerrar décadas do conflito, iniciaram em março de 2012, entre as FARC-EP e o governo Santos, tendo como anfitriã das negociações Havana, Cuba, no mês de setembro. Nessa oportunidade, as partes conversaram sobre as possíveis soluções do conflito e pontuaram os elementos a serem postos no acordo de paz. Em seguida, em 31 de julho do mesmo ano, seria aprovado o Ato legislativo 01/2012, O “Marco Jurídico Para a Paz”. O Ato, foi uma iniciativa com o fim de fornecer condições legais para a negociação do acordo de paz, entre o governo e os grupos armados, principalmente as FARC-EP, sendo o principal foco devido ao diálogo anteriormente estabelecido em Cuba. As condições legais seriam enquadradas por meio da inclusão de um novo artigo na Constituição Política da Colômbia, o Artigo 66° e o Artigo 67°:

Artigo Transitório 66°: Os instrumentos de justiça transitória serão excepcionais e terão como finalidade prevalente facilitar a terminação do conflito armado interno e a conquista da paz estável e duradoura, com garantias de não repetição e segurança para todos os colombianos; e garantirão, no maior nível possível, os direitos das vítimas à verdade, justiça e reparação. Uma Lei estatutária poderá autorizar que, no âmbito de um acordo de paz, seja concedido tratamento diferenciado para os diferentes grupos armados à margem da lei que tenham sido parte no conflito armado interno e também para os agentes do Estado, em relação à sua participação no mesmo.

Por meio de uma Lei estatutária, serão estabelecidos instrumentos de justiça transitória de caráter judicial ou extrajudicial que permitam garantir os deveres estatais de investigação e sanção. Em qualquer caso, serão aplicados mecanismos de caráter extrajudicial para o esclarecimento da verdade e a reparação das vítimas. Uma Lei deverá criar uma Comissão da Verdade e definir seu objeto, composição, atribuições e funções. O mandato da comissão poderá incluir a formulação de recomendações para a aplicação dos instrumentos de justiça transitória, incluindo a aplicação dos critérios de seleção.

[...] Artigo Transitório 67°. Uma Lei estatutária regulará quais serão os crimes considerados conexos ao crime político para efeitos da possibilidade de participação política. Não poderão ser considerados conexos ao crime político os crimes que adquiram a conotação de crimes de lesa humanidade e genocídio cometidos de maneira sistemática, e conseqüentemente não poderão participar na política nem ser eleitos aqueles que tenham sido condenados e selecionados por estes crimes (Ato legislativo nº 01/2012).

A aprovação do Marco Jurídico para a Paz, foi determinante para os próximos passos do processo de paz, já que após a aprovação, o Governo Nacional e as FARC-EP assinaram em agosto de 2012, o Acordo Geral de Determinação do Conflito e a Construção de Uma Paz Duradoura, que serviu como bússola para consolidar as negociações entre as partes. O Acordo foi assinado em Cuba e especificou as premissas que guiaram o Acordo Final de Paz mais tarde, dividindo os pontos da seguinte forma:

Quadro 15 - Pontos de negociação determinados no Acordo Geral de Determinação do Conflito e a Construção de uma Paz Duradoura

A política de desenvolvimento agrário integral é crucial para impulsionar a integração das regiões e promover o desenvolvimento social e econômico equitativo do país.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso e Uso da Terra: Inclui a utilização de terras improdutivas, a formalização da propriedade, o manejo da fronteira agrícola e a proteção de áreas de reserva. 2. Programas de Desenvolvimento com Foco Territorial 3. Infraestrutura e Adaptação de Terras 4. Desenvolvimento Social: Compreende ações nas áreas de saúde, educação, moradia e erradicação da pobreza. 5. Estímulo à Produção Agropecuária e à Economia Solidária e Cooperativa: Envolve assistência técnica, subsídios, crédito, geração de renda, marketing e formalização do trabalho. 6. Sistema de Segurança Alimentar
Participação Política	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantia de direitos e condições para o exercício da oposição política, incluindo novos movimentos após a assinatura do Acordo Final e acesso aos meios de comunicação. 2. Mecanismos democráticos de participação cidadã, incluindo a participação direta em diferentes níveis e temas. 3. Medidas para promover maior participação política de todos os setores, com igualdade de condições e garantias de segurança.
Fim do Conflito	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cessação bilateral e definitiva do fogo e hostilidades. 2. Entrega das armas e reintegração das FARC-EP à vida civil, abrangendo aspectos econômicos, sociais e políticos. 3. Revisão da situação legal de pessoas ligadas às FARC-EP. 4. Combate intensificado contra organizações criminosas, incluindo luta contra corrupção e impunidade. 5. Reformas institucionais para enfrentar os desafios da construção da paz. 6. Garantias de segurança. 7. Esclarecimento do fenômeno do paramilitarismo, conforme estabelecido no Ponto 5 (Vítimas) do acordo.
Solução para o Problema das Drogas Ilícitas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programas de substituição de cultivos ilícitos e planos de desenvolvimento com participação comunitária. 2. Programas de prevenção do consumo e saúde pública.
Vítimas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Enfoque nos direitos humanos das vítimas. 2. Busca pela verdade.

Implementação, Verificação e Referendo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementação dos pontos acordados. 2. Mecanismos de implementação e verificação, com ênfase nas regiões. 3. Comissões de acompanhamento e verificação. 4. Mecanismos de resolução de diferenças. 5. Acompanhamento internacional. 6. Cronograma, orçamento, ferramentas de comunicação e mecanismo de referendo dos acordos.
--	---

Fonte: Acuerdo general para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera, 2012, tradução nossa.

A partir do acordo, foram agendadas mesas de negociação entre o governo e as FARC-EP, para viabilizar cada um dos pontos especificados no mesmo. Com isso, em 27 de maio de 2013, as delegações de paz anunciaram desde Cuba, o primeiro logro que determinou o êxito do primeiro ponto contemplado. Um acordo parcial referente ao primeiro ponto da agenda de negociação teria sido fechado: Desenvolvimento Agrícola Integral.

Enquanto o segundo ponto da agenda não era discutido, já estava sendo pensado de que forma seria realizada a votação do “Plebiscito Pela Paz”, que seria a priori, a ferramenta utilizada para democratizar o processo de paz. Sendo assim, a população poderia votar ‘sim ou não’ à pergunta: “Você apoia o acordo final para acabar com o conflito e construir uma paz estável e duradoura?”. Com isso, o projeto de lei, então, seria criado em agosto de 2013, entretanto, ele foi assinado apenas em 2015, próximo à data de votação. O mesmo, teve como objeto que:

O Presidente da República, com a assinatura de todos os Ministros, poderá submeter à consideração do povo, políticas, disposições e questões necessárias à implementação de um Acordo Final para a cessação do conflito armado, através de um plebiscito pela paz. O Presidente deverá informar o Congresso da sua intenção de convocar este plebiscito e da data em que será realizada a votação, que não poderá ser anterior a um mês nem posterior a quatro meses, contados a partir da data em que o Congresso receber o relatório do Presidente (Projeto de Lei Estatutária/2015).

Passaram-se seis meses para que as negociações entre o governo e as FARC-EP tivessem mais uma atualização, sendo esta feita em novembro de 2013. Nessa oportunidade, as delegações de paz teriam chegado em mais um acordo parcial em relação ao segundo ponto da agenda de negociação, “Participação Política.” Depois disso, o próximo acordo parcial foi assinado em 16 de maio de 2014, encerrando assim as negociações do quarto ponto da agenda de negociação “Cultivos Ilícitos”.

Até ter outra atualização em relação aos pontos de negociação, foram formadas mais delegações para atuar nas mesas de negociação, além disso, Santos seria reeleito em 15 de junho de 2014, desta vez com uma campanha completamente focada em finalizar as negociações e firmar o acordo final.

Em 16 de novembro de 2014, as FARC-EP acabaram realizando uma série de ações terroristas como sequestrar o General do Exército Nacional Rubén Darío Alzate, acarretando assim na suspensão dos diálogos de paz, durante catorze dias. Ademais, atentaram também contra uma base militar, causando a morte de 11 soldados, em abril de 2015. Após essas ações, as negociações passaram pelo seu momento mais conturbado, causando a possibilidade de pausar os diálogos com o grupo guerrilheiro (IDEAS, 2023, tradução nossa).

Embora o cenário fosse difícil, o governo Santos não desistiu dos diálogos, dessa forma, em 11 de setembro de 2015, às delegações de paz conseguiram alcançar um acordo parcial em relação ao ponto de justiça transicional da premissa “Vítimas”, da agenda de negociações. O anúncio desse passo foi realizado desde La Habana, onde participou o então presidente Juan Manuel Santos e o líder das FARC-EP, Timoleón Jiménez. Em 15 de dezembro de 2015, foram finalizadas as negociações da premissa “Vítimas”.

Aproximando-se do fim das negociações, em 23 de junho de 2016, o então presidente e o líder do grupo guerrilheiro, anunciaram o cese ao fogo e de hostilidades bilateral de forma definitiva, além das características da entrega de armas e de garantias de segurança. Já em 24 de agosto do mesmo ano, o acordo final estaria pronto para a assinatura de Santos e do líder das FARC-EP, Timoleón Jiménez, completando assim em 26 de setembro de 2016, a assinatura por ambas as partes, do Acordo Final para a finalização do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura (IDEAS, 2023).

Embora a assinatura do Acordo Final tenha sido feita, a população ainda precisaria votar pela implementação do Acordo, por meio de um plebiscito para endossar os acordos de paz com as FARC. O plebiscito teve uma campanha intensa de informação para que a população pudesse ter plena ciência do que estaria sendo acordado, essa campanha levantou múltiplas preocupações nos colombianos em relação à justiça transicional, a participação política das FARC-EP no país e a possibilidade de impunidade para os ex-guerrilheiros. Certamente, a posição de escolha fora complicada, principalmente para as famílias e indivíduos que sofreram

de perto as consequências da guerra. Ver os responsáveis do conflito sendo “perdoados” pelo Estado não foi fácil, entretanto, o dilema devido a que essa seria provavelmente a única forma de finalizar o conflito armado do país e finalmente chegar na tão esperada paz, dividiria a população durante as votações.

O resultado do plebiscito foi surpreendente, já que em 2 de outubro de 2016, a opção "Não" obteve uma estreita vitória, com 50,2% dos votos, enquanto o "Sim" recebeu 49,8%. O resultado das votações gerou incertezas quanto ao futuro do processo de paz, devido a toda a força colocada para o sucesso do Acordo, por parte do Governo e de todos os atores políticos. Entretanto, embora o resultado fosse ‘Não’, Santos manteve o cessar-fogo bilateral e propôs o diálogo com todas as forças políticas do país (IDEAS, 2023, tradução nossa). Durante o processo de renegociação para a ratificação pelo Congresso, o governo e as FARC-EP retomaram os diálogos, com o fim de realizar ajustes nos pontos mais controversos do acordo, ouvindo as demandas e preocupações de vários setores da sociedade e políticos. Assim, após os reajustes, as mudanças no Acordo foram enviadas ao Congresso para aprovação e ele foi exitosamente ratificado, em dezembro de 2016.

O Acordo de paz em si, foi um dos maiores passos quanto à segurança nacional na Colômbia, garantindo uma ação nunca realizada, por nenhum governo do país. O sucesso do acordo trouxe múltiplas esperanças para aqueles que mais sofreram com o conflito armado, assim como, para a continuação da luta contra os grupos insurgentes. Cada ponto do acordo foi acordado com o fim de beneficiar principalmente a população colombiana, uma ação muito diferente em comparação com as tentativas de pacificação dos governos anteriores.

Com toda certeza, ter incluído no acordo um ponto voltado unicamente para a observação das vítimas do conflito, foi crucial não apenas para as vítimas de sequestros, deslocamentos forçados, furtos de terrenos e extorsão, mas também para o reconhecimento de cada um dos indivíduos que foram colocados como falsos positivos durante a Diretiva Ministerial Permanente no governo Uribe.

O ponto das vítimas foi definido como um “Acordo sobre as Vítimas do Conflito: “Sistema Abrangente da Verdade, da Justiça, da Reparação e da Não Repetição”, esse sistema propôs a criação de organismos para acolher e fazer justiça em relação às vítimas do conflito, sendo a Jurisdição Especial para a Paz (JEP) a principal.

4.1 A JURISDIÇÃO ESPECIAL PARA A PAZ E A COMISSÃO DA VERDADE

Com o início do Acordo de Paz, o Estado tinha um grande compromisso com a população colombiana, principalmente com aquelas que viveram na pele as consequências do conflito. Devido a isso, foi acordado no Acordo Sobre as Vítimas do Conflito, que as FARC-EP comparecessem perante uma jurisdição especial de paz, onde os responsáveis pelos crimes mais graves, reconheceriam sua responsabilidade pelos danos causados no conflito, condenando a quem não reconhecesse, a até 20 anos de prisão comum.

Um dos principais pontos estimuladores para que ocorresse a desmobilização das FARC-EP, seria a isenção de cargos para cada integrante, entretanto, para isso o grupo guerrilheiro comprometer-se-ia a contribuir para o esclarecimento da verdade em espaços como a Comissão da Verdade e Unidade Especial, para a busca de pessoas dadas como desaparecidas devido ao conflito armado. Assim como a participar em ações de reparação, como a reconstrução de infraestruturas, desminagem territorial e a erradicação das plantações ilícitas.

Estes compromissos não valeriam apenas para a função de se redimir, em relação aos crimes realizados pelas FARC-EP, mas também para:

(...) (ii) Agentes do Estado que cometeram crimes no contexto e devido ao conflito armado; e (iii) pessoas que, sem fazerem parte de organizações ou grupos armados, participaram indiretamente (financiadores ou colaboradores) no conflito armado e foram responsáveis pela prática dos crimes mais graves e representativos (COLOMBIA, 2016, tradução nossa).

O Acordo que visa o reconhecimento das vítimas, criara um sistema de mecanismos e medidas judiciais e extrajudiciais para compor o Sistema, como: A Comissão para o Esclarecimento da Verdade, Convivência e Não Repetição que atuaria como um mecanismo imparcial e independente de carácter temporário e extrajudicial, com abordagem territorial. Esta comissão, procuraria contribuir para a satisfação dos direitos das vítimas e da sociedade como um todo, tendo como objetivo principal esclarecer os padrões de violência durante o conflito armado, como forma de contribuição para a busca da verdade (COLOMBIA, 2016, tradução nossa).

Igualmente, o Sistema seria composto também por uma Unidade de Busca de Pessoas Dadas como Desaparecidas, encarregada de “estabelecer, na medida do possível, o que aconteceu às pessoas dadas como desaparecidas no contexto e

devido ao conflito armado e, desta forma, contribuir para satisfazer os direitos das vítimas à verdade e à reparação integral” (COLOMBIA, 2016, tradução nossa).

Mais um mecanismo do Sistema, criado a partir do Acordo, seria o foco desta terceira parte do capítulo, A Jurisdição Especial para a Paz. Com isso, em 2019 foi criada a Lei 1957, a Lei Estatutária JEP que traria um esquema normativo completo, onde destacam-se as funções de cada membro da JEP, e de cada órgão que integraria a Jurisdição. Também ficaram estabelecidas as diferentes áreas administrativa, de apoio e legal. A lei também determina a logística de ação da JEP, organizada entre salas, sessões de audiência e uma unidade de investigação e acusação.

As salas seriam divididas entre a sala de reconhecimento da verdade, responsabilidade e determinação dos feitos e condutas, a sala de definição de situações jurídicas e a sala de anistias ou indulto.

A JEP, sendo mais um dos componentes de justiça do Sistema Integral, foi criada basicamente com o intuito de ser uma jurisdição que procura, acima de tudo, o direito à justiça em relação aos crimes realizados durante o conflito armado.

A JEP, seria composta por magistrados colombianos que após receber os culpados e analisar cada caso, concederiam anistias e indultos para crimes políticos e relacionados ao conflito armado colombiano. Com exceção de crimes enquadrados no documento como “Crimes contra a humanidade”:

Genocídio, crimes de guerra graves, tomada de reféns ou outras privações graves de liberdade, tais como o rapto de civis, a tortura, as execuções extrajudiciais, o desaparecimento forçado, o conhecimento carnal violento e outras formas de violência sexual, a deslocação forçada e o recrutamento de menores de acordo com as disposições do Estatuto de Roma (COLOMBIA, 2016, tradução nossa).

Para completar o Sistema, foram criadas também 8 medidas de reparação integral, devido aos crimes e calamidades geradas devido ao conflito armado, as medidas seriam as seguintes:

Atos precoces de reconhecimento da responsabilidade coletiva; Ações concretas para contribuir para a reparação por meio de danos; Fortalecer processos de reparação coletivos e articulação com programas de desenvolvimento; Expansão e fortalecimento das estratégias de reabilitação psicossocial a nível individual e comunitário; Implementação de processos coletivos para retorno de pessoas em situação de deslocamento e fortalecimento da reparação das vítimas no estrangeiro; Fortalecimento dos processos de restituição de terras; Adaptação e fortalecimento participativo

da política de atenção e reparação abrangente às vítimas; Compromisso das FARC em contribuir para uma reparação abrangente, incluindo a reparação de materiais, entendida pelo Governo como a entrega de mercadorias e/ou dinheiro (COLOMBIA, 2016, tradução nossa).

Com o Acordo de Paz, Colômbia inaugurou um feito que teve como produto um prêmio Nobel dado ao ex-presidente Juan Manuel Santos, pois foi o primeiro país no mundo que conseguiu estabelecer um acordo bilateral entre um governo e um grupo armado ilegal. Além disso, também foi o primeiro a criar “um sistema de responsabilização perante um tribunal nacional para investigar, julgar e punir condutas cometidas no contexto e devido ao conflito armado, especialmente os crimes mais graves e representativos” (COLOMBIA, 2016, tradução nossa).

Embora a catástrofe de falsos positivos tenha saído à luz em 2008, foi apenas em 2019 que o Estado consolidou uma estrutura de punição forte que se encarregara não apenas do caso dos falsos positivos, mas também de todos os casos que deixaram vítimas em razão do conflito armado, ao longo da história colombiana. A Jurisdição Especial para a Paz (JEP), chegaria com o intuito de fazer cumprir os seguintes objetivos:

O fim das FARC como movimento armado: entregarão todas suas armas e retornarão à vida civil; O fim dos sequestros, extorsões e hostilidades contra a população e as forças públicas por parte deste grupo; Satisfação dos direitos das vítimas à verdade, justiça e reparo; Uma área rural pacífica com oportunidades de desenvolvimento legais e reais econômico, sem tráfico de drogas; O fortalecimento da democracia e das instituições do Estado no território nacional; Uma luta mais eficaz contra organizações criminosas (COLOMBIA, 2016, tradução nossa).

No que se refere às sessões, a lei reconheceu sessões como: a sessão de reconhecimento da verdade, responsabilidade e determinação dos feitos e condutas, a sessão de não reconhecimento da verdade, responsabilidade e determinação dos feitos e condutas, a sessão de revisão de sentenças e a sessão de apelação. Além desses espaços, a lei também determinou espaços de escuta às vítimas e aos familiares das vítimas. Além disso, a lei determinou 5 grandes critérios de priorização e seleção. A gravidade dos feitos, a representatividade dos feitos, as características diferenciais das vítimas, os responsáveis e a disponibilidade probatória (JEP, 2019, tradução nossa).

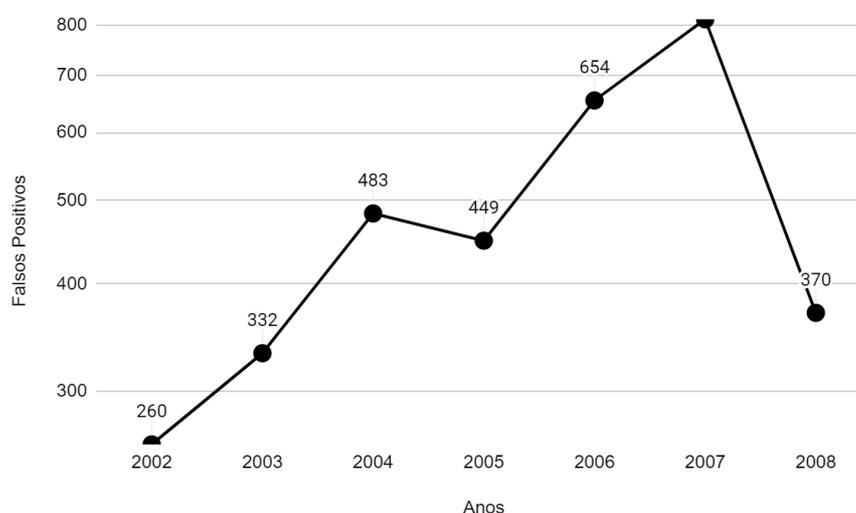
A JEP abriu um total de 10 casos de investigação. O primeiro caso “01 Tomada de reféns, privação grave de liberdade e outros crimes simultâneos cometidos pelas

FARC-EP”, refere-se aos casos de sequestro realizados pelas FARC-EP ao longo do conflito, um dos exemplos mais conhecidos é o caso de Ingrid Betancourt, mencionado anteriormente, onde foram reconhecidas 3.422 vítimas dos sequestros por parte do grupo e 3.235 responsáveis pelo crime, passaram pela JEP.

Já o caso “02 Prioriza a situação territorial de Ricaurte, Tumaco e Barbacoas (Nariño)”, assim como, prioriza as violações de direitos humanos e as violações do DIH, sendo as principais vítimas os povos indígenas, comunidades negras, afro-colombianos, camponeses, mulheres e pessoas LGBTI nos municípios de Tumaco, Ricaurte e Barbacoas, no departamento de Nariño. Foram reconhecidas 105.241 vítimas até a contagem de setembro de 2023.

Da mesma forma, o caso “03 Assassinatos e desaparecimentos forçados apresentados como vítimas de combate por agentes do Estado” refere-se aos Falsos Positivos. Nas investigações constam que até setembro de 2023 foram reconhecidos 2.428 falsos positivos entre 2002 e 2008.

Figura 3 - Falsos positivos entre 2002 e 2008



Fonte: JEP.

O caso “04 Situação territorial da região de Urabá”, refere-se às violações de direitos humanos ocorridas na região de Urabá, sendo estas ao redor de 1000 violações, que iriam contra o direito internacional dos direitos humanos e direito internacional humanitário. Já foram identificadas 45.358 vítimas.

O caso “05 Prioriza a situação territorial na região norte do Cauca e sul do Valle del Cauca”, é mais um dos casos territoriais de extrema violação de direitos humanos regionais. Já foram reconhecidas 365.967 vítimas.

O sexto caso “06 Vitimização de membros da União Patriótica”, reconhece 5.733 pessoas que foram assassinadas ou desapareceram em ataques dirigidos contra o partido político União Patriótica, entre 1984 e 2016, 4.616 foram vítimas de homicídio, 1.117 foram desaparecidos à força e 2.217 vítimas relatadas de deslocamento forçado (JEP, 2023).

O sétimo caso “07 Recrutamento e utilização de meninas e meninos em conflitos armados”, faz uma investigação referente às crianças utilizadas pelas FARC-EP durante o conflito armado, até setembro de 2023 foram identificadas 3.765 vítimas, entretanto, foram 18.677 as crianças utilizadas pelas FARC-EP.

Já o oitavo caso, “08 crimes cometidos por forças públicas, agentes estatais em associação com grupos paramilitares ou terceiros civis no conflito armado”, iniciou a partir dos ataques contra a população civil sob a justificativa de políticas ou discursos de contra insurgência; crimes praticados com o objetivo de favorecer interesses económicos, nomeadamente, relacionados com o território e crimes cometidos com o objetivo de estabelecer, manter ou recuperar o controlo da força pública entre 1997 y 1999. Já foram identificados 2.840 responsáveis submetidos à JEP (JEP, 2023, tradução nossa).

O caso “09 Crimes não anistiados cometidos contra povos e territórios étnicos no âmbito do conflito armado colombiano”, busca investigar crimes cometidos contra povos e territórios étnicos durante o conflito armado, onde já foram reconhecidas 365.967 vítimas identificadas em quatro regiões do país.

Por último, o caso “10 Crimes não anistiados cometidos pelas extintas FARC-EP no âmbito do conflito armado colombiano”, procura determinar os crimes não anistiados e violações graves do Direito Internacional Humanitário, como homicídios de pessoas protegidas, desaparecimentos forçados, deslocamentos forçados, violência sexual e utilização de meios e métodos de guerra ilícitos, cometidos pelas FARC-EP durante o conflito armado. Das quais, 54.000 vítimas foram deslocadas à força pelas FARC-EP; 50.100 pessoas foram vítimas de meios e métodos de guerra ilícitos utilizados pelas FARC-EP; 2.300 vítimas de violência sexual atribuível às FARC-EP; 5.720 vítimas sofreram ataques das Farc-EP como pessoas protegidas; 29.700 vítimas de atos de terrorismo das FARC-EP (JEP, 2023, tradução nossa).

Enquanto a JEP atua como mecanismo jurídico de execução das atividades realizadas, a favor das vítimas, a Comissão da Verdade atuaria de mãos dadas, investigando e esclarecendo graves violações dos direitos humanos ocorridas durante o conflito armado interno no país. A Comissão, busca a verdade sobre os eventos que resultaram em violações de direitos humanos, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, e foi criada a partir do acordo.

Por meio de testemunhos e evidências, a Comissão coleta informações importantes para as investigações, realizando estudos de campo, examinando documentos e outras evidências relacionadas a cada caso especificado pela JEP. A atuação da Comissão, é sumamente importante para a plena honestidade quanto aos processos de investigação e para o êxito de cada caso. Além do seu papel de apoio, a comissão cria relatórios públicos e acessíveis à população em relação às suas investigações, sendo essenciais para a compreensão histórica do conflito e para a responsabilização dos atores culpados.

A criação da Comissão da Verdade faz parte dos esforços mais amplos de justiça transicional na Colômbia, para lidar com as consequências do conflito armado e promover a reconciliação nacional, assim como, a não repetição dos atos cometidos ao longo de mais de 50 anos de conflito armado. Essa abordagem busca equilibrar a responsabilização por crimes graves, com medidas destinadas a construir uma paz duradoura, principal objetivo do Acordo de Paz.

4.2 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Após a onda de tentativas de pacificação e securitização inadequadas, o governo Santos abordou de forma diferente o conflito armado interno, Santos buscou dessecuritizar a questão, tratando-a como uma ameaça à segurança nacional que exigia uma solução negociada e não militarizada, ponto principal que se destaca em comparação ao governo Uribe. A busca por um acordo de paz com as FARC, foi uma tentativa de securitizar o conflito armado, entretanto, o Governo Santos transformou-o de uma questão puramente militar para uma questão que exigia uma abordagem política e diplomática, revertendo assim, o discurso de segurança de Uribe.

O processo de negociação foi lento, porém contínuo, entretanto, esteve longe de ser linear. Algumas ações realizadas pelas FARC-EP ao longo do processo, colocaram em risco a continuidade das negociações.

Um dos pontos dignos de nota, foi o logro de conseguir a transformação das FARC-EP em Ator Político, já que o governo buscou incluir a guerrilha no sistema político, securitizando o processo de transição para a vida civil. Particularmente, a integração na vida civil era um dos pontos mais difíceis do Acordo, devido a que muitos dos integrantes do grupo, estariam nele desde seu nascimento. Mudar a rotina de vida e na maioria das vezes, o campo pela cidade, não foi nada fácil.

O plebiscito de 2016, que inicialmente rejeitou o acordo de paz, evidenciou resistências à securitização proposta pelo governo. Isso demonstra que a percepção de segurança e a aceitação da securitização, podem variar entre diferentes setores da sociedade. Além disso, evidencia a desconfiança e desesperança implantada pelos governos anteriores, o apoio da população tornou-se difícil após os cenários de terror trazidos pela onda de falsos positivos e pela securitização inadequada do governo Uribe.

Da mesma forma, as instituições consolidadas a partir do acordo, foram cruciais para atender os interesses das áreas da sociedade que recusaram a implementação do Acordo Final no plebiscito. Essas nuances trazidas a partir da opinião popular, caracterizava maioritariamente o impasse de que os guerrilheiros não pagassem pelos seus crimes. Devido a isso, a implementação da Jurisdição Especial para a Paz, assim como, da Comissão da Verdade, conseguiu trazer a justiça demandada pelos colombianos.

Por fim, as investigações por parte da JEP, em relação aos crimes e vítimas do conflito armado, continuam ainda em 2023, e cada vez mais o número de vítimas aumenta. As sessões de audiência de reconhecimento de vítimas e de crimes, estão sendo ainda de grande ajuda para a identificação dos culpados.

Quanto às investigações de Falsos Positivos, o número de vítimas também continua aumentando, devido a que depois de tantos anos, tende a ser difícil o reconhecimento de cada uma das vítimas, muito pela dificuldade que concerne a logística de desenterrar e reconhecer corpos enterrados em valas comuns, obstaculizando ainda mais o processo de reconhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da pesquisa, constatou-se a necessidade de investigar os procedimentos realizados que resultaram na onda de falsos positivos na Colômbia, por isso, a pesquisa relacionada aos atores envolvidos, assim como às ações securitizadoras desenvolvidas, que levaram a cabo os massacres de civis no país, era digno de estudo.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral identificar de que forma a tentativa de securitização inadequada criada pelo governo Uribe, por meio da Política de Defesa e Segurança Democrática, influenciou no surgimento de falsos positivos na Colômbia, tendo como suporte analítico a Teoria de Securitização proposta pela Escola de Copenhague. Assim como, verificar de que forma a transformação da abordagem dessecuritizadora do governo Santos, se consolidou em boas ações que tiveram como resultado o Acordo final de Paz entre o Governo Santos e as FARC-EP. Dessa forma, o trabalho conseguiu verificar que a onda de falsos positivos foi de fato acarretada devido à má gestão da agenda de segurança do governo Uribe, e quais foram as consequências dela, para a sociedade colombiana.

Já o primeiro objetivo específico inicial, foi apurar declarações em audiências mediadas pela JEP, de ex-soldados e ex-paramilitares para verificar a relação entre a Política de Defesa e Segurança Democrática e os falsos positivos

O segundo objetivo específico, teve a finalidade de verificar relatos e dados de vítimas que viveram as consequências das atuações dos Esquadrões da Morte, para comprovar as implicações na segurança social, causadas a partir dessa problemática.

Assim como, no terceiro objetivo específico, identificar-se-ia de que forma a violência causada pelo conflito armado, estimulou a criação da agenda de segurança do governo Uribe e como essa tentativa de securitização levou aos falsos positivos.

A pesquisa partiu da hipótese de que a securitização do governo Uribe, consolidada na Política de Defesa e Segurança Democrática, foi inadequada. Por isso, resultaria em uma onda de insegurança social, principalmente nos falsos positivos. Durante o trabalho, verificou-se que de fato, as ações securitizadoras e militarizadas do governo Uribe, além de não terem sido humanizadas, acarretou a piora do problema da violência no país.

O pilar da diferença entre ambos os governos, foi que enquanto o Governo Uribe securitizou a violência causada pelo terrorismo, o Governo Santos

dessecuritizou o conflito armado. Essa transformação, deu espaço para observar cada um dos problemas gerados a partir do conflito como um todo, assim como enxergar as necessidades e demandas dos colombianos quanto ao conflito.

Quanto à metodologia, foi utilizado o método de abordagem dedutivo-hipotético, usando a Teoria de Securitização criada pela Escola de Copenhague, com o fim de identificar de que modo se deu a influência da agenda de segurança do Governo Uribe, no surgimento de falsos positivos. Em primeira instância, identificou-se como se formou o processo de securitização caracterizando as três categorias operacionais, propostas pela EDC: “(1) objetos referentes; (2) agente securitizador; (3) atores funcionais.” (CORDEIRO E PEREIRA, 2019).

Quanto ao método de procedimento, a pesquisa foi embasada em dados empíricos utilizando documentos oficiais do governo colombiano, como a Diretiva Ministerial Permanente assinada pelo Ministro de Defesa no ano de 2005, e a Política de Defesa e Segurança Democrática ratificada pelo Governo Uribe. Da mesma forma, por meio de documentos oficiais das leis e decretos advindos dos processos de paz, foi possível demonstrar as diferenças das securitizações do Governo Uribe e Santos e os resultados de ambas as agendas de segurança. Como forma de corroborar com a hipótese central da pesquisa, foram colocadas algumas declarações e entrevistas que confessam os crimes realizados a partir da Diretiva Ministerial Permanente, dadas por ex-soldados e ex-paramilitares, para a JEP, em audiência pública. Além das entrevistas feitas a vítimas do conflito armado, realizadas pela autora e relatos já existentes obtidos pela JEP.

Por fim, é importante ressaltar que algumas áreas do país continuaram enfrentando desafios de segurança, mesmo após o fim do governo Santos. Destacando assim, as complexidades e desafios na aplicação da teoria de securitização na prática.

REFERÊNCIAS

Amnistía para la paz Leonardo González Perafán Indepaz. 2012. Disponível em: <<https://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2012/09/Amnist%C3%ADa-para-la-paz.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SEÑAL MEMORIA. Discurso de César Gaviria sobre el problema de las drogas en toda América latina. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yYGMqkEMDxA>>. Acesso em: 20 out. 2023.

“HAY QUE ENFRENTAR RIESGOS ANTES QUE CLAUDICAR PRINCIPIOS”: URIBE. Disponível em: <http://historico.presidencia.gov.co/prensa_new/discursos/claudicar_principios.htm>. Acesso em: 30 out. 2023.

“Yo asesiné a familiares inocentes de los que están acá”: confesión de militares ante la JEP. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Qluc7VJbUYI>>. Acesso em: 21 set. 2023.

Acuerdo general para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera "Los delegados del Gobierno de la República de Colombia (Gobierno Nacional) y de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia Ejército del Pueblo (FARC-EP). [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2013/04/Acuerdo_general_para_la_terminacion_del_conflicto_y_la_construccion_de_una_paz_estable_y_duradera.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

ACUERDOS DE LA URIBE. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/CO_840328_Acuerdos%20De%20La%20Uribe.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

Amnistía para la paz Leonardo González Perafán Indepaz. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2012/09/Amnist%C3%ADa-para-la-paz.pdf>>.

ANDRÉS PASTRANA ARANGO. Debate entre Andrés Pastrana y Ernesto Samper -1994. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DIWJEWXM7pM>>. Acesso em: 16 out. 2023.

ARENAS, J. DIARIO DE LA RESISTENCIA DE MARQUETALIA. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://mronline.org/wp-content/uploads/2014/01/Diario_Marquetalia-1.pdf>.

BURGOS, P. ¿Qué es el estado de conmoción interior y cuándo se decreta? Disponível em: <<https://www.radionacional.co/actualidad/politica/conmocion-interior-en-colombia-que-es-y-cuando-se-decreta>>. Acesso em: 29 set. 2023.

BUZAN; WAEVER; WILDE. Security - A New Framework For Analysis. 1998. Acesso em: 29 mai. 2023.

CARBÓ, Eduardo. **Las elecciones presidenciales de Colombia en 1930**. 2000. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/res/article/view/5183/4991>. Acesso em: 03 jul. 2023.

CÁRDENAS, E.; VILLA, E. **La política de seguridad democrática y las ejecuciones extrajudiciales**. Bogotá, D.C, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-44832013000200004#7. Acesso em: 27 mai. 2023.

CASTILLEJO, Alvaro. **LOS FALSOS POSITIVOS EN EL MARCO DEL DISCURSO DE LA SEGURIDAD DEMOCRÁTICA**. 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/86443220>. Acesso em: 07 set. 2023.

CECEÑA, A; AGUIAR, P. **Plano Colômbia**. 2015. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/p/plano-colombia>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CENTRO DEMOCRÁTICO COMUNIDAD OFICIAL. **Álvaro Uribe Vélez Presidente de la República de Colombia 2002 2010**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M8R8ZezT0ms>. Acesso em: 23 set. 2023.

CIDOB. **Conflicto en Colombia: Antecedentes históricos y actores**. Disponível em: https://www.cidob.org/publicaciones/documentacion/dossiers/dossier_proceso_de_paz_en_colombia/dossier_proceso_de_paz_en_colombia/conflicto_en_colombia_antecedentes_historicos_y_actores. Acesso em: 17 mai. 2023.

CM. **Acuerdos del cese al fuego entre 1984 y 1986 con las FARC, el M-19, el EPL y la ADO**. Disponível em: <https://verdadabierta.com/acuerdos-del-cese-al-fuego-entre-1984-y-1986-con-las-farc-el-m-19-el-epl-y-la-ado/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

COLOMBIA, **Ministerio de Defensa Nacional. Política de Defensa y Seguridad Democrática**. 2003. Disponível em: <https://www.oas.org/csh/spanish/documentos/colombia.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

COLOMBIA. **Ministerio de Defensa Nacional. Directiva Ministerial Permanente**. Bogotá, D.C, 2005. Disponível em: http://justiciaporcolombia.org/sites/justiciaporcolombia.org/files/u2/DIRECTIVA_MINISTERIAL_COLOMBIA.pdf. Acesso em: 18 mai. 2023.

COLOMBIA. **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. 2003. Disponível em: <https://www.oas.org/csh/spanish/documentos/colombia.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023

Colombia: **Mecanismos de desmovilización garantizan la injusticia (Human Rights Watch, 18-1-2005)**. Disponível em: https://www.hrw.org/legacy/spanish/docs/2005/01/18/colomb10033_txt.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

COLOMBIA; DE, R. **Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera: Bogotá**, 24 de noviembre de 2016. Colombia: Gentes Del Común, Julio De, 2018.

Comisión de la Verdad. **De los "Pepes" a las AUC**. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/de-los-pepes-las-auc-0>. Acesso em: 17 mai. 2023.

Comisión de la Verdad. **La desmovilización de las AUC**. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/la-desmovilizacion-de-las-auc#:~:text=A%20pesar%20de%20este%20escenario,11%20de%20abril%20de%202006>. Acesso em: 18 mai. 2023.

COMISIÓN DE LA VERDAD. **Nace el M-19**. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/nace-el-m-19>. Acesso em: 15 mai. 2023.

Comisión de la Verdad. **Operación Soberanía en Marquetalia**. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/operacion-soberania-en-marquetalia>. Acesso em: 29 mai. 2023

CORDEIRO, C.; PEREIRA, A. **A Teoria de Securitização e a sua aplicação em artigos publicados em periódicos científicos**. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678987319276907>. Acesso em: 29 mai. 2023.

CORDEIRO, Caroline. **PLANO COLÔMBIA: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América**. 2015. Acesso em: 16 ago. 2023.

DECRETO 1823 DE 1954. Disponível em: https://jurinfo.jep.gov.co/normograma/compilacion/docs/decreto_1823_1954.htm. Acesso em: 02 nov. 2023.

DEPARTMENT OF STATE. THE OFFICE OF ELECTRONIC INFORMATION, B. OF P. A. **Plan Colombia**. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/p/wha/rls/fs/2001/1042.htm>>. Acesso em 23 out. 2023.

Deslocados internos - ACNUR Brasil. ACNUR Brasil. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

Diálogos de la Habana. Disponível em: <<https://www.comisiondelaverdad.co/dialogos-de-la-habana>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

DIAS, Vanda Amaro; MOTA, Sarah Carreira da; JEZDIMIROVIC, Jovana. **Retrospectiva do conceito de segurança: alargamento e aprofundamento da agenda securitária no pós-guerra fria**. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/wpptech/Downloads/1448-8171-1-PB.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2023.

DÍAZ, Steven Alejandro Ramírez. **Priorización de la seguridad en Colombia periodo 2002-2010: política de Seguridad y Defensa Democrática**. [s.l.: s.n.],

2017. Disponível em:

<<https://repository.usta.edu.co/bitstream/handle/11634/3148/Ramirezsteven2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

DOIS, Sujeito. **Entrevista I. [fev. 2023]**. Entrevistadora: Dannah Marcela Fernandez Arias. Florianópolis, 2023. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

DORADO, Néstor. **Política de Seguridad Democrática: Avatares**

Jurisprudenciales. 2013. Disponível em:

file:///C:/Users/wpptech/Downloads/Dialnet-PoliticaDeSeguridadDemocratica-7548107.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

EJÉRCITO. **Operación Libertad I**. 2022. Disponível em:

<https://www.ejercito.mil.co/operacion-libertad-i/>. Acesso em:

El Caguán. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2013/04/El_Caguan.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

El Caguán. Disponível em: <<https://www.comisiondelaverdad.co/el-caguan>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

El impacto de la muerte de Duberney Galeano, víctima de 'falsos positivos, en su familia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GRfuZxqWKRA>>.

Acesso em: 22 set. 2023.

El Tiempo. **Paras con Casi 5 Millones de Hectáreas**. Disponível em:

<https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1555654>. Acesso em: 18 mai. 2023.

ELLIS, Dr; MARULANDA, John; CARLOS, Col; *et al.* As atividades de reforço do Exército de Libertação Nacional (ELN) na Colômbia e na Venezuela. **10ª REVISTA PROFISSIONAL DA FORÇA AÉREA DOS EUA 2ª EDIÇÃO 2021**. Disponível em: <[https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/JOTA/Journals/Volume%203%20Issue%202/05-ellis_port%20\(2\).pdf](https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/JOTA/Journals/Volume%203%20Issue%202/05-ellis_port%20(2).pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2023.

FERNÁNDEZ, C.; TAMARO, E. **Biografía de Jorge Eliécer Gaitán**. En Biografías y Vidas. La enciclopedia biográfica en línea [Internet]. Barcelona, Espanha, 2004.

Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/g/gaitan.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FERNÁNDEZ, Carlos. **Las amenazas en el gobierno Uribe**. 2010. Disponível em:

https://www.cinep.org.co/publi-files/PDFS/20101101c.amenazas_uribe70.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

FORESTO, Flávia. **As Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) e sua Estratégia Paramilitar no Fim do Século XX: Origem, Organização e Ideologia**. 2021.

Acesso em: 18 mai. 2023.

Frases de alvaro uribe. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=5w7BeYvVBg8>>. Acesso em: 23 set. 2023.

FUCCILLE; PEREIRA. **Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva.** 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cint/a/87yzvpdSMNppsPskbFynMCR/#:~:text=Os%20complexos%20regionais%20de%20seguran%C3%A7a,partir%20de%20um%20enfoque%20regionalista>. Acesso em: 22 jun. 2023

GARCÍA-PÉREZ, Patricio. **Organizaciones armadas post Autodefensas Unidas de Colombia: Del pasado contrainsurgente al presente de criminalidad transnacional.** 2006-2016. 2020. Disponível em:
https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50492020000100209. Acesso em: 6 jul. 2023

GOBIERNO, E. **ACUERDO DE SANTA FE DE RALITO PARA CONTRIBUIR A LA PAZ DE COLOMBIA.** [s.l: s.n.]. Disponível em:
<https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/CO_030715_Acuerdo%20de%20Santa%20Fe%20de%20Ralito.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

GRAJALES, Jaime. **Los falsos positivos como dispositivos biopolíticos de guerra psicológica.** 2015. Disponível em:
<https://repositorio.ucp.edu.co/handle/10785/3015>. Acesso em: 03 set. 2023.

HERTA, Laura Maria. **Security as speech act: Discourse constructions on the Syrian refugee crisis.** 2017. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/338885924_SECURITY_AS_SPEECH_ACT_DISCOURSE_CONSTRUCTIONS_ON_THE_SYRIAN_REFUGEE_CRISIS. Acesso em: 05 jul. 2023.

IDMC, COLOMBIA. 2023. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/countries/colombia>. Acesso em: 22 out. 2023.

INSIGHT CRIME. **ELN en Colombia: Perfil del Ejército de Liberación Nacional.** Disponível em: <https://es.insightcrime.org/noticias-crimen-organizado-colombia/el-colombia/>. Acesso em: 17 mai. 2023.

INSIGHT CRIME. **EPL: Crimen organizado en Colombia.** Disponível em:
<https://es.insightcrime.org/noticias-crimen-organizado-colombia/epl/>. Acesso em: 15 mai. 2023.

JAIR DÍAZ. **“Colombia, el segundo país del mundo con mayor cifra de desplazados”, ACNUR.** Voz de América. Disponível em:
<<https://www.vozdeamerica.com/a/colombia-el-segundo-pais-del-mundo-con-mayor-cifra-de-desplazados-acnur-7149915.html#:~:text=Colombia%20es%20el%20tercer%20pa%C3%ADs>>. Acesso em: 22 out. 2023.

JEP COLOMBIA. Caso 03: Audiencia de Reconocimiento por 'falsos positivos' en el Catatumbo [vídeo]. YouTube, 26 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERLTlefQWFw>. Acesso em 6 jul. 2023.

KALDOR, Mary. Las nuevas guerras. Violencia organizada en la era global. 2001.

La directiva permanente número 29 de 2005. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/la-directiva-permanente-numero-29-de-2005>. Acesso em: 15 ago. 2023.

La JEP establece que al menos 18.677 niños y niñas fueron reclutados por las Farc-EP. Disponível em: <https://www.jep.gov.co/Sala-de-Prensa/Paginas/La-JEP-establece-que-al-menos-18.667-ni%C3%B1os-y-ni%C3%B1as-fueron-reclutados-por-las-Farc-EP.aspx>. Acesso em: 22 out. 2023.

La paz de Betancur. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://www.comisiondelaverdad.co/la-paz-de-betancur&sa=D&source=docs&ust=1699119469824851&usg=AOvVaw3Fn5iwD-_ajA8L5L2gZbhQ. Acesso em: 02 nov. 2023.

La paz del gobierno militar. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/la-paz-del-gobierno-militar#:~:text=Al%20llegar%20al%20poder%2C%20el>. Acesso em: 02 nov. 2023.

LA SILLA VACÍA. 6 escenas del reconocimiento de falsos positivos ante la JEP | La Silla Vacía. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zp_4XK3R6GY. Acesso em: 23 set. 2023.

La tragedia de ser madre de un “falso positivo” en Colombia. Disponível em: <https://apnews.com/article/noticias-25b82071ad6c98251adb4afc2c095400>. Acesso em: 03 nov. 2023.

LAFUENTE, J. Esta será la pregunta para el plebiscito por la paz en Colombia. El País América Colombia. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2016/08/30/colombia/1472561704_516338.html. Acesso em: 03 dez. 2023.

Las cifras que presenta el Informe Global sobre Desplazamiento 2023 - Colombia | ReliefWeb. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://reliefweb.int/report/colombia/las-cifras-que-presenta-el-informe-global-sobre-desplazamiento-2023&sa=D&source=docs&ust=1699119159766271&usg=AOvVaw3JXpV1hnCRWcKr085NLW9I>. Acesso em: 22 out. 2023.

Las cifras que presenta el Informe Global sobre Desplazamiento 2023. 2023. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/colombia/las-cifras-que-presenta-el-informe-global-sobre-desplazamiento-202>. Acesso em: 24 jul. 2023.

LEAL, Francisco. **La seguridad durante el primer año del gobierno de Alvaro Uribe Vélez'**. 2004. Acesso em: 23 ago. 2023.

LEGADO URIBE. **Seguridad Democrática**. Disponível em: <https://www.legadouribe.com/seguridad-democratica/>. Acesso em: 18 mai. 2023.

LEY 1448 DE 2011. Disponível em: <https://www.unidadvictimas.gov.co/wp-content/uploads/2016/03/ley-1448-de-2011.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

Ley 1957 de 2019 - Gestor Normativo - Función Pública. Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=94590>. Acesso em: 23 set. 2023.

Ley 1957 de 2019 - Gestor Normativo - Función Pública. Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=94590>. Acesso em: 20 set. 2023.

LEY 35 DE 1982. Disponível em: [https://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?id=1591525#:~:text=\(noviembre%2019\)-,%E2%80%9Cpor%20la%20cual%20se%20decreta%20una%20amnist%C3%ADa%20y%20se%20dictan,y%20preservaci%C3%B3n%20de%20la%20paz%E2%80%9D.&text=DECRETA%3A,vigencia%20de%20la%20presente%20Ley](https://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?id=1591525#:~:text=(noviembre%2019)-,%E2%80%9Cpor%20la%20cual%20se%20decreta%20una%20amnist%C3%ADa%20y%20se%20dictan,y%20preservaci%C3%B3n%20de%20la%20paz%E2%80%9D.&text=DECRETA%3A,vigencia%20de%20la%20presente%20Ley). Acesso em: 02 nov. 2023.

LEY 77 DE 1989. Disponível em: https://www.camara.gov.co/sites/public_html/leyes_hasta_1991/ley/1989/ley_0077_1989.html#:~:text=LEY%2077%20DE%201989&text=DECRETA%3A. Acesso em: 02 nov. 2023.

Ley Estatutaria JEP: Todo lo que debe saber. Disponível em: <https://www.jep.gov.co/Especiales/estatutaria/index.html#:~:text=Ley%201957%20de%202019>. Acesso em: 23 set. 2023.

LINO, Katharyna. **A escola de Copenhague e o processo de dessecuritização das FARC**. 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14153>. Acesso em: 29 mai. 2023.

Logros de la política de Seguridad Democrática. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RNj9eVRcktU>. Acesso em: 17 ago. 2023.

LOPES, J. C. da S. FARC-EP: a imagem da guerrilha através de textos redigidos por guerrilheiros. Mediações - **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n. 2, p. 91–104, 2005. DOI: 10.5433/2176-6665.2005v10n2p91. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2166>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MCKAKEN, Ryan W. **O que é Conservadorismo? - Universidade Libertária**. Universidade Libertária. Disponível em: <https://universidadelibertaria.com.br/o-que-e-conservadorismo-2/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

MEJÍA, Leonardo. **Dimensión regional de las desigualdades en Colombia**. 2011. Disponível em: https://www.banrep.gov.co/sites/default/files/publicaciones/archivos/lbr_dimension_regional.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

MENDOZA, Germán. **Transformación en la gestión pública de las ejecuciones extrajudiciales**. 2019. Disponível em: <https://repository.unilibre.edu.co/handle/10901/18735>. Acesso em: 03 set. 2023.

MONCAYO, Victor. **Gaitán, Jorge Eliecer**. 2015. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/g/gaitan-jorge-eliecer>. Acesso em: 23 jul. 2023.

MURILLO, E. **Afiche de recompensa de Pablo Escobar por 2.700 millones de pesos**. Disponível em: <<https://www.enteratecali.net/2017/12/afiche-de-recompensa-de-pablo-escobar/>>. Acesso em: 29 out. 2023.

OEA. **La CIDH manifiesta preocupación por el notable incremento del desplazamiento interno forzado en Colombia**. 2021. Disponível em:

OpenDemocracy. **"Seis mil falsos positivos na Colômbia: Quem deu a ordem?"**. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/seis-mil-falsos-positivos-colombia-quem-deu-ordem/>. Acesso em: 18 maio 2023.

OQUENDO, C. Salvatore Mancuso: **"Nos entregaban listados y entonces golpeábamos a las casas y matábamos a quienes señalaban de guerrilleros"**. Disponível em: <<https://elpais.com/america-colombia/2023-05-10/salvatore-mancuso-nos-entregaban-listados-y-entonces-golpeabamos-a-las-casas-y-matabamos-a-quienes-senalaban-de-guerrilleros.html>>. Acesso em: 30 out. 2023.

PIZARRO. Colombia. **El proyecto de seguridad democrática de Álvaro Uribe**. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Nuevasociedad/2003/no186/1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PLEBISCITO POR LA PAZ. Disponível em: <https://leyes.senado.gov.co/proyectos/images/documentos/Textos%20Radicados/proyectos%20de%20ley/2015%20-%202016/PL%20094-15%20PLEBISCITO%20POR%20LA%20PAZ.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

Presidencia de la Republica. Disponível em: <<https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Gobierno-del-Cambio-presento-la-nueva-Politica-de-Seguridad-Defensa-y-Convi-230425.aspx>>.

Primera Campaña 2002 – Álvaro Uribe Vélez. Disponível em: <https://alvarouribevelez.com.co/primera-campana-2-2/?__cf_chl_tk=LvKFFBZo7VX.Ywcttt74Ga.IGLDT43M65XUU8GJbS7I-1699115752-0-gaNycGzNDdA>. Acesso em: 24 out. 2023.

PRIMERO COLOMBIA. **Quienes Somos**. 2019. Disponível em: <https://primerocolombia.com/quienes-somos/>. Acesso em: 24 out. 2023.

QUIÉN ES QUIÉN. **Comerciales campañas presidenciales en Colombia.** Uribe Presidente. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Qpkjw9Nnc4>>. Acesso em: 24 out. 2023.

QUINTERO, Felipe. **La teoría constructivista en las relaciones internacionales y la Escuela de Copenhague: la ampliación del concepto de seguridad en las Américas.** Disponível em: <https://expeditiorepositorio.utadeo.edu.co/bitstream/handle/20.500.12010/771/document.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jul. 2023.

RAMÍREZ, Juliana. **“FALSOS POSITIVOS”: CUATRO DÉCADAS DE IMPUNIDAD.** 2021. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/183997/Tesis%20-%20falsos-positivos.pdf>

RESTREPO, Gabriel. **El Aporte de la Escuela de Copenhague a los Estudios de Seguridad.** 2020. Acesso em: 24 jul. 2023.

ROCA, A; PRIETO, J. **La mortalidad de la Guerra de los Mil Días, 1899-1902.** 2017. Disponível em: https://www.banrep.gov.co/sites/default/files/publicaciones/archivos/chee_43.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

RODRÍGUEZ, Juan. **Autodefensas Unidas de Colombia (AUC): un actor armado en busca de espacios de legitimación política.** 2004. Disponível em: <https://repositorio.uniandes.edu.co/bitstream/handle/1992/21873/u258640.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jul. 2023.

RUDZIT, G.; NOGAMI, O. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 5–24, jan. 2010.

SALAS, M. J. R. Los “falsos positivos” y el tratamiento de la cuestión de las ejecuciones extrajudiciales en Colombia en el sistema interamericano de derechos humanos. **Ciencias Sociales y Educación**, v. 1, n. 2, p. 55–78. 2012. Acesso em: 15 ago. 2023

SANTOS, Marcelo. **O PLANO COLÔMBIA E O PRIMEIRO MANDATO DE ÁLVARO URIBE (2002-2006).** [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/CENAIInternacional/2006/vol8/no2/3.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SCHNEIDER, Gabriela; SILVA, Igor Castellano. **Teoria da Securitização e Segurança Pública no Brasil.** 2020. Disponível em: <http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/anais/teoria-da-securitizacao-e-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

Seguridad y Defensa Democrática. 2017. Disponível em: <https://repository.usta.edu.co/bitstream/handle/11634/3148/Ramirezsteven2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 jul. 2023.

SEÑAL MEMORIA. **Andrés Pastrana finaliza los diálogos con las Farc (2002)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SwiDXi2hndg>>. Acesso em: 20 out. 2023.

SOUZA, Tamires. **Securitizando o Crime Organizado: uma análise comparativa entre Brasil e Colômbia**. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/wpptech/Downloads/75219-Texto%20do%20Artigo-2311-312166-10-20211223.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2023.

STEWART, Donald. **O QUE É O LIBERALISMO**. 5. ed. rev. aum.-Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. Disponível em: <<https://dagobah.com.br/wp-content/uploads/2017/06/STEWART-Donald-Jr-1988-O-que-%C3%A9-liberalismo.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

TANNO, Grace. **A Contribuição Da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional**. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/cmMZVcmhLFZdMgVzB9k6dNw/?lang=pt&format=pdf#:~:text=A%20Escola%20de%20Copenhague%20define,Buzan%2C%201991%3A96>). Acesso em: 16 mai. 2023.

TIEMPO, C. E. E. EE.UU. **OFERECE 2 MILLONES DE DÓLARES POR ESCOBAR**. Disponível em: <<https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-180053>>. Acesso em: 29 out. 2023.

TIEMPO, C. E. E. **RECOMPENSA DE \$5 MIL MILLONES POR ESCOBAR**. Disponível em: <<https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-30675>>. Acesso em: 29 out. 2023.

UM, Sujeito. **Entrevista I. [mar. 2023]**. Entrevistadora: Dannah Marcela Fernandez Arias. Florianópolis, 2023. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

URIBE, Álvaro (2002-2006). 2006. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/CENAIInternacional/2006/vol8/no2/3.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

VALENÇA, Marcelo. **O tratamento de fatores econômicos pelas teorias de segurança internacional: uma discussão sobre possibilidades**. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305773659_O_tratamento_de_fatores_economicos_pelas_teorias_de_seguranca_internacional_uma_discussao_sobre_possibilidades. Acesso em: 06 jul. 2023.

VALENCIA, Germán. **Reconstrucción analítica del proceso de desarme, desmovilización y reinserción con las Autodefensas Unidas de Colombia, 2002-2007**. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/861/86112678006.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2023

VELASQUEZ, Edgar de Jesus. **Historia del paramilitarismo en Colombia**. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/tg74msZHyzjy6BMnmVCfjhn/>. Acesso em: 15 mai. 2023.

VESTRI, Gabriele. Colombia: **¿Convirtiendo la desaparición forzada y los falsos positivos en política de Estado? : el actual (y no tan actual) estado de la cuestión**. 2015. Disponível em: <https://www.torrossa.com/en/resources/an/3033872>. Acesso em: 03 set. 2023.

APÉNDICE A – ENTREVISTA COM SUJEITO 1

Sujeito 1: Buenas tardes, mi nombre es Fulana de Tal.

Soy desplazada de Colombia, soy migrante porque desde el año 1995, los grupos paramilitares al margen de la ley dieron muerte a mi compañero, era un docente, Fulano de Tal. Dedicado a defender los derechos de los docentes y del campesinado, en fin. Lo amenazaron y como no se fue, no pudo irse, le dieron muerte el 20 de febrero del año 95.

A raíz de eso, pues me tocó salir del pueblo donde vivíamos, Pailitas, Cesar y me fui a vivir con mis 4 hijos a Valledupar, la capital del Cesar. Ahí estuve un buen rato trabajando como auxiliar de enfermería, siempre sufriendo las amenazas y dándole frente a la situación, le di la educación a mis hijos y terminé siendo también amenazada por los grupos paramilitares. A raíz de todo lo que ocurrió pues les dieron captura a mis hijos, tengo 2 hijos presos allá en Bogotá, Colombia. Ya en vista de todo lo que ha ocurrido me tocó migrar, estoy acá en Brasil por todo lo que me ocurrió.

Entrevistadora: Y cómo eran esas amenazas? ¿Eran por llamada o por mensajes? A usted y a sus hijos...

Sujeito 1: Cartas y unos sufragios, los que usan para dar pésame a los familiares cuando fallece una persona.

Entrevistadora: ¿Esas cosas le llegaban a su casa?

Sujeito 1: Sí, en Pailitas, Cesar.

Entrevistadora: ¿Y después cuando fueron para Valledupar, siguieron las amenazas por parte de los paramilitares?

Sujeito 1: No, ellos me dijeron: “si no se mete en nada, no le haremos nada”

Entrevistadora: Ok. ¿Como era la cuestión de falsos positivos en la región en donde vivía antes del desplazamiento?

Sujeito 1: Es que eso no lo viví yo

Entrevistadora: ¿Pero se acuerda de alguna familia o amigos que lo hayan vivido? Alguien de la misma región.

Sujeito 1: Con nombres no

Bueno, cuando yo trabajaba en el hospital, ahí escuché un día que una compañera de trabajo enfermera, dijo que habían llegado buscando gente para trabajar, hombres jóvenes y un hermano de ella fue y resulta que era el ejército que estaba recolectando jóvenes para matarlos y hacerlos aparecer como guerrilleros. El

ejército del batallón La Popa. De ahí se llevaron como 7 jóvenes y los desaparecieron y luego dijeron que eran un poco de guerrilleros que habían abatido y los presentaron como guerrilleros, pero pues yo nunca estuve cerca si no que mi compañera nos contó que era lo que le había ocurrido y cuando llamaron la gente a declarar que era lo que había pasado algunas personas iban a Barranquilla, cerca de Valledupar y en el camino los paramilitares bajaron y mataron también a otro poco de gente, familiares de los que estaban ahí.

Entrevistadora: ¿Eso fue en Valledupar, cierto?

Sujeito 1: Si.

APÉNDICE B – ENTREVISTA COM SUJEITO 2

Entrevistadora: Buen día, espero que estés muy bien.

Acá están las preguntas para que me las vallas respondiendo cuando tengas un tiempo:

1. Cuénteme quién es usted y cuál fue el motivo de su desplazamiento.
2. ¿Cómo su familia se vio afectada por la guerra en Colombia?
3. ¿Cómo era la cuestión de falsos positivos en la región en donde vivía antes del desplazo?

3.1 ¿Conoce a alguna familia que haya pasado por la situación de falsos positivos?

4. ¿Existe alguna anécdota de alguna situación en que te hayas sentido amenazado/a por paramilitares?

Sujeito 2: Vale mana, en el transcurso de la semana te voy respondiendo

Entrevistadora: Vale.

Sujeito 2: Hola Mana que pena la demora, pero bueno, hagámosle pues. Sobre la primera pregunta, quién soy yo, pues bueno yo soy Fulano de Tal, nací en Samaná, Caldas que es un pueblito al oriente de Caldas, región paisa, productora de café. Pero pues no viví en el pueblito, vivía muy muy lejos del pueblo. Literalmente muy muy lejos y había que coger un carrito y estas chivas y escaleras y después caminar un montón o ir de mula o caballo, en fin. El motivo del desplazamiento no fue algo así como directo que nos hubieran sacado así a plomo, esto como ocurrió en otros casos, pero bueno el motivo es básicamente que donde vivíamos pues siempre hubo estos grupos al margen de la ley, no? Las FARC y la guerrilla, pero pues no se metían con la gente y si les hacían pagar lo que se llamaba “Vacunas”, se le llamaba cunas a quienes tenían ganado, que no éramos nosotros pues porque nosotros no teníamos tierra nuestra, nosotros teníamos bueno una tierra pequeñita que nos dio el abuelo, pero pues era muy pequeña y vivíamos cuidándoles fincas a otros. Y entonces empezó a llegar el ejército, y cuando llegó el ejército ahí si se “agarraban” donde fuera. Entonces empezaron a haber episodios como dejar de ir a la escuela y en el campo el tiroteo y tenerse que esconder, pero lo que más fue el detonante para salir es la desaparición de 3 chicos de la vereda. no? De la escuela inclusive, desaparecieron así, todo el mundo sabía que era que se los habían llevado a la guerra y no se sabe quién, ¿no? entonces como que un día desaparecían o un grupo al margen de la ley por esto del

ejército iba y se los llevaba y si los papás no dejaban amenazaban a los papás entonces mis papás al ver esa situación de una vez nos fuimos entonces el motivo del desplazamiento fue más para protegernos a nosotros porque en ese yo tenía 11 años y mi hermano 10, creo. Entonces estábamos como en una edad que era donde agarraban a los chicos para eso, y teníamos mi hermana de 8 y la chiquita recién nacida, tenía 2 o 3 meses, ¿no? Éramos los 4, mi papá y mi mamá.

Sujeito 2: Bueno y como mi familia se vio afectada pues en todos los sentidos, porque primero esta tierra pequeña que teníamos se perdió, el caballo, todo lo que teníamos se perdió. Y es muy curioso porque hoy si volvemos a esa región es tierra de una hidroeléctrica, ¿no? O sea, ni siquiera hay posibilidad de restitución de las tierras, entonces uno piensa también bueno, por que ocurrió todo eso y qué mano hubo del gobierno ahí, ¿no? Y pues nos vimos re afectados porque nosotros llegamos a mitad de año a Bogotá, sin conocer a nadie entonces pues nos instalamos en la periferia de Bogotá, en los morros entonces es como empezar a tener todo lo que, los problemas que tiene el morro, a vivir como las periferias de Bogotá. Llegamos a mitad de año y no encontramos cupo en la escuela entonces fue un año en que no estudiamos, y pues la informalidad y todo lo demás. Y pues llegar a la ciudad ahí, Bogotá no es como muy acogedor así con la gente del campo entonces si fue como tenso, fue... y pues te afecta porque empiezas de cero sin papás que no... Solo mi mamá terminó la primaria, mi papá no, entonces cómo trabajar en lo que hay, ¿pagar cuenta de 4 chinos no? todos pequeños. Entonces pues ya te imaginas de ahí pal frente, ¿no? Con un gobierno que, pues nos daba unos mercados y que después de llegamos aquí, después de 7 o 8 años de mucho insistir ganamos unos subsidios para comprar la vivienda, pero pues como no teníamos más dinero además de los subsidios el único lugar que nos alcanzó para comprar fue en la loma y bien precaria, pero pues uff, eso sí fue como wow. Pero fue una burocracia enorme y fueron 8 años después de llegar y ese es el momento en que todavía pertenecemos a la población desplazada porque para poder dejar de, de salir hay que pasar por todo un proceso de indemnización y además eso fue una conquista reciente de la lucha de los desplazados, y pues el gobierno nos anunció hace como 2 años que estamos en la lista pero de ahí a que eso se concretice hay familias que llevan 15 años esperando a que eso se concretice, o sea, después de la lista, 15 años a que le den la indemnización entonces es como que... sí, todavía pertenecemos a la población de desplazados en Colombia oficialmente.

Sujeito 2: Oye lo de los falsos positivos si no lo llegue a escuchar porque fue hacia al 2012 y no sé allá como a cuanto estaban, lo que había era desaparecidos por montones, eso sí era como el motivo de chisme en la vereda pues, y todo los sábados que uno subía al pueblo que era donde se hacía mercado y todo ahí es donde uno se daba cuenta, “ah en tal vereda desaparecieron tal a tal” pero pues uno no sabía cuándo alguien desaparecía así, uno se imaginaba que estaba en cuentos o que no le pagaron la “Vacuna” a estos grupos al margen de la ley o arreglo de cuentas, pero pues falsos positivos algo así no me acuerdo llegar a escuchar, no? Eh, sin embargo, si queda la duda de estos chicos que se llevaban pues para que grupo era, la verdad yo nunca sabía y eran como conversaciones de adulto que yo no entendía entonces la verdad no sabría decir sobre esa situación antes del desplazamiento.

Sujeito 2: Sobre conocer familias, si, resto... Donde yo estudié, que era muy cercana a Cazucá, uff resto. Inclusive 2 de mi salón, las mamás hacen parte del grupo de mamás víctimas de mamás que quedaron sin hijos, se les llevaron los hijos y todo entonces sí, y eran muchachos que se iban a “trabajar”

Mas assim, como eu falei, habían 2 que eran de mi salón, pero pues yo no era muy amigo de ellos porque, o sea, no tenía mucha intimidad con ellos porque quién se iban a trabajar normalmente eran los que no querían saber nada del colegio también o quien sabe tal vez tenían una situación tan precaria que aceptaban los trabajos que ofrecían, pues yo estaba como muy en eso de estudiar, estudiar... Mi mamá me apoyaba entonces eso como que a uno nunca le llegaban esas ofertas, como les decían a nosotros a los “nerdos” jajaja, no eso ni nos llegaba, pero si percibe yo que como a los más grandes así, a los que menos iban al colegio y demás era eso y si en mi colegio hubo muchos, un montón, pero de mi salón inclusive hubo 2 personas, pero pues como le digo casi no iban al colegio entonces no, no sé muchas historias, pero si, si llegué a saber de ellos

Sujeito 2: Ah y bueno, yo no sé si eran específicamente paramilitares como te digo, ese es un problema porque por mi edad yo no sabía diferenciar mucho una cosa de la otra, para mí era todo lo mismo, yo veía a esa gente vestida de verde y era miedo. Pero pues no sé, si hoy hay una hidroeléctrica allá pues uno se pone a pensar “Guerrilla, paramilitar, las FARC es toda la misma mierda” Parece que el objetivo era ese, pero, en fin. Pero yo si me acuerdo mucho de que era un miedo horrible cuando pasaban a la casa porque primero que siempre que pasaban uno les tenía que dar gallinas, ¿no? Porque uno criaba gallinas y pues yo me imagino que tenían días sin

comer entonces pues ahí nos ponían a mis hermanitos y a mí a correr detrás de las gallinas porque las criabamos libres, eh...Y pues todo bien uno les daba la gallina, el miedo es que pasaba un grupo que era enemigo como que otro grupo entonces eso era horrible porque era una tensión porque uno decía: "si el otro grupo que pasó ayer se da cuenta, ellos interpretan que uno les está ayudando a un grupo" Pero uno como que no tiene opción, o pues me acuerdo mucho que a mi mamá le tocaba cocinarles cuando pasaban.

Y la otra es que era muy común que ellos convocaban reuniones en la escuela y uno ya sabía que ese día eh, lo mandaban a la cancha a jugar y los adultos se quedaban en la reunión escuchando lo que dijeran, pues no sé, porque insisto yo era pequeño y no entendía, pero pues talvez era eso, reforzando el cobro de las Vacunas, amenazando, no sé.

Y la otra que era horrible era cuando uno iba en la chiva para el pueblo y ellos hacían reten y paraban, y era horrible porque ellos pedían la cédula de la gente y a uno también le pedían la tarjeta de identidad y uno le veía el miedo a todo mundo, todo el mundo estaba con miedo y ellos dejaban gente o sea, había gente que no las dejaban seguir en la chiva y pues ahí empezaba el "buguru" de qué sería, para qué sería, entonces era como una manera de que tal vez ellos perseguían no sé, gente que no pagó o alguna mierda, pero ese momento era horrible también.

Y Bueno sería eso.